



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
BRUNA LUANA BESSA DE OLIVEIRA

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: OS CAMINHOS QUE LEVARAM A
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DO TERRITÓRIO DO SISAL À 1ª
CONFECOM

CONCEIÇÃO DO COITÉ
2011

BRUNA LUANA BESSA DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: OS CAMINHOS QUE LEVARAM A
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DO TERRITÓRIO DO SISAL À 1ª
CONFECOM**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Comunicação Social - Habilitação em Radialismo, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial de obtenção do grau de bacharel em Comunicação, sob a orientação da Prof.^a Ma. Kátia Morais.

CONCEIÇÃO DO COITÉ

2011

BRUNA LUANA BESSA DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: OS CAMINHOS QUE LEVARAM A
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DO TERRITÓRIO DO SISAL À 1ª
CONFECOM**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Comunicação Social - Radialismo, da Universidade do
Estado da Bahia, sob a orientação da Prof.^a Ma Kátia
Morais.

Aprovado em: 21 /09 /2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ma. Kátia Morais (orientadora) - UNEB

Prof. Me. Tiago Sampaio – UNEB

Prof.^a Ma. Nísia Rizzo - UNEB

A quem me ensinou a dar os primeiros passos para uma vida cidadã; quem me incentivou e apoiou na luta em comunidade por dias melhores; quem me guiou à Universidade, compartilhando comigo as discussões para a 1ª CONFECOM; quem, muito mais do que as teorias, me falou sobre a comunicação social; quem não teve tempo para ver o resultado desse meu trabalho, fruto de seus esforços e dedicação.

José Ranulfo, meu pai (em memória).

AGRADECIMENTOS

Deus, a ti por me fazer forte e capaz; muito obrigada.

Pai (em memória) e Mãe, por me amar e ensinar andar, muito obrigada.

Brisa e Rodrigo, meus irmãos, pelo carinho e convivência, muito obrigada.

Diego, meu esposo, pelo amor, compreensão e crítica, muito obrigada.

Tia Suzete e tio Kel, pelo apoio e teto nos primeiros anos nessa cidade, muito obrigada.

Raiane Lopes, Michele Oliveira, Mevolândia Souza e Jacimar Oliveira, colegas de turma, a vocês por provarem que a amizade não é coisa apenas de criança, muito obrigada.

Pró Vilbégina Monteiro, por me guiar nos primeiros passos nesse Universo de pesquisa, muito obrigada.

Pró Kátia Morais, minha orientadora, a ti por me guiar entre a pesquisa e as paixões, pelo rumo provável, empenho e correção, muito obrigada.

Arlene Freire, Nayara Silva e Camila Oliveira, a vocês pela contribuição fundamental na pesquisa, muito obrigada.

Hoje não estou aqui para lhes pedir;

Eu vim para dizer: muito obrigada.

“PARA SER GRANDE, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.”

Fernando Pessoa

RESUMO

O processo de organização da sociedade civil no Brasil tem um longo histórico de atuação. Na busca por melhores condições de vida, esses grupos começam a dialogar com o Estado, propondo ações de abertura política, que se intensificam após a Constituição de 1988. Nesse novo quadro, em que o Estado permanece como pólo de poder e a sociedade civil não é vista apenas como virtuosa, a comunicação social assoma como um direito reivindicado pela sociedade civil organizada na busca por liberdade de expressão. Buscando atender essa demanda, o Governo é pressionado a convocar a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, onde empresário, poder público e sociedade civil se juntam para discutir os rumos da comunicação para o país. Nesse cenário, o Território do Sisal, localizado no semiárido da Bahia, espaço que tem a comunicação comunitária como ferramenta de contra discurso, procurou se organizar para garantir sua representação neste evento. Esse trabalho discute e analisa de que forma a sociedade civil organizada, do Território do Sisal, mobilizou a região para garantir sua representação na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro de 2009. Para tal, usamos o método qualitativo de análise com etapas de levantamento bibliográfico, pesquisa exploratória e estudo de caso, por meio de técnica entrevistas. Num primeiro momento podemos dizer que o trabalho desenvolvido pelas entidades de comunicação no Território se deu em formatos de encontros de capacitações e elaboração de propostas a serem enviadas para etapa nacional da Conferência, sendo esses encontros locais, coordenados pelo Comitê pela Democratização da Comunicação do Território do Sisal, uma ação do Movimento de Organização Comunitária.

Palavras-chave: Mobilização, Participação, Sociedade Civil Organizada, Território do Sisal, 1ª CONFECOM

ABSTRACT

The process of civil society organization in Brazil has a long history of activity. In search of better living conditions, these groups begin to dialogue with the State, proposing actions of political openness, which intensified after the 1988 Constitution. In this new framework, in which the state remains a center of power and civil society is not only seen as virtuous, the media looms as a right claimed by civil society organizations in pursuit of freedom of expression. Seeking to meet this demand, the government is pushing to convene the first National Conference on Communication, where business, government and civil society come together to discuss the direction of communication for the country. In this scenario, the Territory of Sisal, located in semi-arid region of Bahia, which has space as a community communication tool against speech, sought to organize themselves to ensure their representation at this event. This paper discusses and analyzes how civil society organizations, the Territory of Sisal, mobilized the region to ensure their representation in the 1st National Communication Conference, held in December 2009. To this end, we use the qualitative method of analysis steps in a literature review, exploratory research and case study through technical interviews. At first we may say that the work done by agencies of communication in the Territory was in formats and training meetings in preparation of proposals to be sent to the national stage of the Conference, and these local meetings, coordinated by the Committee for Democratization of Communication Planning Sisal, a share of the Movement of Community Organization.

Keywords: mobilization, participation, civil society organization, Sisal Territory, 1st CONFECOM

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO DO SISAL	31
FIGURA 2 – TRABALHADORES NO MOTOR DE DESFIBRAMENTO DO SISAL	33
FIGURA 3 – MAPA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA	36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL
PARA A 1ª CONFECOM

62

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Baiana de Imprensa
ABRAÇO	Associação de Radiodifusão Comunitária
ABRAPCORP	Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e relações Públicas
AGECOM	Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia
AI-2	Ato Institucional de número 2
AMAC	Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
ARENA	Aliança renovadora Nacional
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIESPAL	Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina
CODES SISAL	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação
COOPERAFIS	Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão
CUT BA	Central Única dos Trabalhadores Sessão Bahia
FACOM/UFBA	Faculdade de Comunicação da Universidade federal da Bahia
FATRES	Fundação de Apoio aos trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da região do Sisal e Semiárido da Bahia
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILET	Instituto latino Americano de Estudos Transnacionais
INTERCOM	Associação Brasileira de Estudos interdisciplinares da Comunicação
INTERVOZES	Coletivo Brasil de Comunicação Social
IRDEB	Instituto de radiodifusão Educativo da Bahia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MOC	Movimento de Organização Comunitária
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDT	partido Democrático Trabalhista
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido trabalhista Brasileiro
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SINEP	Sindicato das Escolas Particulares da Bahia
SINJORBA	Sindicato dos Jornalistas da Bahia
SINTERP	Sindicato dos Trabalhadores em Rádio, TV e Publicidade da Bahia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
COMPOLÍTICA	Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	MÉTODO	16
1.1.1	Levantamento Bibliográfico	16
1.1.2	Pesquisa Exploratória	17
1.1.3	Estudo de caso	17
1.1.4	Análise dos resultados	18
1.2	ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	18
2	SOCIEDADE CIVIL: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL AO TERRITÓRIO DO SISAL	19
2.1	SOCIEDADE CIVIL: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	19
2.2	SOCIEDADE CIVIL NA INTERAÇÃO COM O ESTADO: A BUSCA DE UM DIÁLOGO	25
2.3	PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	31
3	COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA DE CONQUISTA	39
3.1	A CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO: TRAJETÓRIAS E PARADIGMAS DA AMÉRICA LATINA AO BRASIL	39
3.2	COMUNICAÇÃO EMERGENTE: A VEZ E A VOZ DA COMUNIDADE	44
3.3	A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL: FIBRA E RESISTÊNCIA	49
4	CAMINHOS PARA A 1ª CONFECOM	55
4.1	1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO: CAMINHOS QUE LEVARAM À SUA CONVOCAÇÃO	55
4.2	CONFECOM: O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL	59
4.3	MÉTODOS DE ANÁLISE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA PROPOSTA	65
4.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS: PROCURANDO TRAÇAR CAMINHOS	67

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	86
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM CAMILA OLIVEIRA – PRESIDENTE DA AGÊNCIA MANDACARU DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	87
	APÊNDICE C – ENTREVISTA COM ARLENE FREIRE, COORDENADORA DA ABRAÇO SISAL	94
	APÊNDICE D – ENTREVISTA COM NAYARA SILVA - COORDENADORA DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO MOC	97
	ANEXO A – PROPOSIÇÕES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ESTADO DA BAHIA	100
	ANEXO B – DECRETO Nº 10.592 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007	108
	ANEXO C – DECRETO Nº 11.704 DE 14 DE SETEMBRO DE 2009	110
	ANEXO D – DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 2009	112
	ANEXO E – CATA DE COITÉ	113
	ANEXO F – CARTA DA 1ª CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA	115

1 INTRODUÇÃO

O processo de organização da sociedade civil em busca de melhores condições de vida no Brasil tem longo histórico de atuação. Contudo é a partir das décadas de 1960 e 1970 que a população passa do estágio de enfrentamento apenas, para assumir a posição de agentes capazes de construir um diálogo com o Estado, buscando promover uma sociedade mais justa com base na negociação das disputas políticas para promoção da democracia. É a partir desse momento que emergem diversos grupos organizados no território nacional a fim de discutir temas de interesse coletivo.

Atendendo às reivindicações da sociedade civil organizada, o Estado inicia o seu plano de abertura política criando espaço para interferência e participação desses grupos na máquina governamental, consolidado com a Constituição de 1988 (NAVES, 2003). Em maior ou menor grau, essa participação conquistada pelos brasileiros não foi um passo de benevolência por parte do Estado, que permanece como instância mais elevada das decisões no país. Do outro lado, a sociedade civil organizada também não é palco apenas de comunhão, pelo contrário, é nesse espaço político onde as disputas de poder se tornam mais acirradas. Nesse cenário, Estado e sociedade civil organizada no Brasil se encontram nos espaços públicos quando a luta é comum a ambos, mas também é cenário de divisão, quando os conceitos são díspares.

Um dos direitos reivindicados pela sociedade civil organizada diz respeito à comunicação social. Atrelado a esse, o direito de liberdade de expressão e de informação. A comunicação no Brasil sempre foi tida como um direito das empresas privadas, que utilizam um bem público (a concessão) para terem garantidos seus interesses pessoais (comerciais). Nesse quadro, aqueles que não possuem os requisitos legais para obterem uma concessão de um veículo de comunicação, permaneciam no anonimato, tendo sufocado o direito em participar da construção democrática do país.

Na busca por contornar esse quadro construído no Brasil ao longo da história, os grupos organizados da sociedade civil vêm traçando um novo panorama no cenário imposto pelas elites dominantes da comunicação, propondo novos formatos capazes de repensar o direito à comunicação. A comunicação comunitária emergente das classes desfavorecidas do país apresenta uma proposta de comunicação que antecede o uso e apropriação dos meios técnicos, uma comunicação que tem em sua essência a pluralidade de atores, de conteúdos, trazendo a educação, a cultura, os direitos humanos, como norteadores do discurso (PERUZZO, 1998).

Nesse contexto, a sociedade civil organizada do Brasil toma posse de um conjunto de ferramentas de ação e com elas mais um motivo para estarem mobilizados em torno de assegurar o cumprimento da Constituição, embora, muitas vezes temos contemplado casos onde os veículos comunitários estão sendo utilizados como um bem particular e privado. Contudo, os meios de radiodifusão comunitários ainda são tidos como espaços apropriados pelos grupos organizados para firmarem o discurso emancipatório da comunidade na luta pelo direito à comunicação e à democratização desta. Esse discurso percorre todo o território nacional, dirigido pelos movimentos que trabalham com comunicação, ganhando adeptos em todo o país. A mobilização da sociedade civil organizada em torno de pressionar o Estado a repensar o Código Brasileiro de Telecomunicações e o papel dos meios de comunicação ganha força junto àqueles que se encontram excluídos do sistema de mídia vigente no Brasil.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em dezembro de 2009, foi o resultado da pressão dos grupos organizados, e também do governo que se sentiu na obrigação de atender a essa demanda. Convocada e custeada pelo Governo Federal, a 1ª CONFECOM reuniu poder público, empresários de comunicação e sociedade civil para discutir os rumos da comunicação social no Território Nacional. Propostas que discutiam assuntos diversos foram encaminhadas a partir desse evento para apreciação do Congresso Nacional, contemplando as cinco regiões e os vinte e sete estados brasileiros, somados ao Distrito Federal.

O Território do Sisal, localizado no semiárido baiano, participou em todas as etapas preparatórias (territorial, regional, estadual) que antecederam a CONFECOM, conseguindo mobilizar um considerável número de participantes, gerando assim, um número expressivo de propostas aprovadas na etapa nacional dos eventos. As entidades que discutem comunicação no Sisal foram as impulsionadoras, do debate que culminou na garantia de um representante do Território na etapa final da Conferência. Esse resultado foi fruto do trabalho de base que as entidades promoveram com os sisaleiros, materializado por encontros periódicos para discutirem as demandas prioritárias do Território, sensibilizando a população para pensar caminhos de se produzir uma comunicação democrática que atendam as necessidades local.

Tendo em vista o contexto acima, partimos do seguinte problema de pesquisa: como se deu o processo de organização e mobilização das entidades de comunicação da sociedade civil organizada do Território do Sisal para garantir sua participação na I Conferência Nacional de Comunicação, negociando junto ao estado a elaboração de políticas públicas de comunicação?

Partindo desse problema, nosso objetivo geral é compreender o processo de organização e mobilização trabalhado pela sociedade civil organizada do Território, para garantir sua representação na 1ª CONFECOM. Como objetivos específicos, procuraremos:

- Destacar quais são as entidades que discutem a comunicação no território do Sisal;
- Mapear e caracterizar os encontros promovidos pelas entidades, que buscam discutir políticas públicas para a comunicação da região;
- Discutir as ações desenvolvidas no Território para promoção da democratização da comunicação e sua participação na 1ª Conferência Nacional de Comunicação;
- Analisar como está a articulação no Território, pós CONFECOM.

Procuraremos mostrar como as entidades de comunicação presentes no Território conseguiram mobilizar a população para discutir os rumos da comunicação de forma organizada, produtiva, formulando demandas que são tidas como prioritárias para a região.

Falar de comunicação comunitária é ter à frente um oceano, pois muitas formas de se comunicar estão qualificadas como esse formato. Contudo, estaremos trazendo a temática para uma realidade onde a comunicação comunitária tem sido a ferramenta, se não única, a mais utilizada para assegurar os direitos de expressão de um povo. Uma comunicação que está presente mesmo antes dos meios tecnológicos chegarem, e que utiliza esses aparatos como ajudadores, e, não como um fim em si mesmo. Uma comunicação que começa a ser entendida não pela voz que sai do microfone, mas com a reunião em uma escola, associação ou qualquer outra repartição pública. Uma comunicação que começa respeitando a diversidade de atores e fazendo desses protagonistas, na unidade ou no conflito.

1.1 MÉTODO

Essa pesquisa enquadrou-se no modelo de análise qualitativa. Segundo descreve Lopes (2005), nesse tipo de pesquisa o que está em destaque é o seu caráter descritivo da realidade investigada, onde o investigador cria um ambiente de troca, conferindo-lhes sentido. A partir do método qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida nas seguintes etapas:

1.1.1 Levantamento Bibliográfico:

As referências bibliográficas trabalhadas nessa pesquisa deram base teórica para efetivação do *corpus* científico. Leituras sobre mobilização social (TORO; WERNECK,

2004), participação (DAGNINO, 2002), cidadania (GONH, 2003), pesquisa em comunicação (BERGER, 2001) e comunicação comunitária (PERUZZO, 1998), foram realizadas ao longo dos quatro anos da graduação, intensificando-se durante a pesquisa. Esse momento do trabalho serviu para aprofundar os conhecimentos das temáticas discutidas, construindo assim, um caminho para o estudo de caso.

1.1.2 Pesquisa Exploratória:

Essa técnica consiste em descobrir o campo da pesquisa (THIOLLENT, 1945). O seu uso para realização desse trabalho se deu na fase de sondagem do ambiente a ser investigado, procurando analisar como ocorreu o processo de mobilização no Território do Sisal para participação na 1º CONFECOM. Essa etapa consistiu na busca por traçar os caminhos que a sociedade civil organizada do Território percorreu, e para tal, para tornar possível sua representação no evento citado, e para tal, elaboramos um quadro¹ que sintetiza essa caminhada descrevendo os encontros realizados pelos grupos organizados, demarcando datas, locais, número de pessoas, pautas, encaminhamentos, entidades presentes e horas de duração.

Por meio desse quadro tornou-se possível analisar o processo de comunicação trabalhado pelas entidades de comunicação do Território do Sisal, que resultou na sua representação na 1ª CONFECOM.

Além desse quadro, organizamos as informações sobre as entidades participantes e os representantes de cada uma delas, o que nos serviu de base para as entrevistas, explorada em etapa posterior.

1.1.3 Estudo de caso:

A técnica empregada na pesquisa foi a utilização de entrevistas. Com base em um roteiro previamente formulado², esse momento nos permitiu voltar a ter um contato direto com os atores envolvidos no processo de CONFECOM, retirando, destes, informações relevantes para a pesquisa, assunto que será melhor abordado no capítulo quarto.

¹ Esse quadro pode ser visto dentro do trabalho. p. 62, 63.

² APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA. p. 86

1.1.4 Análise dos resultados:

Para uma melhor compreensão da pesquisa em questão, elaboramos cinco categorias norteadoras para descrevermos e analisarmos os resultados: a) quanto à negociação entre as entidades, b) quanto ao formato dos encontros, c) quanto às propostas encaminhadas, d) quanto à representatividade, e) quanto à avaliação da 1ª CONFECOM.

1.2 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA:

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, *SOCIEDADE CIVIL: participação do Brasil ao Território do Sisal* traz uma abordagem geral sobre a atuação da sociedade civil organizada nos espaços público, na interação com o Estado, buscando construir uma sociedade democrática e plural, não excluindo os conflitos que permeiam esse processo. Seguindo esse mesmo raciocínio, puxamos a conversa para o Território do Sisal, campo empírico, buscando caracterizar a sociedade civil organizada neste espaço.

O segundo capítulo, *COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: uma proposta de conquista* buscou traçar o contexto da comunicação no Brasil e o cenário que propiciou a utilização do termo comunicação comunitária para tratar de um sistema comunicativo que se difere do modelo comercial. Nesse contexto, analisamos também a comunicação comunitária praticada no Território do Sisal, uma conquista da sociedade civil organizada, que está muito além dos usos e apropriações dos meios técnicos de radiodifusão.

Por fim, no terceiro capítulo, *CAMINHOS PARA A 1ª CONFECOM*, temos as questões centrais da pesquisa, que são a descrição das etapas preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Comunicação do Brasil, as discussões realizadas no Território e a preparação da sociedade civil organizada para participação e representação nesse evento. Ainda nesse capítulo abordamos os métodos e técnicas de pesquisa empregadas para a concretização do trabalho e a análise dos dados, que procuram discutir o problema proposto no início da pesquisa.

Nas considerações finais trazemos um arremate para o trabalho, procurando apresentar uma visão crítica sobre o trabalho desenvolvido pela sociedade civil organizada, sua forma de atuação, os encontros promovidos e a representação na 1ª CONFECOM, procurando mostrar que apesar de estarem juntos para discussão de uma causa comum, os conflitos estão presentes nesse processo de organização.

2 SOCIEDADE CIVIL: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL AO TERRITÓRIO DO SISAL

Nesse capítulo faremos uma contextualização histórica sobre a mobilização e a participação da sociedade civil organizada na busca por melhores condições de vida no Brasil e no Território do Sisal. A fim de compreendermos essa construção cronológica, o capítulo estará dividido em três eixos temáticos. O primeiro, *Sociedade civil: uma construção histórica* traz um panorama da participação no Brasil pós 1964, mostrando como os grupos sociais organizados se mobilizaram em busca de um regime democrático no país. No segundo eixo, *Sociedade Civil na interação com o Estado: a busca de um diálogo* analisaremos a relação da sociedade civil organizada com o poder público, pois compreendemos que a democracia só pode ser efetivada com o diálogo entre o governo e a representação das classes populares. No terceiro momento, *Participação e mobilização no Território do Sisal: uma construção dos movimentos sociais* procuraremos regionalizar a discussão trazendo a temática para o Território do Sisal, a fim de discutir como se vem dando a construção e efetivação da participação da sociedade civil organizada nesse espaço. A proposta é, portanto, buscar compreender, a partir de conceitos presentes na literatura sobre o tema, que papel a sociedade civil organizada tem assumido no Brasil e no Território do Sisal, bem como a sua contribuição na construção de um espaço igualitário.

2.1 SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Os primeiros passos dados pela sociedade civil organizada no Brasil em termos de mobilização coletiva foram iniciados nas pequenas comunidades ou mesmo nos bairros afastados dos grandes centros na década de 1960, em um contexto histórico que nos remete diretamente ao período do Golpe Militar que o país sofreu em 1964. Naquele momento, houve uma repressão sistemática de todas as formas de contestação política e organização sindical (NAVES, 2003), sendo toda e qualquer manifestação coletiva vista como ameaça ao Estado e todo ajuntamento civil investigado e evitado, independente de seu propósito, procurando evitar que ganhassem proporções maiores.

Impedidos de usarem as praças públicas, palcos e escolas, os movimentos e grupos organizados se deslocam para as pequenas comunidades quase não notadas ou para o interior dos bairros periféricos dos grandes centros. Lá os grupos se reuniam sem a vigilância direta do regime, pois esse tipo de trabalho comunitário não representava uma ameaça para o Estado, escapando assim da perseguição ao qual eram submetidos anteriormente. Foi dessa

forma que os movimentos sociais foram crescendo a cada novo encontro que realizavam. Sua característica principal durante esse período era a preocupação com as causas coletivas, e por estarem presentes em uma comunidade, as prioridades eram as causas urgentes da população local, por mais simples que pudessem ser vistas.

Nesse cenário, nasce uma sociedade civil organizada que procurava apresentar uma identidade coletiva e, apesar de tratar de questões públicas, não era composta por organizações políticas (de partido), mantendo distância da máquina estatal (NAVES, 2003). O posicionamento que a sociedade civil organizada exercia nesse período era caracterizado pela luta em prol dos menos favorecidos. E para a realização de tal objetivo, usava-se o confronto ou a oposição àquilo que o Estado propunha com seu modelo vertical, baseado no modelo ditatorial que o país estava vivendo.

É nesse momento da história que a sociedade civil organizada ganha suas inúmeras facetas e cada grupo voltado para o desenvolvimento de atividades em áreas específicas (estudantes, mães, grafiteiros, alcoólicos, etc.) tinha a oportunidade de se organizar em prol de suas causas, para assim buscar o bem comum. A Igreja Católica foi um instrumento impulsionador para o crescimento desses ideais, tendo em sua essência a Teologia da Libertação (Teologia humanista). Os agentes pastorais deram outro olhar para a comunidade, disseminando em todo o território brasileiro as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que pregavam a união das pessoas em comunidades para buscarem o bem comum, a libertação do homem do sistema opressor existente, pregando nele o espírito fraternal (NAVES, 2003). Segundo BETTO (1997), as CEBs eram um modelo que emergia de baixo para cima, de profunda valorização do povo simples como sujeito histórico.

Com o golpe militar de 64, as comunidades cresceram. Primeiro, porque a Ação Católica foi reprimida pela ditadura e extinta por parte do episcopado. Segundo, porque muitos setores de esquerda, sem espaço de atuação, acabaram se voltando para essas comunidades. Terceiro, porque a repressão desmontou todas as organizações populares, menos as CEBs. É que na cabeça dos militares, comunidade de base era coisa de oração, não representava, portanto nenhuma ameaça (BETTO, 1997, p. 05)

Datadas do início dos anos 1960 e com um caráter clerical, as CEBs tomam uma dimensão política frente ao regime ditatorial, servindo de embrião para os novos movimentos populares que surgiram, passando de uma extensão do trabalho do vigário para uma entidade de engajamento social e político, tornando-se impulsionadores reconhecidos e responsáveis por promover articulações entre as comunidades mais carentes.

Em meio ao Regime Ditatorial, os grupos sociais de esquerda lutavam contra o sistema que oprimia a liberdade de expressão, bem como as desigualdades sociais. Usados como base para representar as causas da sociedade civil organizada, os partidos políticos que emergiam dos próprios movimentos e organizações comunitárias tornaram-se expressivos aliados dos marginalizados junto ao Estado, tornando-se representantes originais da sociedade civil organizada nos espaços públicos. Em 1965, o Ato Institucional de número dois, o AI-2, cassou os partidos políticos existentes e instituiu o sistema bipartidarista, onde o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) aglutinaria a oposição consentida e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) representaria o grupo de apoio ao governo (VICENTINO, 1993). Durante muito tempo, o MDB foi o principal aliado e representante da sociedade civil organizada junto ao Estado, e somente após a adoção do pluripartidarismo, a oposição (sociedade civil organizada) pôde contar com outros partidos políticos, tais como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Durante muito tempo, os partidos políticos foram os representantes legais da sociedade civil organizada junto ao Estado, caindo em descrédito com o tempo, por esses terem se tornado aliados do governo, tornando-se quase que sinônimos daquele, e dessa forma os movimentos sociais ganham destaque por estarem preocupados com as causas populares. Assim, a classe maior, a sociedade civil organizada, seguia crescendo em cada pequeno grupo e ganhava proporções largas.

Os grupos organizados dos pequenos bairros que aparentemente “não representavam ameaças” (NAVES, 2003, p. 565) para o regime militar, fizeram parte do movimento que em 1986 “derrubou” o autoritarismo no país. Ligados principalmente ao movimento dos trabalhadores e ao movimento estudantil, esses “insignificantes” grupos se juntaram àqueles que também almejavam o início da liberdade no país. Após 1988, os ex-pequenos grupos transformam-se em movimentos sociais de abrangência nacional a favor ou contra as mais variadas causas sociais, e aqui o que entra em cena é a ligação entre grupos que possuíam os mesmos anseios, e, que estavam espalhados por todo o país, se juntarem em favor de um bem público/político maior, a liberdade democrática.

A partir de meados da década de 1980, os movimentos sociais incluíram parcelas mais amplas da sociedade. Surgiram os movimentos ecológicos, que transcendiam a divisão política entre direita e esquerda e, também, o movimento em defesa dos direitos do consumidor (NAVES, 2003, p. 569).

Depois de aprovar a Constituição Federal em 1988, a República Federativa do Brasil, começou a traçar novos caminhos em sua trajetória política e, pela primeira vez, a sociedade civil organizada tem seus anseios garantidos formalmente como “direitos” do ser humano, reconhecidos pelo Estado (VICENTINO, 1993). Até então, os grupos organizados, em sua maioria, emergentes de classes economicamente menos favorecida, levantavam suas vozes em busca de uma sociedade mais justa e democrática. Contudo, os resultados dos “gritos” de protestos ficavam sufocados, e nessas tentativas de resposta, o(s) movimento(s) ia(m) ganhando adeptos e se juntando a outras vozes, anunciando um novo mundo, onde sua construção não seria mais de cima para baixo, como a assistida e deplorada, mas uma edificação cuja trajetória seria de baixo para cima (SANTOS, 2001, p. 170).

A sociedade civil organizada no Brasil surgiu, assim, de uma lacuna deixada pelo próprio Estado. Nesse momento, pós 1988, já temos no país, grupos organizados da sociedade civil que almejam alcançar objetivos maiores, como a inserção das camadas populares nas decisões econômicas do Estado e acesso a incentivos financeiros oriundos de entidades internacionais. O Brasil estava entrando em um processo de globalização, e com isso o país começou a adotar objetivos e metas econômicas semelhantes aos países “superiores”. Para levar adiante esse projeto, o princípio da soberania cedeu lugar aos interesses de órgãos internacionais (estrangeiros). Assim, esses órgãos externos começaram a impor modelos de como conduzir o país, sobretudo na política. Segundo Naves (2003), à medida que crescem as interferências externas, diminui a importância das chamadas forças sociais internas, que perdem muito de sua capacidade de pressão sobre o Estado. Com esse novo cenário de afastamento do poder público em detrimento de um maior controle do capital, a sociedade civil organizada ganha força nos espaços públicos na forma dos diversos movimentos organizados que existem hoje (estudantes, trabalhadores, mulheres, empresários etc.) numa tentativa de estabelecer canais de diálogo com o Estado, a fim de obter melhorias para os diversos segmentos sociais.

O que entra em cena nesse momento são as questões ligadas à mobilização social, à organização da sociedade e dessa vez, com maiores proporções, pois uma vez conquistada a liberdade de se reunir, grupos que até então viviam na clandestinidade por temer a repressão, saíam às ruas por melhores condições de vida. Dessa forma, o tema que se discute nesse contexto é a questão da representação. Quem são esses grupos, quais seus objetivos, o que é essa mobilização e quais suas características, são temas de debates nos grandes congressos e encontros nacionais, espaços políticos e acadêmicos.

No entanto, o fato de estes grupos estarem juntos, em um grande número e em um lugar, não caracteriza estarem mobilizados. A mobilização ocorre quando o coletivo decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados discutidos e decididos por todos (TORO; WERNECK, 2005). Para que haja a mobilização social faz-se necessário o comum acordo entre os integrantes do grupo, seja na interpretação ou no sentido no objeto de desejo (a causa), o que não quer dizer que o caminho para isso não tenha sido marcado por conflitos, negociações. Consequentemente, os envolvidos nos grupos organizados devem ser sujeitos que tenham algum relacionamento com os objetivos da mobilização, pois participar ou não é uma escolha pessoal. Estar mobilizado não significa apenas ser atuante no movimento, esse conceito diz respeito, também, à questão da interpretação do sentido da coisa, de aceitar a causa como sua.

Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos o nosso destino; não nos sentimos responsáveis por ele porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessa visão é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca transformadora (TORO; WERNECK, 2005, p. 18).

É nesse cenário de mobilização por uma causa comum que nasce, a partir de 1999, a expressão Terceiro Setor. Segundo Wendhausen (2003), Terceiro Setor é apontado como um espaço que difere de dois outros espaços existentes, o Estado e o Mercado, o que o caracteriza como sendo nem governamental nem lucrativo, mas produtor de ações de interesse público. Seguindo esse raciocínio levantado pelo autor, temos um Terceiro Setor “avesso” aos conflitos políticos/ideológicos, localizado em uma zona à parte das negociações do Estado, sendo uma instância desprovida de interesses políticos e econômicos. Contudo, segundo Montañó (2007), o chamado terceiro setor possui características opostas às acima citadas.

Assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“o primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a sociedade civil (“terceiro setor”). Recorte este, como mencionamos, claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistorciza a realidade social, Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2007, p. 53).

Dessa forma, se reduzirmos o terceiro setor a uma instância que desconsidere o político e o econômico e que esteja ligado a apenas ao social, estaremos distanciando a sociedade civil das causas do Estado e desqualificando os seus interesses de ascensão política

(partidária), caracterizado pelas disputas sociais. A sociedade civil organizada também é palco de disputas de poder e de posições de conforto na máquina estatal para garantir seus direitos regulamentados. O novo rumo que esses coletivos têm construído é um espaço de diálogo e, sobretudo de poder, e aquisição do poder.

O ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), assinou o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, o qual regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O decreto busca qualificar essas organizações bem como a formação e execução do Termo de Parceria, novo instrumento de aliança entre o Estado e o Terceiro Setor. Considerada o marco legal que afirma a aliança entre esses dois pólos de administração, o Estado e o Terceiro Setor, a Lei das OSCIP demonstra dificuldades para qualificar e tipificar as organizações sem fins lucrativos e voltados para a questão social (WENDHAUSEN, 2003). As OSCIP, normalmente, são sociedades civis, sem fins lucrativos, de direito privado e de interesse público, são entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público. Sendo assim, os grupos organizados podem optar ou não pela qualificação (no sentido de enquadramento) que a Lei das OSCIPs oferece, e para receberem tal qualificação esse grupos necessitam cumprir alguns requisitos e se enquadrar em alguns objetivos sociais propostos e finalidades estabelecidas pela Lei.

Dessa forma, há uma diversidade de grupos que podemos mencionar, que hoje compõem o terceiro setor.

Terceiro Setor é a denominação adotada para o espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Sua presença no cenário brasileiro é ampla e diversificada, constituída por organizações não-governamentais, fundações de direito privado, entidades de assistência social e de benemerência, entidades religiosas, associações culturais, educacionais, as quais desempenham papéis que não diferem significativamente do padrão conhecido de atuação de organizações análogas em países desenvolvidos. Essas organizações variam em tamanho, grau de formalização, volume de recursos, objetivo institucional e forma de atuação. Tal diversidade é resultante da riqueza e pluralidade da sociedade brasileira e dos diferentes marcos históricos que definiram aos arranjos institucionais nas relações entre o estado e o Mercado (FISCHER, 2002, p. 45).

Outras formas de organizações também têm se juntado a essa nomenclatura, que atuam em grupos minoritários em defesa de seus interesses. A perspectiva de crescimento para o Terceiro Setor está pautada na incapacidade do Estado brasileiro em propor estratégias, programas e metas para superar as profundas desigualdades sociais (NAVES, 2003). Nesse quadro, as Organizações não Governamentais vêm realizando um trabalho de representação

da sociedade civil organizada junto ao Estado, fazendo-se presentes onde o Estado não está presente, como as pequenas comunidades rurais, bairros periféricos e violentos etc. As ONGs têm se tornado executoras das ações propostas pelo Estado, ou seja, parceiras do poder público estatal.

2.2 SOCIEDADE CIVIL NA INTERAÇÃO COM O ESTADO: A BUSCA DE UM DIÁLOGO

Por muito tempo predominou na divisão administrativa do país a separação estrita entre o poder público estatal e a sociedade civil. Anteriormente à promulgação da Constituição Federativa do Brasil, em 1988, não era compreensível por parte dos militantes a possibilidade de estabelecer um diálogo com o Governo, pois as atividades que os movimentos sociais realizavam de interesse público podiam ser solucionadas sem o apoio do poder governamental estatal.

Nascida a Constituição, a possibilidade de abertura para o diálogo entre o Estado e a sociedade civil organizada começa a surgir. Nesse momento em que os ideais de democracia começam a tomar novos rumos com a reforma que a sociedade brasileira vinha sofrendo, além da participação e da cidadania, emerge no país o discurso de descentralização, caracterizado pela autonomia que os municípios brasileiros vinham ganhando, favorecendo dessa forma a sociedade civil organizada, numa conquista prevista pela Constituição. Era preciso haver uma revisão em algumas formas de governos, pois não poderia haver uma participação ativa e uma autêntica cidadania em um rol onde predominava a lógica de mercado (NOGUEIRA, 2004). Em suma, o novo quadro político que podíamos contemplar no país nesse momento é a descentralização de poder ampliado com a autonomia que os municípios brasileiros vinham conquistando, e com isso o surgimento de novos poderes locais, fortalecendo assim o terceiro setor.

Nesse momento, a sociedade civil organizada tem a necessidade de alargar suas fronteiras e buscar provocar o Estado para um diálogo que interessa ambas as partes envolvidas. O conceito que Nogueira (2004) usa para potencializar esse momento é o da despolitização, que estava intimamente ligado à ideia de democracia, pois um governo descentralizado, ou seja, um governo preparado para dialogar com a sociedade civil organizada torna-se sinônimo de um governo democrático. A despolitização do Estado, ainda segundo o autor, está relacionada à abertura para a participação (intervenção) da sociedade civil organizada nas discussões que visem o planejamento, a execução e a fiscalização das

atividades públicas realizadas pelo Estado. A sociedade civil organizada nesse momento passa a fazer parte do gerenciamento da política e não mais apenas fazer oposição ao governo/política.

[...] participação e sociedade civil não mais serão vistas como expressão e veículo de predisposição coletiva para organizar novas formas de Estado e de comunidade política, de hegemonia e de distribuição do poder, mais sim como a tradução concreta da consciência benemerita dos cidadãos, dos grupos organizados, das empresas e das associações (NOGUEIRA, 2004, p. 57).

Esse processo de descentralização que o Estado foi impulsionado a adotar serviu como base para transformar suas fronteiras em um campo de diálogo e interação de sentidos, e não mais como um campo marcado apenas pela tensão e disputa. Com essa mudança de posicionamento ideológico o Estado não estava perdendo seu efetivo poder político dentro do território. Pelo contrário, a partir dessa medida o Estado “passou a ser assimilado tanto como estrutura de dominação quanto como parâmetro ético de convivência e *locus* para o encontro de soluções positivas para os problemas sociais” (NOGUEIRA, 2004). Assim pensar um Estado sem a participação de uma sociedade civil organizada ativa é concebermos a ideia de uma política centralizadora e não democrática, em que o inverso teria um processo de despolitização assumindo um marco legítimo para que a democracia se estabeleça.

Durante os anos 1980, a sociedade civil organizada deu início a um modelo de participação que teve sua origem nos Estados Unidos. O termo organização não-governamental estava sendo usado naquele país para qualificar as entidades que se dedicavam as questões sociais, em suas diversas especificidades. Segundo Wendhausen (2003) Organização Não Governamental (ONG) constitui um termo de conceito amplo, diverso e de difícil precisão. São qualificadas como organizações privadas, sem fins lucrativos, realizam algum trabalho voluntário e são detentoras de funções públicas. No Brasil, as chamadas ONGs tornam-se entidades voltadas para questões sociais de interesse público, capazes de formular projetos, monitorar sua execução e prestar conta de suas finanças (NAVES, 2003). Segundo o autor, outra diferença marcante entre as ONGs e os movimentos sociais diz respeito ao apoio financeiro recebidos pelas ONGs das entidades internacionais para apoiar seus projetos cidadãos.

O Estado a partir desse momento toma um novo posicionamento ideológico quanto à questão emergente em seu território. Com a consolidação do trabalho realizado pelo terceiro setor, o Estado vê a possibilidade de transferir a responsabilidade sobre a questão social para esses grupos organizados. É exatamente nesse cenário que as ONGs destacam-se enquanto

representantes da sociedade civil organizada nos espaços públicos. Para o Estado, essas entidades são portadoras da qualificação técnica e também da qualificação política (DAGNINO, 2002). A qualificação técnica a qual Dagnino refere-se, diz respeito à capacidade e conhecimento de elaborar projetos, propor alternativas específicas, bem como deter algum saber em áreas específicas das ciências exatas e humanas (administração, contabilidade, sociologia, relações públicas etc.) sendo adquirida através de cursos e treinamentos profissionalizantes. E se tratando da qualificação política, a autora especifica que as ONGs detêm um conhecimento que provêm de sua convivência passada ou presente com determinados setores sociais, o que contribui para essas organizações se “familiarizarem” com os pequenos grupos. Essa qualificação política está relacionada à liberdade que o sujeito conquista em sua militância, algo difícil de materializar, diferente da qualificação técnica, que exige tão somente dedicação. Assim essas duas qualificações que Dagnino aponta, são requisitos fundamentais para a negociação com o Estado.

Portadoras dessa capacidade específica, muitas ONGs passam também a se ver como “representantes de sociedade civil”, num entendimento particular da noção de representatividade. Consideram ainda que sua representatividade venha do fato de que expressam interesses difusos na sociedade, aos quais “dariam voz”. Essa representatividade advinda então muito mais de uma coincidência entre esses interesses e os defendidos pelas ONGs do que de uma articulação explícita, ou relação orgânica, entre estas e os portadores destes interesses (DAGNINO, 2004, p. 10).

A partir dos anos 1990, a relação do Estado com a sociedade civil organizada ganham novos rumos, passando de uma arena de disputa de poder para um espaço de negociação. A princípio, os movimentos sociais vão cedendo lugar para a efetiva participação das ONGs, marcando um campo propício de relações entre sociedade civil organizada e Estado. Nessa parceria, o Estado encontrou um terreno fértil para transferir algumas de suas responsabilidades com as classes sociais para o terceiro setor. Contudo esse “relacionamento” entre essas duas instâncias da sociedade sempre foi marcado por conflitos de interesses. Segundo Montaño,

o motivo é fundamentalmente *político-ideológico*: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto às políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autocolpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do terceiro setor, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (MONTAÑO, 2007, p. 23).

Depois de expressar o “desejo” que permeava o cerne de seu poder, o Estado mais uma vez deixa evidente seu entendimento sobre o que vem a ser a democracia, ou pelo menos, indica qual o percurso de despolitização que ele está usando para promovê-la. Desse processo resultam dois pontos que merecem ser analisados. O primeiro ponto é positivo e refere-se à abertura dos espaços públicos, que se caracterizam como o caminho que liga a sociedade civil organizada ao Estado, ou seja, os canais de participação, opinião e diálogo. O segundo ponto, porém, é negativo, e diz respeito à transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil organizada.

Ainda procurando analisar o papel que as Organizações não-Governamentais têm desempenhado na sociedade brasileira, podemos usar o modelo de diferenciação entre elas e os movimentos sociais. Como foi dito há pouco, as ONGs por serem detentoras de uma qualificação técnica em muitas áreas necessárias para obterem conhecimento de assuntos específicos, as ONGs têm servido como pontes mediadoras entre o poder público e a sociedade civil organizada. Assim, o Estado tem concedido poder e abertura à máquina política para a sociedade por meio dessas organizações. Como afirma Montaño (2007, p. 24), “o que o Estado deixa de fazer passa a ser assumido por organizações do Terceiro Setor”. Por sua vez, “estas, com a parceria do Estado, compensariam a diminuição de atividade social estatal”. É exatamente nesse processo de “parceria” que o autor justifica as teses de “passagem”, por parte do Estado (passar algumas responsabilidades para os grupos organizados) e de “compensação” (garantir que uma parcela da sociedade civil organizada participe do poder), promovida pela sociedade organizada. Contudo, as ONGs não representam todo o terceiro setor, elas representam causas específicas e têm atuado como executoras de propostas do Estado. Enquanto isso, os movimentos sociais, que são diversos, por não serem detentores de conhecimento técnico, muitas vezes tornam-se invisíveis frente ao Estado, e conseqüentemente têm suas reivindicações abafadas e não conseguem participar da administração pública na construção da cidadania.

O cenário político que podemos contemplar na sociedade brasileira nesse momento é o de abertura para o diálogo entre o Estado e os grupos organizados representados pelas ONGs e pelos movimentos sociais. Nesse quadro, o que entra em discussão é a partilha do poder, uma bandeira muito levantada pela sociedade civil organizada. A qualificação técnica nesse momento será o elemento fundamental para promoção desse diálogo, pois para que os grupos reivindicatórios venham garantir suas vozes, esse requisito necessita estar solucionado. E quanto maior a qualificação, maior também será a condição de negociação, sendo o contrário positivo. O que temos como resultado desse quadro é o maior envolvimento do

Estado nas decisões políticas mais importantes, pois são esses detentores de qualificação técnica, contando para tal com o apoio das ONGs, que entram como parceiras executoras no Estado.

É nesse momento que podemos usar os termos que Dagnino (2002) empregou para classificar essa forma de participação. Segundo a autora, a relação da sociedade civil organizada com o Estado deixa de ser da “representação” para se tornar uma “representatividade”. A sociedade civil organizada muitas vezes não se sente contemplada por ter um órgão burocrático dialogando questões sociais com o Estado. É nesse momento que nos deparamos com um deslocamento de significados (DAGNINO, 2002) daquilo que vem a ser sociedade civil organizada, passando a ser representada apenas por Organizações não-Governamentais, havendo dessa forma o que Dagnino denominou de “confluência perversa”, que seria uma “pseudo” participação da sociedade civil organizada nas ações e projetos da esfera estatal, uma falsa impressão de participação. E nessa disputa de poder,

onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentidos, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui um terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário (DAGNINO, 2002, p. 97).

Se outrora tínhamos a sociedade civil organizada como sendo o “pólo de virtude” e o Estado sendo a “encarnação do mal”, após o processo de despolitização, ou seja, de abertura para um diálogo e a intervenção da participação democrática, podemos perceber que se estabelece nesse processo uma relação de poder entre administração política e classes populares que se desemboca numa relação de conflito e tensão, que segundo Dagnino (2002) será maior ou menor, a depender de quanto as partes estão envolvidas (quanto maior o envolvimento, maior será o conflito). Dessa forma, o “pólo de virtude” e a “encarnação do mal” misturam-se de tal forma que não mais é possível essa distinção para classificar essas entidades. No entanto quanto à partilha de poder, mesmo quando existe, tem um caráter limitado e restrito, sem estender as decisões mais amplas sobre as políticas públicas, que poderiam ter um impacto significativo na sociedade (DAGNINO 2002), ficando a cargo do governo a maior parte das decisões.

Em suma, podemos dizer que não existe neutralidade política no exercício de funções públicas ou de atividades privadas que influam sobre o comportamento social, os direitos e os interesses das pessoas ou de um grupo (NOGUEIRA, 2003). Mesmo que o cidadão ou o grupo organizado se identifique como apolíticos e de alguma maneira trabalham influenciando na vida de pessoas ou mesmo buscando estabelecer algumas decisões em prol

do bem comum, podemos dizer que há uma responsabilidade política implícita nessas atividades. Dessa forma, os que se dizem não fazerem parte de um sistema político no exercício de suas funções estão de certa forma, equivocados, pois todos os indivíduos têm o dever de participar da vida social, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum, e nessa visão nem a sociedade civil organizada é tão virtuosa e nem o Estado é apenas a encarnação do mal.

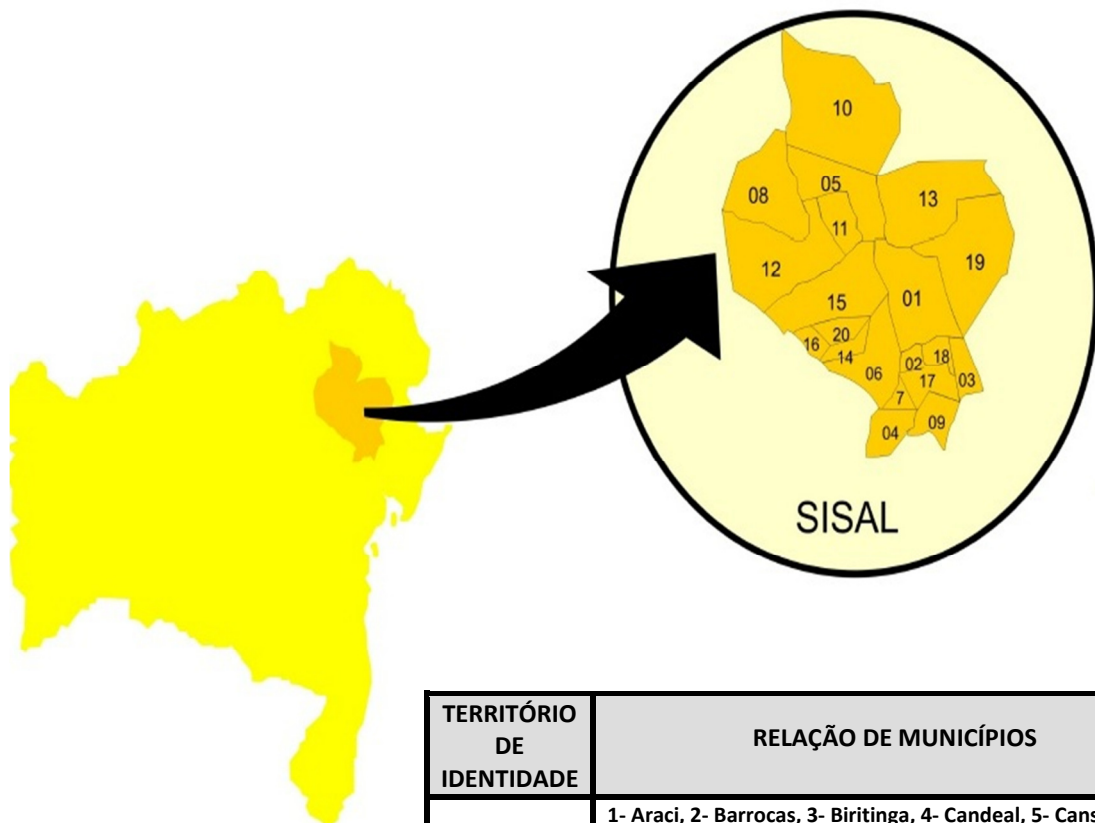
O entendimento sobre política ou do fazer política tem influenciado muitos a questionar o significado desse verbete e essa pode ser uma das razões que tem levado até mesmo os movimentos sociais (seus líderes) a afirmar que “esse movimento” não tem nada a ver com política partidária. Contudo, se formos analisar o que Arendt (2009) classificou como sendo o significado de política, iremos compreender que toda ação da cidadania para o bem comum é política, pois esse termo é sinônimo de liberdade. E para aqueles que discordam desse significado, e, não são capazes de exprimir um conceito sobre o tema, a autora diz que “a falta de significado para a política é um problema inventado”. (ARENDR, 2009, p. 164). Tomando a política como sendo um ato de liberdade, torna-se contradição afirmar que os movimentos organizados da sociedade civil não são organizações políticas, pois uma vez reunidos em busca da democracia, sua luta transforma-se em abertura de espaços e, conseqüentemente em uma ação política; Posicionam-se como apolíticos, como afirmou Arendt (2009), é não saber qual o sentido de sua luta, a que caminho percorrerá, quais as parcerias que devem ser feitas.

Tomando como referência a associação entre política e liberdade descrita por Arendt (2009), podemos identificar de que maneira as organizações da sociedade civil no Brasil têm desenvolvido seu papel enquanto interlocutoras perante o Estado em busca de uma sociedade mais igualitária. Fundamentadas na Constituição de 1988, a carta que se abriu para garantir a liberdade do brasileiro, grupos oriundos das pequenas comunidades rurais, das periferias urbanas, artistas, intelectuais, classe média, ganharam força para levar a todo o país o discurso que estava sendo produzido em sua “*polis*”, um discurso que possibilitasse a ascensão das classes outrora sem voz a dialogar com o Estado, e não só com esse, mas com outros movimentos semelhantes espalhados no anonimato do país, em busca de melhores condições de vida. Essa garantia de participação que a sociedade brasileira vem conquistando no decorrer da história não deve ser vista pura e simplesmente como algo que só promove a unidade. Essa busca pela liberdade é uma construção também permeada por conflitos, sejam esses no grupo ou fora dele. O conflito nas relações de poder é algo imprescindível e talvez inevitável, necessário ao produzir a política, ao produzir a evolução.

2.3 PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A localização de toda comunidade territorial que se encontra no Nordeste brasileiro começa mais ou menos assim: situado no semiárido baiano do Brasil, o Território do Sisal apresenta um dos piores índices sociais de vida. Distante a cerca de 220 quilômetros da capital baiana, Salvador, é integrado por 20 municípios, habitado por 572.337 pessoas e uma extensão territorial de 20.154 Km², o correspondente a 3,5% do Estado da Bahia (IBGE, 2007). Esse território fica localizado numa área onde a precipitação das chuvas tem seu índice pluviométrico bastante elevado. O problema é que toda essa água cai em média apenas três meses do ano, tendo a população que conviver com nove meses de seca, utilizando apenas da água que conseguiu guardar em tanques no chão ou nas poucas cisternas.

FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO DO SISAL



Para sobreviver em um local com essas características é necessário ser alguém “de fibra e resistência”. E foi exatamente esse o *slogan* que permaneceu estampado nos semblantes desses “valentes”, faces queimadas pelo sol ardente que muitos deles têm que enfrentar durante seis dias por semana para garantir o sustento da família. Essa dura rotina faz parte da vida dos trabalhadores do sisal, uma planta originária do México e que se adaptou bem ao clima seco e quente do semiárido baiano. Dessa planta “estrangeira”, além de retirar a fibra que é destinada em grande número ao comércio exterior e para fabricação de cordas, tapetes e artesanatos, os sisaleiros extraem o pão de cada dia, e também o remédio, a roupa, o sorriso e, sobretudo, a esperança de dias melhores com a chegada da chuva.

FIGURA 2 – TRABALHADORES NO MOTOR DE DESFIBRAMENTO DE SISAL



FONTE: http://avozdocampo.blogspot.com/2011_03_01_archive.html acesso em: 27 de jul de 2011

Há muito o sentimento de quem passava por esse lugar e via as mulheres com latas de água na cabeça lavando roupas na beira de um tanque, ou mesmo um homem dando varadas para fazer com que seu jegue andasse mais rápido, a primeira frase que saía da boca era: “coitados”... “coitadinhos”... E entre essas idas e vindas do olhar estrangeiro sobre a região, começaram a surgir discursos de poucas esperanças de alguns e de desilusões de outros.

A partir do final dos anos 1970, e com a efervescência da chamada sociedade civil organizada, em busca da democratização dos espaços públicos, pequenos grupos do Território dão início ao processo de “invasão” dos lugares que até então não tinham acesso. Em consonância com esse movimento democratizante, os movimentos do Território do Sisal reúnem-se em busca de melhores condições de sobrevivência, iniciando um novo discurso de convivência e potencialização dos elementos sociais (GOMES, 2006).

No estado da Bahia, ainda em 1979, camponeses reúnem-se para reivindicar junto ao governo melhores condições para comercializar os produtos excedentes da agricultura de subsistência caseira nas feiras livres de suas cidades. Esse desconforto resulta em uma mobilização onde pequenos agricultores do semiárido baiano viajam até Salvador a fim de dialogar com o governo e propor soluções para a questão. Desse confronto, em 1980, nasce a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) em seis municípios baianos. Essa instituição tornou-se uma aliada dos agricultores e pecuaristas no Território do Sisal, vindo a contar com duas sedes na região, uma na cidade de Serrinha e outra em Valente.

Importante manifestação da sociedade civil organizada do Território foi a criação do Movimento dos Mutilados do Sisal, no final da década de 80. Esse movimento tinha como bandeira a busca de amparo previdenciário para as pessoas vítimas de acidente de trabalho no processo de desfibramento do sisal. Nesse processo, muitos perdiam mãos, dedos e antebraços, e por não serem considerados trabalhadores formais, até então não dispunham de assistência da previdência, vindo a se beneficiar anos depois (CODES, 2010).

Ainda nessa época, houve manifestações de protestos em quase todas as cidades que compõem o Território, sendo a questão mais urgente era a efetivação e autonomia dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR). Os primeiros Sindicatos dessa categoria a se formar eram controlados por políticos pertencentes às elites locais, geralmente ligados a base da situação do governo. Insatisfeitos com esse quadro, os trabalhadores iniciaram um processo de reivindicações que terminou afastando os “políticos” do cenário, que passou a ser assumido por trabalhadores em muitas cidades da Região (CODES, 2010).

A década de 1980 também foi palco para o Movimento Cidadania em Ação, uma luta em que muitos municípios do Território buscavam transparência na administração pública. Dessa forma, a sociedade civil organizada tinha a possibilidade de fiscalizar as contas do município, procurando assegurar participação na administração (CODES, 2010).

Durante a década de 1990, a luta dos movimentos sociais no Território do Sisal concentrou-se na luta contra o trabalho infantil. O número de crianças e adolescentes que estavam sendo submetidas a formas de trabalho degradantes na “indústria” do sisal causou um desconforto na população, que na busca pôr melhores condições de vida pressionam o governo a tomar uma atitude de reajuste. Era comum às crianças deixarem de frequentar a escola para ajudar os pais no trabalho diário no motor de sisal. Os anseios da sociedade civil organizada foram privilegiados e em maio de 1996, foi implantado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) primeiramente na Região Sisaleira com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), tornando-se uma referência nacional. O

Programa que contribuiu para o retorno das crianças e adolescentes às salas de aula, além de contar com atividades disciplinadoras e recreativas no horário oposto às aulas regulares, fornece alimentação e uma bolsa para colaborar com o sustento da família do beneficiado. Contudo, apesar do esforço que a sociedade fez para vinda do projeto, muitas crianças continuaram trabalhando no sisal, pois a abrangência das unidades do PETI não conseguiram chegar a todo o Território e mesmo a mobilização não encontrou terreno fértil em todos os lares dos sisaleiros.

Além dos já citados, muitos outros movimentos surgiram no Território, a partir dos anos 90, entre eles o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal (FATRES), a Cooperativa de Artesanato Fibras do Sertão (COOPERAFIS), as Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, entre outras. Nesse momento de efervescência da sociedade civil organizada no Território,

entra em pauta a discussão sobre políticas públicas: as lideranças populares rompem com a prática vigente, onde as (poucas) obras públicas eram definidas apenas em épocas eleitorais pelos chefes políticos, de acordo com seus interesses, iniciando-se um novo modelo (ainda em construção) de definição de políticas públicas, onde as representações da sociedade civil têm o destaque que merecem (CODES, 2010, p. 13).

Esse novo discurso que vem sendo construído no Território do Sisal remete-nos a questão levantada por Chauí (2007, p. 30) citando o filósofo Maquiavel, ao afirmar que na sociedade brasileira o que sempre predominou foi o “desejo dos grandes de oprimir” incentivados pelo “desejo de bens” e, em contrapartida, “o desejo do povo de não ser oprimido”, inspirado no “desejo de liberdade”. Esse desejo de não se deixar ser oprimido está expresso nas ações que esse povo vem desenvolvendo em suas diversas formas de organização, como podemos ver no slogan da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB): “O sertão tem de tudo que a gente precisa, e se faltar, a gente inventa”.

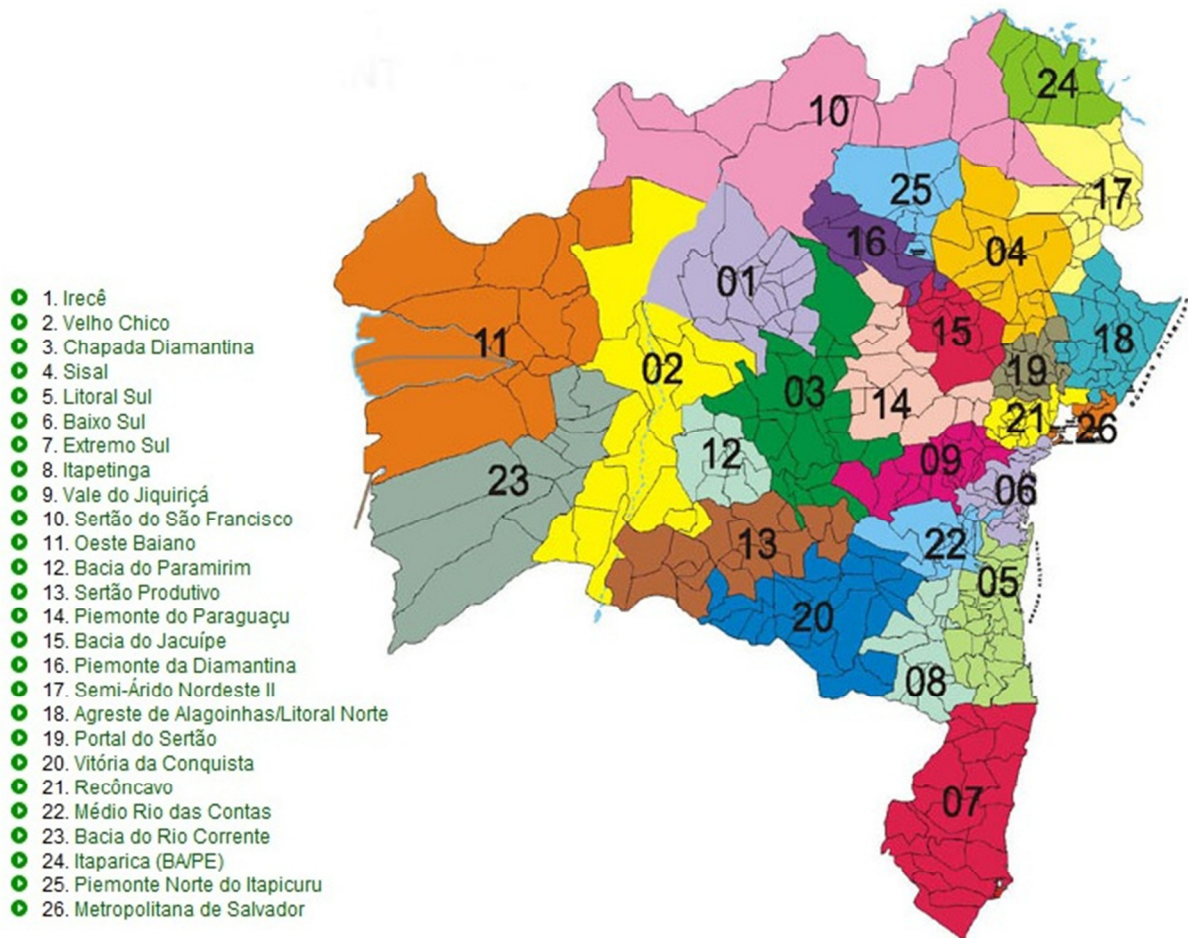
O “desejo de liberdade” que permeia esse Território, e os “novos olhares em direção a essa realidade fazem com que esses sertanejos não sejam o que se esperam deles, olhos de complacência e pesar” (CODES, 2010, p. 31). Mesmo tendo as condições climáticas como elemento limitador de melhores condições humanas, o desejo de superação, a perseverança, a resistência e a criatividade têm sido ações que os homens e mulheres de “fibra” têm demonstrado a cada dia em práticas de organização.

É assim que o Brasil “de cima” se apresenta, forte, viril, duro e ríspido influenciado pelo meio ao desenvolver uma capacidade de enfrentar tudo e a todos, para sobreviver, sobreviver aqui no sentido de resistir, tanto a seca, que assola grande parte da região, quanto no sentido de manter a pureza da brasilidade [...] (VASCONCELOS, 2006, p. 6.).

Tal qual foi expresso por Vasconcelos (2006) quando relata o Brasil, a ideia de um Território do Sisal forte e resistente tem levado seus habitantes a engajarem-se na luta política, procurando dialogar com o poder público estatal. Esse tem sido o caminho para procurar, quando não resolver, amenizar as disparidades nos índices sociais dessa terra, criando assim um espaço democrático e com a participação de múltiplos atores envolvidos. Assim, sociedade civil organizada e poder público, por meio de articulações, comemoram conquistas importantes, mesmo as disputas existindo, para tal aproveitando os potenciais naturais, com seus limites na busca de construir um bem-estar coletivo (CODES, 2010). As ferramentas que os sisaleiros têm usado para desempenhar esse “serviço” não são as mesmas utilizadas para cortar a folha do sisal do caule: instrumento cortante. Outros instrumentos de trabalho têm sido manejados para promover uma sociedade mais igualitária e a organização da sociedade civil em suas diversas manifestações se tornou um marco legal nesse processo. O que se usa nesse campo de disputa é a determinação e a força que esses “fortes” têm depositado para a realização dos compromissos.

Em 2008, o Ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, lança o Programa Territórios da Cidadania, que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. Em 2009 o Brasil já contava com 120 territórios reconhecidos pelo Programa. A Bahia foi subdividida em oito territórios – Baixo Sul, Chapada Diamantina, Do Sisal, Irecê, Litoral Sul, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Velho Chico e Itaparica PE/BA. Em 2010, é a vez de o Governo Estadual instituir, por meio do Decreto número 12.354 da Constituição Estadual, a implantação do Programa Território de Identidade. O objetivo é colaborar com a integração das políticas públicas de cada Território, com a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão pública e com a valorização das diversidades culturais, sociais, econômicas e geográficas da população. Devido a sua organização, o Sisal, foi o primeiro a ser identificado no país como Território de Cidadania e, pelo Estado, como Território de Identidade.

FIGURA 3 – MAPA DOS 26 TERRITÓRIOS DE IDENTIDADES DO ESTADO DA BAHIA



FONTE: http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_territorios_identidade.asp. Acesso em 27 de jul de 2011

O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (CODES), tornou-se um importante articulador e promotor de políticas que visem o desenvolvimento do Território. Criado em 2002, as ações dessa instituição materializaram-se com a construção participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e, segundo o CODES, esse Plano é um documento que sistematiza a experiência, o conhecimento acumulado, as expectativas, sonhos, desejos e projetos coletivos das diversas organizações que têm um papel ativo na promoção do desenvolvimento sustentável do Território do Sisal. Nesse cenário, o CODES Sisal começa a apagar do quadro atual a falta de um planejamento para o Território, e, com a participação de diversos segmentos da sociedade, o Território começa a quebrar a ausência de informações de interesse, além de começar a quebrar também os pré-conceitos existentes com relação ao coronelismo estabelecido em todo o Nordeste. Dessa forma, o CODES tem se tornado um órgão que busca o desenvolvimento

com sustentabilidade no Território, o que tem levado à visibilidade dessa região em todo o país como representante legal perante o Governo Federal.

Outro importante promotor do desenvolvimento e de transformações no Sisal tem sido o Movimento de Organização Comunitária (MOC), entidade fundada em 1967, com sede em Feira de Santana, na Bahia. Surgiu a partir das CEBs, ligado à Igreja Católica. Enquanto entidade autônoma, o MOC atua desde 1970. Caracteriza-se como uma instituição que vem trabalhando para suavizar as disparidades sociais através da geração de políticas públicas com a participação de vários grupos sociais, bem como na busca de um diálogo com o Estado. O MOC busca promover a capacitação técnica daqueles que vêm colaborando para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática e, para tal, a instituição baseia seus projetos em cinco áreas específicas: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semiárido, Programa de Gênero, Programa de Educação Rural, Programa de Políticas Públicas e Programa de Comunicação. Para realização dos projetos que estão assegurados pelos programas, o MOC conta com a colaboração de alguns parceiros: Governo Federal, Estadual e dos Municípios; a *United Nations Children's Fund* – UNICEF; *Every Child* (Inglaterra); *Cordaid* (Holanda); Cooperativas de Crédito, Sistema de Crédito Cooperativo – (SICOOBs) e Associações das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB); Associação dos Pequenos Agricultores (APAEBs); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS) etc. (MOC, 2010).

A luta que a sociedade civil organizada tem travado, a cada novo encontro de grupos organizados, tem repercutido por todo Território e, como fruto desses embates sociopolíticos e o envolvimento das dimensões econômica, social, cultural, ambiental, territorial, institucional e tecnológico, tem contribuído para a geração do desenvolvimento local.

Conforme descreve Tenório (2007), para que haja o desenvolvimento local, faz-se necessária a articulação de atores estatais com a sociedade civil organizada, para levar adiante projetos que surjam das negociações e também dos conflitos. Essas ações locais de desenvolvimento não podem ser uma construção singular, “monopolizada” por uma das partes. Essa negociação exige um funcionamento articulado e facilitado pelo maior número de atores possível, para assegurar a democracia. Nessa linha, “não se pode falar mais em um centro que teria o monopólio” da iniciativa na definição das políticas “e de uma periferia que não faz mais do que negociar as capacidades de aplicação” (TENÓRIO, 2007), que tem ganhado campo nesse discurso é a pluralidade de colaboradores e de ações, uma possível garantia de um plano de desenvolvimento local que busque amenizar as disparidades sociais e políticas.

O Território do Sisal tem sido campo de muito diálogo e ações voltadas para a democratização dos espaços públicos. A sociedade civil organizada tem colaborado no fomento dessas discussões voltadas para pluralizar os projetos de desenvolvimento, por meio dos diversos grupos organizados, plurais nos fins e singulares nos meios, contribuindo para construir um lugar melhor de se sobreviver e fazendo desse lugar uma terra de “fortes”, de “valentes”, de homens e mulheres de “fibra”. Uma arma que tem sido usada para essas conquistas é a comunicação, não apenas aquela consolidada pelos meios massivos, mas também aquela promovida dentro das comunidades, das organizações, que muitas vezes não possuem um aparato tecnológico material.

3 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA DE CONQUISTA

Para esse segundo capítulo, preparamos uma abordagem sobre a temática central do trabalho, a Comunicação Comunitária em suas múltiplas facetas, construída e conquistada pela sociedade civil organizada em um diálogo constante com o Estado. Para realizar essa tarefa, dividimos o capítulo em três subtemas, procurando tornar essa passagem mais compreensível. No primeiro momento, *A construção da Comunicação: trajetórias e paradigmas da América Latina ao Brasil*, traçaremos os caminhos que a pesquisa em Comunicação Comunitária percorreu para conquistar o *status* de teoria, observando desde os estudos latinos americanos até as desenvolvuras e performances adquiridas em solo brasileiro. Na segunda parte, *Comunicação Emergente: a vez e a voz da comunidade*, faremos uma breve reflexão sobre alguns conceitos sobre a comunicação comunitária, tomando como orientação os estudos da professora Cicília Peruzzo, que muito contribuiu com a temática aqui no Brasil, mostrando que esse tipo de comunicação antecede o uso das tecnologias. No terceiro momento, *A Comunicação Comunitária no Território do Sisal: fibra e resistência*, traremos a discussão para nosso lugar, traçando os caminhos percorridos, os atores envolvidos e, sobretudo, algumas conquistas, pois a comunicação nesse espaço político sempre foi uma questão de luta e resistência. A proposta é, portanto, buscar na literatura existente e nas experiências adquiridas pelos sisaleiros, como a comunicação comunitária tem contribuído para o desenvolvimento local e sustentável desse Território, marcado pela opressão do “ser mais” sobre o “ser menos”.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO: TRAJETÓRIAS E PARADIGMAS DA AMÉRICA LATINA AO BRASIL

Há muito, falar em pesquisa de comunicação na América Latina significava analisar quantitativamente a circulação dos meios massivos bem como sua aceitação por parte dos receptores, ou seja, os estudos voltados para a área reuniam-se em torno do poder que esses meios exerciam sobre a população. As marcas de dependência estrutural que levaram a Região assumir uma cultura do silêncio e da submissão foram ferramentas que, de igual modo, contribuíram para a luta e resistência buscando compreender o que acontecia com a comunicação. Demarcavam-se, a partir de então, as fronteiras do emergente campo de estudo.

Segundo Melo (1998), a pesquisa em Comunicação compreende o estudo científico dos elementos que integram o processo comunicativo, a análise de todos os fenômenos

relacionados ou gerados pela transmissão da informação, sejam elas dirigidas a uma pessoa ou a grupos de pessoas. As questões relacionadas à comunicação não podem ser analisadas isoladamente, pois fazem parte de um todo que se atrai e se compila para um mesmo fim. No caso da América Latina, essa compreensão só veio a se efetivar no momento em que os estudiosos começaram a reconhecer e aceitar as condições sociais (subdesenvolvidos) como elemento chave para a construção de um terreno teórico. É nesse momento que passamos a ver os estudos em comunicação firmarem-se enquanto teoria na América Latina.

Com o incentivo e apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que mantinha o interesse de expandir os meios de comunicação de massa dando-lhes uma dimensão mais próxima da realidade social, pois compreendia que esses aparatos eletrônicos eram grandes potenciais para estarem levando conteúdos educativos aos diversos países, em especial aos subdesenvolvidos, é criado nos anos 1950 o Centro Internacional de Estudos Superiores e Periodismo para América Latina (CIESPAL), que ganhou um importante papel na junção dos pesquisadores para formulação concreta e agrupamento da pesquisa nesse espaço. Contudo, o valor significativo do Ciespal está em priorizar em seus trabalhos a introdução de estudos voltados para a comunicação popular, uma preocupação dos teóricos latino-americanos (BERGER, 2001).

Como resultado da busca pela afirmação do campo do saber, é no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que se instala um pensamento teórico sobre a comunicação na América Latina, quando uma “efervescência libertadora” toma conta da região e perpassa tanto pelas propostas dos movimentos guerrilheiros como as revisões do que se entendia por cultura, educação e vida política, mesmo que de forma heterogênea (BERGER, 2001). Os latino-americanos estavam inconformados com os conteúdos de comunicação norte-americanos, pois, esses trabalhavam seguindo uma lógica capitalista que desconsiderava o entorno social, além de não estarem adequados ao contexto da América Latina. Isso podia ser observado nas agências internacionais de notícias e de publicidade, as firmas internacionais de opinião pública, as pesquisas de mercado e relações públicas, os exportadores de matérias de programação impressos, auditivos e audiovisuais, entre outros. Por esses motivos, começam os investimentos e incentivos à pesquisa local.

A pesquisa latina em comunicação, ao longo dos anos, podia ser sintetizada em duas vertentes: o estudo da estrutura de poder dos meios de comunicação transnacional e nacional e o estudo sobre a formação discursiva e as mensagens da cultura de massa daqueles meios. Os estudiosos tomaram a comunicação como fenômeno evidente para demonstrar suas hipóteses

teóricas e provar seus pontos de vista crítico. Nessa perspectiva, percebe-se que o pensamento crítico sobre a comunicação estava se confundindo com o comprometimento político.

O panorama resultante das pesquisas, nesta perspectiva, era sombrio: da economia política à semiologia, dos marxistas aos estruturalistas, da universidade aos centros de pesquisas, tudo desembocava na crítica aos meios – sua estrutura produtiva, sua programação, suas mensagens e sua recepção. (BERGER, 2001, p. 257)

Nesse novo cenário o que se compreendia e se estudava sobre a comunicação estava relacionado com a estrutura política dominante que, por sua vez, estava ligada ao mercado. Assim, no final dos anos 1970, dois caminhos apresentam-se aos estudiosos da Comunicação. Por um lado, fora criada a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, que resultou no relatório denominado de Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). O documento, proposto pela Comissão, previa fontes alternativas para cobrir os acontecimentos, onde o fluxo de informação “atravessaria os países através do nosso olhar – subdesenvolvido, mas em processo de libertação” (BERGER, 2001, p. 262) O segundo caminho, uma espécie de aprofundamento do primeiro, é o Instituto Latino Americano de Estudos Transnacionais (ILET), que enfatiza o fenômeno da dominação e baseado no relatório da NOMIC, aponta possibilidades de resistência, via agências regionais de notícias. Por meio do incentivo a produção crítica, esses dois institutos propuseram meios para corrigir as disparidades de interesses que surgiam na América Latina.

Surgiam assim inovações quanto ao modo de recepção e de produção dos meios de comunicação na América Latina. Aqueles grupos que se colocavam na esquerda política aproveitavam o momento para colocar em prática muitas de suas experiências, como os fóruns, rádios e impressos, dentre outros espaços comunicativos. Essa forma de fazer comunicação evidenciava uma nova possibilidade para os veículos, um novo acesso (BERGER, 2001). Alguns teóricos chegaram a compreender essa “nova” fase da pesquisa em Comunicação como sendo uma construção das classes subalternas, que se tornaram protagonistas nesse cenário de políticas nacionais de comunicação, pensadas dessa vez, na luta por transformar o Estado através da comunicação popular, mobilizada por teóricos e sociedade civil organizada.

No final dos anos 70 e início dos anos 80 as formas populares de expressão e resistência ganha espaço e são transformadas em objeto de estudo. Todavia esse fenômeno não aconteceu gratuitamente, ou como moda, mas como resultado do contexto social. O receptor deixava de ser identificado como a massa amorfa e uniforme, passiva e manipulável, passando a ocupar o lugar do dominado – o

trabalhador organizado, a feminista, o militante – cujas apropriações expressam um receptor crítico. (BERGER, 2001, p. 264).

Esse movimento que emergia nos países latinos americanos, como a própria Berger (2001) relata, não se desenrolou naturalmente. Desde muito cedo as revoluções já vinham acontecendo, nos diversos países da Região. A independência comunicacional era motivo para estudiosos de diferentes áreas do saber reunirem-se para buscar autonomia midiática e direito à comunicação, em um terreno marcado por ditaduras militares e dependência norte-americana. Entre as principais influências teóricas na Região, destacam-se nomes como Armand Mattelart, no Chile, Antonio Pasquali, na Venezuela, Luis Ramiro Beltrán, na Venezuela, Eliseo Verón, na Argentina e Paulo Freire, no Brasil, com os seus trabalhos no Chile. Nesse campo minado pela repressão, a busca do conhecimento era muitas vezes a única saída para os latinos, por isso, se apegaram com a escrita, no sentido de produzir conteúdo que fosse de encontro ao sistema presente.

No Brasil, inicialmente, a pesquisa em Comunicação dedica-se a registrar a trajetória da imprensa escrita, chegando aos anos 1930 e 1940 a se aterem a pesquisas mercadológicas de opinião e de consumo (MELO, 1988). Durante os anos 1960, o foco das pesquisas volta-se para o incentivo ao avanço tecnológico, bem como para investigações nos centros universitários, mas não dispõe de financiamentos. Com o advento do Golpe Militar e a repressão ideológica que o país sofre, há uma pausa nos estudos que estavam sendo produzidos nas Universidades e nos Grupos de Pesquisas. O interesse dos militares volta-se para a expansão dos investimentos tecnológicos em comunicação, tendo como pretexto a integração do país através desses aparatos. Assim, nascem pesquisadores que se dedicam ao “modismo” e ao dever de despertar nos brasileiros o interesse por conteúdos e produtos aceitos pelos estrangeiros, sobretudo americanos, aliados à familiaridade que o país havia conquistado com eles.

Na segunda metade dos anos 1970 e com o fim do Regime Ditatorial, as universidades retomam suas atividades, buscando analisar as questões da comunicação nacional, não apenas aquelas de interesse do mercado, mas também questões teóricas que dessem conta da cultura, educação, lazer e consumo. Com a chegada dos anos 1980 e os ideais de democratização e liberdade, os pesquisadores sentem-se inconformados e se posicionam contra os padrões conservadores de teorias e passam a unirem-se em prol de legitimação nacional, gerando uma politização dos estudos em comunicação, procurando aproximação com os estudos latino-americanos. Nessa fase, outros nomes destacam-se no campo teórico, como Gabriel Garcia Márquez, da Colômbia, e Juan Somavia, do Chile.

É nesse cenário de disputa entre o conhecimento teórico legitimado e as relações econômicas, que nasce no Brasil a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM. Fundada em 12 de dezembro de 1977, em São Paulo, constitui uma entidade sem fins lucrativos que se dedica à troca e fomento do conhecimento científico em Comunicação. A Instituição é responsável pela realização de encontros periódicos, simpósios e a promoção de um Congresso Nacional, um evento de grande importância nacional e internacional realizado anualmente, além do lançamento de livros e revistas de comunicação. Essa Sociedade tem hoje no país um importante valor no tocante a reunião dos estudos que se dedicam à pesquisa em Comunicação, buscando estimular a realização desses estudos por meio de patrocínios, prêmios, congressos, publicação de livros, convênios e parcerias com instituições brasileiras e estrangeiras de fomento e financiamento à pesquisa, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Financiadora de Estudos e projetos (Finep). Além desses, é legítimo o apoio das universidades públicas e privadas, que colaboram para que a Intercom permaneça como um centro forte de incentivo aos estudos em Comunicação no Brasil, com reconhecimento internacional.

Depois da Intercom, ou mesmo apoiados por ela, vieram outros centros de estudos sobre a Comunicação no Brasil, como a Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (ComPolítica), entre outros grupos organizados que se dedicam ao tema.

Com as mudanças ocorridas no cenário político do país e a maturidade conquistada decorrente da luta pela consolidação da comunidade científica brasileira, os pesquisadores “armam-se” de uma abordagem crítica sobre a comunicação, ligada diretamente a realidade social de cada país, procurando unificar o continente. Nessa perspectiva “a aura política foi perdendo força, mas a postura predominantemente crítica ainda pode ser identificada na produção acadêmica nacional” (CORNIELLO, 2007, p. 5-6).

As “questões” políticas que influenciam diretamente a pesquisa em Comunicação no Brasil constituem-se uma temática estudada por muitos teóricos da área. Para Luiz Beltrão (1976) a comunicação não pode se efetivar sem a participação das classes populares, população que foi marginalizada pelas elites dominantes. Essa minoria procura de alguma forma saída para estar ativa nas diversas formas de se comunicar e uma das alternativas tem sido valer-se de meios populares que elas mesmas idealizam e concretizam para buscar a

informação de fatos e a realização da expressão de suas ideias. Esses grupos populares ficam impossibilitados de “fugir” da realidade dos conteúdos trazidos pelos meios de comunicação de massa industrializados e procurando driblar essa situação, apoderam-se, quando possível, de meios alternativos e diferenciados para sair do universo da “marginalização” (HOHLFELDT, 2010).

Nessa perspectiva, a discussão que começa a se estabelecer no Brasil e na América Latina como um todo é a questão relacionada à democratização da comunicação, ou seja, a busca por espaços que até então a sociedade civil organizada não tinha acesso, sejam esses nos meios de comunicação de massa ou na busca por meios alternativos comunitários, para que sua voz e seus problemas ganhem proporções nacionais, assunto que será aprofundado no próximo capítulo.

3.2 COMUNICAÇÃO EMERGENTE: A VEZ E A VOZ DA COMUNIDADE

Para falarmos de comunicação comunitária, faz-se necessário uma breve recorrida a alguns conceitos já consagrados sobre o termo. Alguns autores têm atribuído adjetivos para esse processo, que não é um fenômeno novo no Brasil, mas que só veio a ganhar força teórica a partir dos anos 1980 (PERUZZO, 1998). Alguns denominam essa comunicação de alternativa, comunitária, participativa, horizontal, dialógica. Muitos compreendem a comunicação popular como algo simples, produzida por militantes e para os militantes de forma artesanal e de curta circulação, outros qualificam a comunicação comunitária como sendo aquela que só se afirma com o uso e apropriações dos meios de transmissão de massa (rádio, TVs, impressos etc.). Contudo, analisaremos a comunicação popular ou comunitária como sendo um processo variado e que possui características singulares, não limitados a conteúdos resumidos nem tampouco aos meios técnicos utilizados para sua transmissão.

Para Berger (1989), o estudo da comunicação popular trouxe a problemática da comunicação, redefinindo seus rumos. Segundo a autora, “durante muito tempo, falar de comunicação significou falar de meios, canais, mensagens. Agora, falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação” (BERGER, 1989, p. 30-31). Dessa forma, a interdisciplinaridade é o instrumento usado para promover esse debate, onde o popular coloca-se em oposição ao populista e idealista.

Conforme Peruzzo (1998), muitos estudos sobre a comunicação popular ainda concebem o povo como “classe subalterna, submissa econômica e politicamente, às classes dominantes” (PERUZZO, 1998, p. 124). Para a autora, por vivermos em uma sociedade de

constantes mudanças, devemos nos abrir a novos conceitos estruturais, onde o “povo é composto por classes subalternas, mas não necessariamente só por elas”. Povo, nesse sentido, é “todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas ao interesse comum”. Dessa forma, a comunicação popular

[...] se desenvolve no bojo da educação popular libertadora, “ligada à luta do povo” contra a degradação das condições de existência e pela defesa da vida [...] ela não tem um fim em si mesma, mas relaciona-se com um pleito mais amplo. É o meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida (PERUZZO, 1998, p. 124-125).

Segundo Peruzzo e Almeida (2003), a comunicação comunitária teve em sua fase original uma característica que a definia: a participação popular. Essa se materializava numa comunicação feita “dentro” das comunidades e dos movimentos que estavam fazendo uma “outra comunicação”. Essa participação tornou-se um dos elementos essenciais para a comunicação comunitária. Os autores deixam algumas pistas importantes para nossa análise sobre a comunicação comunitária. A primeira diz respeito à participação, que sendo um dos elementos fundamentais no processo, deve ser compreendida como uma forma plural de vozes que se agrupam para um mesmo fim, contemplando muitos sujeitos. Outra peça também importante é o lugar onde essa comunicação é produzida, “dentro” da comunidade, ou seja, uma comunicação que atenda a uma realidade específica, não somente os problemas locais, como também temas de interesse local. Por fim, mas tão importante quanto, é a questão do conteúdo, que devem atender aos interesses da comunidade em que estão inseridos.

O direito à comunicação no Brasil, desde seus primórdios, sempre foi caracterizado como privilégio arraigado e intocado, confundindo a liberdade de expressão com a liberdade de imprensa. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos discutem-se as formas de ação, o grau de eficiência e principalmente os níveis de participação da sociedade nas decisões na produção da radiodifusão, no Brasil, ainda se discutem meios para estabelecer órgãos reguladores. Por sua vez, a comunicação comunitária, por não ter a visibilidade da grande mídia, torna-se um fenômeno complexo, podendo ser compreendida de várias maneiras.

Da mesma forma que os processos de participação popular só podem ser compreendidos nas particularidades de cada experiência, também as características da comunicação comunitária não podem ser tomadas como dogmas, nem como universais (PERUZZO, 2003 p. 246).

Nesse contexto, a autora remete-nos direto a algumas implicações que têm gerado controvérsias a respeito da comunicação comunitária. Primeiro é a questão da “localização”. Esse tipo de comunicação só faz sentido dentro de uma realidade específica, tornando-se produto de cada uma dessas realidades. Assim, não podemos tomá-la como “universal”, pois sua construção atende as especificidades do movimento ao qual ela se encontra atrelada, ao bairro que procura tê-la como mecanismo de junção, à associação rural ou de trabalhadores que sustenta suas bases nesse mecanismo, entre outros setores. Podemos compreender que o termo “comunitário” não está intimamente ligado ao seu espaço físico, a “comunidade”. Antes de tudo, esse termo indica que quem faz essa comunicação é o povo, os integrantes da comunidade. Outra questão a ser discutida é o próprio ato da participação. A comunicação comunitária existe para garantir o direito de falar de cada cidadão, expressando individual ou coletivamente aquilo que considera importante para o bem da coletividade. Essa participação, seja ela em maior ou em menor grau, tem sido o elemento gerado da pluralidade de vozes dentro da comunidade, contribuindo assim para efetivar a democracia entre os cidadãos.

A comunicação comunitária cresce por todo o país, caminhando ao lado da luta pela liberdade de expressão e direito à comunicação. O tema tem sido debatido em grupos organizados, no meio acadêmico, ou mesmo em publicações. Peruzzo (1998) nos traz a ideia de que os meios são partes importantes da questão, mas não são toda a questão, são condições necessárias, mas não suficientes. A comunicação comunitária está “muito além dos meios e das mensagens”, ela deve ser algo que se constrói e se conquista, a cada dia, não se encerrando em uma licença para veiculação de uma rádio comunitária.

Em síntese, a comunicação popular se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2006, p. 04).

Os meios de comunicação comunitários têm sido os instrumentos mais utilizados para potencializar a “voz” do cidadão e as bandeiras levantadas pelas comunidades. Folhetins, jornais, revistas, rádios, canais de TV a cabo e postagens na internet têm desenvolvido o papel de mediadores entre os líderes e a população, bem como entre Estado e sociedade civil organizada. Além do papel de mediação, esses meios têm se tornado, em sua maioria, os únicos canais de expressão da cultura, educação e lazer em muitas comunidades. Nesse

contexto, os meios populares ganham força não apenas em seu papel como “combatividade”, como meios para exprimir os problemas, para apenas afrontar, mas vêm ganhado notoriedade nos mais diversos segmentos da sociedade, que vão desde o tratamento da informação até o entretenimento.

Como foi dito anteriormente, nosso foco nesse trabalho não é analisar a comunicação comunitária apenas sob a ótica dos usos e apropriações dos meios de comunicação, não desmerecendo com isso o papel importante que esses exercem dentro da comunidade. Nosso foco direciona-se para a comunicação que se estabelece entre os grupos organizados da sociedade, aqueles que têm buscado alternativas de comunicação que transcendem os meios massivos e se preocupam com a participação popular nas decisões políticas e o emprego de metodologias que os favoreça, a partir de uma experiência específica, a ser apresentada no próximo capítulo. Incentivar a posse e o acesso aos meios de comunicação comunitária se torna secundário num cenário onde a luta ainda está na questão da participação de cidadão, na garantia dos direitos básicos, na busca de diálogo com o Estado e na democratização dos meios. Nesse sentido, a comunicação comunitária tem a ver com os objetivos estratégicos da comunidade, do grupo, ou seja, aonde se quer chegar (PERUZZO, 1998).

A comunicação comunitária, em sua pluralidade, conforme afirmam alguns autores teóricos da área, também pode ser entendida como comunicação pública, não uma comunicação governamental apenas, mas a relação que se estabelece na sociedade, como define Matos (2007):

Não estamos tratando das políticas de comunicação como forma de controle e regulamentação ou desregulamentação da propriedade e da utilização dos meios e tecnologias de comunicação. Referimo-nos aqui às normas, princípios e rotinas da comunicação social do governo, explicitadas ou não em suportes legais que visem regulamentar as comunicações internas e externas do serviço público. [...] consideramos que a comunicação pública envolve também a resposta do cidadão a iniciativas no fluxo das relações comunicativas entre o estado e a sociedade (MATOS, 2007, p. 48).

Segundo o autor, a comunicação pública foi durante muito tempo vista pelos teóricos como comunicação essencialmente governamental, nas formas de propagandas ou comunicação institucional, campanhas eleitorais. Contudo, esse conceito tornou-se mais amplo com as mudanças políticas que ocorreram na sociedade brasileira. Falar de comunicação pública hoje é falar de Estado, de governo, da sociedade e do Terceiro Setor, pois essas parcelas estão localizadas no espaço público e se fundamentam no interesse público (MATOS, 2006).

Para Matos (2007), a comunicação pública é indissociável dos atores envolvidos no processo de produção de comunicação e talvez esse tenha sido o motivo que levou o Governo e as mídias a serem sinônimos desse sistema de comunicação. No entanto, Matos afirma que é preciso superar esse estágio e para isso a autora propõe um novo paradigma: “a comunicação pública exige a participação da sociedade e seus segmentos [...] não apenas como receptores da comunicação do governo e seus poderes, mas também como produtores ativos do processo” (MATOS, 2007, p. 52).

Uma questão importante a ser levantada nesse momento é a relação entre a comunicação pública e os meios de comunicação de massa. A comunicação pública não trata apenas da midiaticização da informação. Muitas vezes, esses canais não garantem que as discussões ganhem o espaço público, sendo eles muitas vezes insuficientes. Os canais comunitários também, em alguns casos, não podem ser exemplos de meios que produzem comunicação pública, como acontece com algumas rádios comunitárias que estão a serviço de ideologias ou partidos políticos. O caráter “público” está bem acima daquilo que muitos grupos e veículos estão produzindo para a sociedade, julgando ser de interesse público. Para Duarte (2007), a atuação da comunicação pública exige:

- (a) Compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo;
 - (b) Centralizar o processo no cidadão;
 - (c) Tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação;
 - (d) Adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos;
 - (e) Assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um *uno*.
- (DUARTE, 2007, p. 59)

Com o advento da globalização, fenômeno que chega em maior ou menor grau às sociedades, observamos que a participação da sociedade civil organizada tem aumentado em todas as esferas, gerando dessa forma uma mobilização constante e levando assim ao crescente processo de comunicação. Contudo, no caso do Brasil, a estrutura de comunicação que temos formada tradicionalmente, não possibilita ao cidadão o direito pleno à comunicação, oferecendo condições para esses se expressarem crítica e autonomamente. É nesse cenário que a sociedade civil organizada insere-se enquanto movimento organizado em busca de seus direitos de expressão, comunicação, participação e negociação, propondo novas formas de comunicação alternativas, gerando espaços de inserção e de diálogo. Segundo Peruzzo (1998), a comunicação tornou-se o ponto de partida e de encontro para o processo de

reaprendizado da cidadania, e a comunicação popular não é mais apenas dar “vez e voz” ou “abrir o microfone” para o povo.

A comunicação comunitária nesse cenário de globalização tem procurado identificar, criar e recriar canais de participação, motivar o grupo para reconhecer a causa como sua, promover o diálogo da comunidade em todas as esferas possíveis, criar condições para a efetivação de processos de comunicação horizontais. A comunicação comunitária hoje tem sido para muitas comunidades e grupos organizados, se não o único, o mais importante instrumento para o processo de diálogo, de organização ou mesmo o canal para a efetivação da cidadania plena, e isso não se dá apenas com o uso e apropriação dos meios midiáticos, mas, sobretudo com as formas de mobilização.

3.3 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL: FIBRA E RESISTÊNCIA

Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire (1987) nos traz uma conceituação sobre as relações que se estabelecem na sociedade entre os seres humanos que, mesmo analisada há algum tempo, ainda permanece “acesa” em nossos dias. Segundo Freire (1987, p. 16), na busca por uma afirmação de humanos, pela afirmação do homem como pessoa, há uma ordem “injusta”, gerando assim uma divisão entre o opressor “o ser mais” e o oprimido “o ser menos”. Nesse cenário, o “ser mais” é aquela pessoa que, dentre outras atribuições, possui total controle sobre o “ser menos” ou o “inferior”, desde sua rotina diária até seu modo de pensar e agir. Freire (1987) segue comentando que, a violência do ser opressor é tão acentuada que acaba levando o ser oprimido a um estágio de desejo pela transformação de vida, a uma vontade de “ser mais”. Depois que esse desejo instala-se na mente do oprimido, essa busca por recuperar sua humanidade, de criar sua humanidade, inicia-se uma luta constante, que segundo o pedagogo só terá sentido se os oprimidos não se sentirem idealisticamente opressores, não se tornarem opressores dos opressores, mas “restaurados pela humanidade em ambos”, buscando a condição de liberdade para ambos, pois “só o que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos” (FREIRE, 1987, p. 17).

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis da sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de luta por ela. Luta que, pela

finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desarmar contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista de falsa generosidade referida (FREIRE, 1987, p. 17).

A comunicação comunitária que foi sendo construída/conquistada no Território do Sisal desde suas primeiras manifestações pode ser compreendida como uma busca constante por afirmação dos “seres menos” que atuam nesse espaço político. A “ordem injusta” que Freire (1987) menciona em suas primeiras páginas, mesmo se tratando do Chile, encontra solo fértil para se ramificar nesse pedaço de Nordeste, que além de sofrer com a escassez dos recursos hídricos, a improdutividade do solo, a taxa de analfabetismo elevada e a renda per capita abaixo do salário mínimo, ainda tem que conviver com a violência do opressor.

Em um Território marcado por essas qualidades, não vemos muita dificuldade para encontrar aqueles/aquilo que possuem as características do “ser mais”, pois ser mais em um lugar como esse é quase sinônimo de ter mais, ter mais condição financeira, ter mais acesso ao poder público, que gera mais posses e mais poder de decisão. O “ser opressor”, nesse sentido, pode ser uma pessoa ou um grupo delas que buscaram ao longo da história demarcar território e galgar um maior número possível de súditos, o “ser menos”.

A “violência” que se instala no Território do Sisal consegue atingir as relações humanas em áreas diversificadas, sobretudo na educação, lazer, cultura, saúde e convívio com o outro. Essa violência fica conhecida em primeira instância com a precária condição humana de trabalho que a rotina do sisal oferece para homens, mulheres e crianças, contudo essa é apenas uma amostra visível daquilo que se passa nesse pedaço de chão. A impossibilidade de argumentação e a contradição da rotina implantada nesse lugar aos poucos foram se tornando um incômodo para aqueles que viam na força da mobilização uma arma capaz de combater a situação dos oprimidos. Movidos pelo desejo de liberdade, os oprimidos vão, aos poucos, construindo um desejo pela transformação, a vontade de “ser mais”.

Nesse cenário, algumas instituições que já vinham trabalhando para “despertar” nos oprimidos a consciência de sua situação, ganham destaque na construção de um discurso que afirma o homem do campo como sujeito modificador de sua história, capaz de dar não um final para ela, mas um recomeço. Entre outras destacamos os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), as Associações dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEBs), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de outras organizações que foram aderindo ao movimento com os anos. Essas entidades tiveram e ainda têm um valor significativo para o Território, fazendo parte de sua história na busca pelo fim da violência instalada. Entre outras funções, esses órgãos dedicavam-se a

capacitar os homens e mulheres do sisal nas mais diversificadas áreas, principalmente nas questões políticas, não ensinando em quem deveriam votar, mas induzindo ao pensamento crítico sobre sua realidade e quais seriam as consequências de suas escolhas.

Toda a comunicação que se produzia nesse espaço contribuía para aumentar o número de cidadãos e entidades que reivindicavam um Território livre da opressão, que garantisse os direitos básicos para sua população, não a posição “de opressores”, mas a oportunidade de construir uma sociedade onde todas as classes tivessem o direito de ouvir e de falar. Os homens estavam “tomando sua realidade como campo de ação e de reflexão”, uma ação que “transformasse” sua realidade, ação que demandava buscas constantes, “implicando em invenção e reinvenção” (FREIRE, 1983). Para Freire, a intercomunicação é a característica primeira quando se trata de uma mudança no mundo histórico e cultural, sendo a coparticipação dos sujeitos envolvidos materializados na comunicação (FREIRE, 1983, p. 45).

Além de todo um sistema e uma cultura da participação que aos poucos vinham se construindo com e pela população do Território do Sisal, a comunicação comunitária ganha força e materialidade a partir dos anos 1990 à 2000, quando as rádios comunitárias ganham espaço nessa região, apoiadas pelas entidades que contribuíram para a emancipação desse lugar.

As rádios comunitárias foram os primeiros mecanismos de utilização das novas tecnologias na elaboração de contra-discursos. Elas traduzem a fragmentação da comunicação na experiência dos movimentos e a apropriação destes dos novos cenários comunicativos como estratégia das lutas simbólicas locais. (FERREIRA E MOREIRA, 2005, p. 6).

As rádios comunitárias foram crescendo em número e em significado de democratização da comunicação para a população rural e urbana do Sisal, pois para muitos ela era o único meio de expressão na luta por melhores condições de vida. Essas emissoras tornaram-se não somente um veículo em que a população sintonizava para se informar daquilo que estava acontecendo no mundo, mas, sobretudo, funcionavam e ainda funcionam como veículos atentos para aquilo que acontece no bairro, com nosso vizinho, com a associação local, com a escola onde estudamos, além de se constituir um meio para unir e reunir a comunidade.

Com o crescimento das emissoras comunitárias na região, surge um problema que causou e ainda causa indignação entre aqueles que produzem rádio livre: a legalização. Se uma rádio comunitária “incomoda muita gente”, imagine várias rádios comunitárias

produzindo e disseminando conteúdos que atendam as demandas da sociedade em que estão inseridas... “incomodam, incomodam muito mais”. E os incomodados eram em grande número e estavam localizados desde a concepção econômica (concorrentes comerciais) e também política (governo, Estado), que inconformados com as questões de enfrentamento que as rádios adotavam, procuravam denunciá-las para Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulamentação do sistema de radiodifusão. Sem força política e mesmo financeira para regularizar as rádios, a comunidade via e ouvia as emissoras comunitárias sendo invadidas e sendo apreendido seu material técnico responsável pela transmissão. Em alguns casos, os próprios comunicadores, gente da comunidade, eram levados para prestar esclarecimentos na delegacia de polícia ou espancados.

É nesse cenário de “guerra” civil que, no ano de 2004 nasce a Associação Brasileira de Rádio Comunitária no Território, a Abraço Sisal, uma entidade da sociedade civil organizada que entrou na luta em prol da legalização das rádios “piratas”, como são conhecidas. A Abraço tem sua sede na cidade de Valente (BA), mas possui emissoras afiliadas por todo Território, abrangendo também territórios vizinhos, como a Bacia do Jacuípe. Hoje, essa entidade possui uma rede de cerca de 17 emissoras afiliadas, além de trabalhar com capacitação de comunicadores e assessoria às rádios, mostrando que a comunicação está muito além dos meios utilizados.

Outra entidade que merece destaque no Território é a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC). Constituída em 2005, a Agência funciona no município de Retirolândia e trabalha produzindo notícias e materiais de comunicação voltados para temáticas de promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Entre o material produzido por essa instituição estão os CDs, boletins e todo tipo de publicação que os grupos organizados da sociedade civil desejarem ou necessitarem elaborar, além de prestar assessoria de imprensa e de comunicação em eventos e para os movimentos sociais da região, sendo a responsável pela confecção do jornal impresso “Gira Mundo”, uma parceria do MOC com a UNICEF, um de seus principais produtos. Todo o material produzido objetiva fortalecer os meios de comunicação existentes no Território, dando visibilidade e destaque às práticas que buscam fazer dessa terra um lugar viável.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) tornou-se uma instituição presente em muitas ações que têm sido desenvolvidas no Território do Sisal. Na área de comunicação, as contribuições tornaram-se essenciais para a afirmação de um campo comunicacional participativo e plural, isso através do eixo de atuação comunicação, responsável por levar capacitação técnica para as comunidades rurais e urbanas do Território,

prestar assessoria em comunicação para entidades e movimentos, incentivar a produção independente etc. O setor de comunicação do MOC tem recebido destaque com a capacitação e o acesso e crianças, adolescentes e jovens para o uso e apropriações dos meios comunitários que possuem nesse espaço. Depois de instruídos, esses jovens comunicadores, ganham as emissoras locais e passam a construir um novo olhar sobre a situação em que estão inseridos, uma visão crítica da realidade. O MOC também foi um parceiro essencial para efetivação das duas entidades acima citadas (Abraço Sisal e Agência Mandacaru), além de prestar serviço para outras organizações menores e territórios vizinhos.

Importante peça no cenário da comunicação social no Território é o Codes Sisal, conselho formado por poder público e sociedade civil organizada. Com esses parceiros, o Codes busca participar de espaços e redes de articulações e estratégias para o desenvolvimento do Território do Sisal, incentivando e apoiando ações como o fortalecimento das organizações da sociedade civil, realizando oficinas, debates, seminários, além de contribuir para a implantação de projetos para a região. Além desses, o Codes Sisal tem recebido notoriedade na realização constante de monitoramento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

O Plano Territorial de desenvolvimento Rural Sustentável se constitui no instrumento-guia para a implementação das ações nele contidas, fruto das discussões e reflexões desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade civil (CODES, 2010, p. 13).

O eixo sobre a comunicação presente no plano do CODES possui uma meta que é desenvolver programas comunitários em todos os municípios do Território, tendo como objetivos:

- Fortalecer a comunicação social no Território do sisal, buscando a democratização da comunicação;
- Implantar tecnologias de comunicação que possibilitem a inclusão social e digital do território.
- Garantir a inserção do território nas discussões sobre a digitalização de rádio e TV.
- Divulgar junto às rádios filiadas à ABRAÇO Sisal, as experiências do Território a nível interno e externo.
- Fortalecer a ABRAÇO Sisal para acompanhamento das rádios comunitárias.
- Agência Mandacaru assumindo a produção constante de notícia do e para o Território Sisaleiro e prestando serviço de comunicação às entidades do movimento social.
- Buscar a integração entre todos os atores/meios de comunicação social do Território.

- Dar visibilidade às potencialidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Território Sisaleiro. (CODES, 2010, p. 74-75)

Para ampliar as discussões e as perspectivas de desenvolvimento no Território do Sisal, a comunicação ganhou um importante avanço nesse espaço político. Depois de muitas discussões entre as entidades da sociedade civil organizada e ampla participação dos movimentos sociais, no ano de 2006 é implantado, em Conceição do Coité, no campus XIV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o curso de Comunicação Social com ênfase em Rádio e TV. Entre as diversas disciplinas que compõem a grade curricular do curso, está a de Comunicação Comunitária, componente que tem buscado aproximar os estudantes do curso do contexto em que a graduação está inserida, além de ter se tornado um meio de produção teórico e crítico que tem refletido e colaborado para a democratização da comunicação através de meios que visem o desenvolvimento territorial. Entre as ações levantadas nesse curso, estão os trabalhos acadêmicos produzidos pelos estudantes, as pesquisas e grupos de pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos discentes que se propõem a investigar as formas de comunicação do Território, entre as demais ações.

A comunicação comunitária no Território do Sisal, conforme explicitou Oliveira (2010) deve ser trabalhada num programa de desenvolvimento local, de modo que ela também se desenvolva, e se fortaleça, para assim atingir seus ideais de cidadania. A partir do momento que tivermos um sistema de comunicação sólido e comprometido com a sustentabilidade do Território, passaremos a construir cidadania plena. É nesse ponto que voltamos a usar do conhecimento adquirido por Freire (1987). Segundo o pedagogo, só o que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a si próprio e ao seu opressor. Assim vem sendo construída e conquistada a comunicação no Território, pela força dos “oprimidos”. Força essa que tem levado esses fortes a conseguirem ultrapassar muitas barreiras transpostas pela sociedade privada (mercado) e também pelo poder público (Estado), que durante muito tempo trabalharam para sufocar a sociedade civil organizada na luta por melhores condições de vida. Muitos espaços que até então estavam fechados para os movimentos sociais encontram-se de portas abertas. Nesse recente cenário político, outros espaços ainda estão sendo desburocratizados para atender essa demanda crescente e, em um terceiro estágio, novos espaços estão sendo construídos com a participação dessas três esferas que compõem o Brasil.

4 CAMINHOS PARA A 1ª CONFECOM

No terceiro e último capítulo desse trabalho, faremos uma abordagem sobre o nosso objeto de pesquisa em si, a mobilização para a participação da sociedade civil organizada do Território do Sisal na 1ª CONFECOM. Esse momento será dividido em quatro eixos norteadores. O primeiro deles, *Conferência Nacional de Comunicação: caminhos que levaram a sua convocação*, abordaremos as etapas preparatórias (territorial, estadual) que contribuíram para a convocação da etapa nacional, mostrando os decretos e as ações que permearam esse processo. No segundo momento, *CONFECOM: o processo de articulação no Território do Sisal*, mostraremos o caminho percorrido pelas entidades de comunicação do Território na busca por uma participação sistematizada local a fim de assegurar a representação na etapa nacional. No terceiro tópico, *Métodos de Análise: fundamentação teórica para a proposta*, serão apresentadas as técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, abordando a observação e a entrevista como formas de contribuição para a construção do trabalho. Na quarta etapa, *Análise dos resultados: procurando traçar caminhos*, apresentaremos os resultados da pesquisa, sobretudo das entrevistas, procurando construir com representantes das entidades de comunicação pesquisadas uma análise sobre suas articulações, participação e avaliação da 1ª CONFECOM. Por fim, traremos, no arremate do capítulo, a visão das entidades analisadas sobre como está esse processo de articulação entre elas no Território pós CONFECOM.

4.1 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO: CAMINHOS QUE LEVARAM À SUA CONVOCAÇÃO

A realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação no Brasil nasce do anseio que os grupos organizados da sociedade civil expunham em cada oportunidade de manifestação, em cada encontro periódico, em suas publicações, em reuniões fechadas ou nas ruas das cidades. A busca pela democratização da comunicação e o direito a esse bem público, como já vimos nos capítulos anteriores, é uma bandeira antiga dos movimentos ligados a essa área como também de muitos brasileiros que se sentem excluídos do sistema de mídia que foi aos poucos se edificando no país, onde muitos cidadãos “perderam” o direito à informação e, consequentemente, à liberdade de expressão.

Na busca por garantir o acesso à comunicação, um importante passo foi dado no ano de 2006, no Estado da Bahia, território nacional. Nesse ano, deu-se início à sistematização das

discussões sobre as políticas de comunicação, sendo a temática já trabalhada por alguns grupos organizados. Após as eleições estaduais, entidades da sociedade civil organizada entregaram ao candidato recém-eleito Jaques Wagner um documento³ intitulado “Proposições de Entidades da Sociedade Civil para uma Política de Comunicação Democrática no Estado da Bahia”. Segundo Arantes (2010), o documento continha

[...] em seu bojo diretrizes que o movimento considerava prioritárias em uma política de comunicação democrática para o Estado, solicitações que versavam sobre a necessidade de reconhecimento da comunicação como um direito social e humano e que, portanto, deveria ser efetivada pelo Estado por meio de ações afirmativas e de políticas públicas para o setor (ARANTES, 2010, p. 4).

A manifestação dos grupos organizados conseguiu sensibilizar o Estado e, no ano seguinte, o vice-governador em exercício, Edmundo Pereira Santos, expõe o Decreto de nº 10.592, de 22 de novembro de 2007⁴, que cria o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Comunicação Social- GT Comunicação, para acompanhamento e sistematização da discussão e elaboração de propostas de Políticas Públicas de Comunicação Social para a realização da 1ª Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia. O Grupo de Trabalho foi composto por treze entidades, a saber:

- Associação Baiana de imprensa- ABI;
- Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária- Abraço;
- Assessoria Geral de Comunicação Social do estado da Bahia- AGEKOM;
- CIPÓ Comunicação Interativa;
- Central Única dos Trabalhadores (Sessão Bahia)- CUT BA;
- Faculdade de Comunicação- Universidade Federal da Bahia- FACOM/UFBA;
- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação- FNDC;
- Coletivo Brasil de Comunicação Social- INTERVOZES;
- Instituto de Radiodifusão educativo da Bahia- IRDEB;
- Sindicato das Escolas Particulares da Bahia- SINEP;
- Sindicato dos Jornalistas da Bahia- SINJORBA;
- Sindicato dos Trabalhadores em Rádio, TV e Publicidade da Bahia- SINTERP;
- Universidade Estadual da Bahia- UNEB.

³ ANEXO A – PROPOSIÇÕES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ESTADO DA BAHIA. p. 100

⁴ ANEXO B – DECRETO Nº 10.592 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007. p.108

Além dessas entidades citadas, conforme Arantes (2010), o setor empresarial foi convidado a participar. Porém este recusou o convite, o que causou nos grupos participantes o entendimento de negação dos empresários em colaborar para uma discussão democrática sobre o rumo da comunicação no Estado.

A Conferência de Comunicação da Bahia foi realizada em dois momentos: um preparatório e outro de caráter consolidador. A etapa preparatória aconteceu em oito plenárias territoriais (Eunápolis, Itabuna/Ilhéus, Vitória da Conquista, Irecê, Juazeiro, Feira de Santana e Salvador), envolvendo os 26 Territórios de Identidade da Bahia, onde cerca de 2.100 pessoas reuniram-se para discutir a Comunicação Social a partir de quatro eixos temáticos: 1- Comunicação e Desenvolvimento Territorial; 2- Políticas Públicas de Comunicação; 3- Comunicação e Educação; e 4- Cidadania e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Dessas plenárias, além de saírem propostas que foram encaminhadas para a Etapa Estadual da Conferência, foram eleitos delegados territoriais que representaram suas localidades em Salvador, sendo que cada plenária elegia por voto direto 15 representantes.

Após realizadas as Conferências livres municipais e distrital, o Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, no uso de suas atribuições e sob o Decreto nº 11.704, de 14 de setembro de 2009⁵, cria a Comissão Organizadora da Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Comunicação- CONFECOM. Essa comissão foi formada por 21 representantes e o mesmo número de suplentes, a saber: 7 representantes do Poder Público, 7 representantes da Sociedade Civil Organizada e 7 representantes do Empresariado baiano. Juntos, esses grupos foram responsáveis pela efetivação da CONFECOM Bahia.

A etapa baiana aconteceu nos dias 14 e 15 de novembro de 2009, na Fundação Luiz Eduardo Magalhães (Centro Administrativo da Bahia- CAB), em Salvador. No total, foram 665 participantes, sendo 340 da sociedade civil organizada, 158 do empresariado, 85 do Poder Público e 85 observadores. Esses participantes foram subdivididos nos quatro eixos temáticos já trabalhados nas etapas territoriais para discussão e encaminhamentos de propostas. Ao final das atividades, os grupos sintetizaram 306 propostas que foram encaminhadas para a etapa nacional, além de elegerem 108 delegados entre os três segmentos presentes, obedecendo à regra do Regimento Interno, que previa 70% de representação da Sociedade Civil Organizada e 30% para o Setor Público e Empresariado.

Enquanto a Bahia realizava suas etapas Territoriais e Estadual, alguns estados da

⁵ ANEXO C – DECRETO Nº 11.704 DE 14 DE SETEMBRO DE 2009. p. 110

Federação ainda não tinham iniciado o processo. Assim, a Bahia ficou conhecida como o estado pioneiro na discussão de políticas públicas para a comunicação. Para Robinson Almeida, Secretário de Comunicação e Assessor geral de Comunicação Social do Estado da Bahia,

A difusão da comunicação é aspecto central da vida social, na medida em que transforma e reorganiza as dimensões espaço-temporal e reflete relações de poder na sociedade. Como define o texto constitucional, a informação é um serviço público, direito do cidadão e dever do Estado. Nada mais oportuno, que toda a sociedade debater e formular diretrizes gerais para uma atividade tão inerente à vida humana (ALMEIDA, 2009, p. 1).

Por meio do Decreto Convocatório de 16 de abril de 2009⁶, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, convoca a CONFECOM, presidida pelo Ministro das Comunicações Hélio Costa e financiada pelo Estado. Após essa convocação, todos os estados da União preparam-se com seus delegados estaduais para a etapa Brasil, realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro do mesmo ano, em Brasília. O evento foi sediado no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, com a presença de 1.800 delegados, sendo 40% da Sociedade Civil Organizada, 40% do Empresariado e 20% do Poder Público. Nessa etapa, as discussões foram divididas em três temáticas: 1- Produção de Conteúdos; 2- Meios de Distribuição; e 3- Cidadania: Direito e Deveres. Ao todo, os delegados subdividiram-se em 15 grupos de trabalho (que foram compostos a partir do destrinchamento dos 3 eixos norteadores), onde das 677 propostas levadas das Conferências Estaduais, 569 foram aprovadas nos GTs, 64 na Plenária final, 15 foram rejeitadas por estarem englobadas em alguma anterior e 29 não foram apreciadas porque não houve tempo hábil para serem lidas no plenário, em razão do encerramento da CONFECOM.

O tema escolhido para nomear a 1ª Conferência de Comunicação do Brasil foi “Comunicação: meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital” e seu objetivo maior foi construir um espaço para o debate amplo, democrático e plural com a finalidade de elaborar propostas orientadoras para uma Política Nacional de comunicação (CADERNO 1ª CONFECOM, 2009). Assim,

o que foi debatido na Conferência Nacional de Comunicação não necessariamente vai se tornar lei, mas pode servir de base para mudanças estruturais [...] No que diz respeito aos embates por políticas de comunicação, apesar de tímidos, reconhecem-se avanços, partindo da constatação de que a I conferência foi realizada apesar dos

⁶ ANEXO D – DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 2009. p. 112

agentes econômicos, hoje líderes do oligopólio. A medida que os setores organizados das classes oprimidas brasileiras tomarem para si a estratégica bandeira da comunicação social, vai se tornar possível a visualização de um novo acúmulo de forças (BRITOS; NAZÁRIO; ROCHA, 2010, p. 49-53).

A CONFECOM possibilitou a concretização de um espaço onde três esferas da sociedade puderam debater os assuntos relacionados aos rumos da Comunicação Social no Brasil. Sociedade Civil Organizada, Empresariado e Poder Público expuseram suas propostas que, depois de apreciadas pelos Grupos de Trabalho compostos pelos três segmentos foram aprovadas ou rejeitadas. A Conferência foi um passo adiante na luta pela democratização da comunicação, que não se encerra com a realização do evento, mas dá sequência ao embate político na busca pela promulgação de leis pelo Congresso Nacional por meio do Poder Executivo (PERUZZO, 2010, p. 15).

Nesse contexto podemos observar o importante papel desempenhado pela sociedade civil organizada para a efetivação da 1ª CONFECOM. Desde o primeiro momento foram os grupos organizados que ousaram “bater na porta” do Estado para que esse cumprisse seu papel de garantir políticas de comunicação que alcançassem todo o território nacional. A efetivação da Conferência Nacional foi um marco importante dentro desse processo, contudo a discussão sobre o direito à comunicação não se encerra com esse evento, ou o contrário, a discussão não começou a partir do evento. Esse debate começou há alguns anos atrás, quando os movimentos organizados começaram a priorizar a comunicação como bandeira e espaço a ser conquistado, e a realização da 1ª CONFECOM torna-se nesse cenário uma conquista desses grupos, não um fim, mas um começo de uma caminhada longa.

4.2 CONFECOM: O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação foi realizada em dezembro de 2009, mas desde o ano de 2007 os grupos organizados da sociedade civil do Território do Sisal já se reuniam buscando articulações para mobilizar os sisaleiros para participação desse evento em suas etapas territorial, estadual e nacional.

A luta por uma comunicação democrática era assunto discutido nos encontros territoriais promovidos pelas entidades locais. Tão importante quanto a convivência no semiárido, a comunicação foi um processo construído a partir de reflexões de entidades em torno da convivência com o local, tratada de forma a promover o desenvolvimento regional

com sustentabilidade para os que trabalham nessa área ou vêm nela o caminho para uma sociedade justa.

Com as próprias experiências, as organizações da sociedade civil perceberam a necessidade de articular-se entre si para desenvolver lutas conjuntas, começando um exercício de pensar a região coletivamente [...] e nesse esforço de pensar o seu lugar, a partir de sua heterogeneidade, e suas demandas diversas e comuns, a sociedade civil começa a discutir suas questões numa perspectiva de território [...] (SANTOS, 2009, p. 9)

Essas experiências adquiridas pelos grupos organizados do Território do Sisal foram elementos fundamentais para promover a articulação para a 1ª CONFECOM. Quando se fala em comunicação, e mais especificamente em políticas de comunicação, os desafios encontrados são muitos, pois se trata de um direito a ser conquistado. Além disso, a conscientização por parte da sociedade civil organizada em relação ao entendimento da comunicação como um bem público é um caminho a ser formado (MOC, 2009).

Tendo em vista esse problema social diagnosticado também no Território do Sisal, o Movimento de Organização Comunitária, por meio do eixo de atuação e trabalho denominado Programa de Comunicação, tem procurado minimizar essa situação, promovendo junto à sociedade civil organizada territorial ações que vão desde capacitações de cunho educativo e formador à promoção de espaços para que essas experiências sejam colocadas à prova, como a publicação de impressos e construção de peças radiofônicas com comunidades que outrora só tinham acesso a conteúdos estrangeiros.

A atuação da equipe de comunicação do MOC dentro do Território do Sisal proporcionou uma discussão ampla e decisiva que garantiu a representação do Território na 1ª Conferência de Comunicação do Brasil. Os trabalhos de mobilização e capacitação foram promovidos pelo Comitê pela Democratização da Comunicação da Região Sisaleira, uma ação desenvolvida pelo MOC em parceria com entidades da região como o Codes Sisal, a Abraço Sisal e o Campus XIV da UNEB, em Conceição do Coité, entre outras entidades que discutem comunicação. O Comitê é um órgão filiado ao Fórum pela Democratização da Comunicação- FNDC, que busca em nível regional problematizar a discussão do direito a esse bem público, a comunicação.

Uma das ações promovidas pelo Comitê pela Democratização da Comunicação da Região Sisaleira é a realização do Seminário Regional de Comunicação, um evento que acontece anualmente e tem como objetivo reunir a sociedade civil organizada para discutir políticas de comunicação para a região, propondo planos e metas a ser atingida, conscientizar

e mobilizar a sociedade para o caráter público e educativo da comunicação social e a importância da participação popular nos processos midiáticos. Nas edições dos anos 2008 e 2009, o Seminário trouxe para sua pauta a Conferência de Comunicação, a se realizar em suas etapas regional, estadual e nacional. Durante esses dois anos, a sociedade civil organizada e o poder público local, juntamente a outras instituições territoriais, tiveram a oportunidade de elaborar propostas sólidas que foram encaminhadas para a pauta da CONFECOM, garantindo assim a participação do Território nessa discussão, e fazendo desse espaço uma luta de poderes e ao mesmo tempo uma arena democrática.

No que se refere à organização voltada para a 1ª CONFECOM, o Comitê promoveu alguns encontros que estão dispostos na tabela a seguir, o que nos leva a ter uma visão das ações desenvolvidas nesse espaço político. Estão detalhadas as datas, locais, tempo de duração, entidades presentes ou representadas, número aproximado de pessoas, a pauta proposta pela organização e um elemento fundamental, os encaminhamentos que constituem os anseios dos participantes.

TABELA 1 – PREPARAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL PARA 1ª CONFECOM

DATA	LOCAL	TEMPO	Nº DE PARTICIPANTES	ENTIDADES PRESENTES	PAUTA	ENCAMINHAMENTOS
26 jun. 2007	Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (STRAF) - Serrinha	8hs	30	MOC; Abraço Sisal; AMAC; UNEB; AGECOM.	Firmar parceria entre as RadCom e o Governo; Analisar o edital de radiodifusão quanto à publicidade; Aproveitamento de produtos jornalísticos locais; Fiscalizar recursos para a publicidade e garantir a sobrevivência das RadCom.	Parceria do território na divulgação das ações do Governo (sites e outros meios) e envio de informações produzidas pelas rádios do território; Municípios do Território incluídos nas Conferências locais e data para a etapa estadual com dois representantes de cada rádio; MOC; AMAC e Abraço Sisal na Conferência.
25 abr. 2008	AABB - Conceição do Coité	8hs	150	CODES Sisal; Abraço Sisal; MOC; UNEB; AMAC; Comunicadores Comunitários.	VI Seminário Regional pela democratização a comunicação; Discutir criação do Conselho de Comunicação respeitando representação territorial; Proposta de formação em Educação; Propor reforma para a legislação em radiodifusão.	Elaboração de um documento denominado Carta de Coité.
27 jul. 2008	UEFS – Feira de Santana	8hs	Geral: 400; Território do Sisal: 200	Territórios do Sisal: Baía do Jacuípe, Portal do Sertão, Piemonte do Paraguaçu, Vale do Jequiriça, Litoral Norte; estudantes; Professores de comunicação; Movimentos Sociais.	Plenária preparatória para a Conferência Estadual de Comunicação; Eleição de Delegados Territoriais.	Encaminha as propostas dos Grupos de Trabalhos para a Conferência Estadual.
21 jun. 2009	UNEB – Conceição do Coité	8hs	100	CODES Sisal; Abraço Sisal; MOC; UNEB; AMAC; Poder Público; Estudantes; Comunicadores Comunitários.	VII Seminário Regional pela democratização do Território do Sisal; Discutir políticas públicas de Comunicação e aproximar o Curso de Comunicação Social da UNEB dos Comunicadores Comunitários.	Convocação para reunião de cunho preparatório para a Conferência Estadual.

2009	Centro comunitário - Conceição do Coité	4hs	20	MOC; UNEB; Abraço Sisal; AMAC; Estudantes; Comunicadores comunitários.	Eleger Delegados que representarão o Território na Conferência Estadual; Finalizar a elaboração propostas para a Conferência Estadual.	Lista de propostas a serem apresentadas na Conferência Estadual.
14,15,16 ago. 2009	Hotel Sol Bahia - Salvador	3 dias	500	26 territórios de identidade do Estado.	Discutir propostas encaminhadas pelos territórios; criar novas propostas.	Pressionar o Estado para a convocação da I CONFECOM Nacional.
14,15 Nov. 2009	CAB - Salvador	2 dias	700	26 territórios de identidade do Estado.	Etapa Estadual para a CONFECOM Nacional.	Eleição de Delegados para a Etapa Nacional.
1,2,3 dez. 2009	Centro de Convenções - Brasília	3 dias	1.800	26 Estados; Distrito Federal; Poder público; Empresariado.	Aprovação das propostas definidas nas Etapas Estaduais.	Envio de lista de propostas para apreciação do Congresso Nacional.

Fonte: Elaborada pela autora

O objetivo dos encontros realizados pelo Comitê é reunir o Território para discutir os rumos da comunicação, propondo ações afirmativas que priorizem as demandas urgentes. Para tal, esses encontros contavam com um número expressivo de participantes e representantes de entidades que trabalham com comunicação, bem como profissionais da área, professores, estudantes e movimentos sociais que atuam no Território. Para contemplar um maior número de envolvidos, o Comitê utiliza veículos de comunicação (rádio comunitária, panfletos, cartazes, e-mail) para realizar a divulgação dos encontros. A cidade de Conceição do Coité é o pólo de reuniões para a realização do Seminário Regional promovido anualmente pela entidade. Isso se dá devido a localização central dessa cidade, bem como a disponibilidade de espaço amplo para acolhimento dos participantes.

O Comitê pela democratização da Comunicação, organizado pelo Programa de Comunicação do MOC, é o responsável pela organização, convocação, divulgação, custeio e realização dos encontros. Contudo, há o apoio direto de algumas entidades parceiras, como a Abraço, a AMAC, a UNEB, o CODES, o MMTR, entre outras. Nos encontros promovidos, a organização busca quase sempre trazer um representante do poder público, buscando promover uma discussão democrática, bem como aproveitar esse momento para fazer ser ouvida as reivindicações do Território pelo Estado.

Durante os anos de 2008 e 2009, os encontros realizados pelo Comitê no Território, tiveram como pauta prioritária preparar a sociedade civil organizada para participar das etapas preparatórias da 1ª CONFECOM, bem como eleger um representante territorial para etapa nacional. Com essa expectativa, as discussões e GTs organizavam-se de forma a construir propostas que contemplassem as necessidades do Território referente à comunicação. No final dos encontros, os encaminhamentos extraídos dos debates giravam em torno de convocar novos encontros para aperfeiçoar as discussões e encaminhar as propostas já elaboradas para a Conferência Territorial e Regional, bem como incentivar os sisaleiros a participar desses encontros.

Para os integrantes do Comitê, a concretização dos encontros territoriais embatia-se com duas dificuldades prévias: a primeira é a garantia de um número expressivo de participantes e a segunda é o recurso para o custeio, tendo em vista que o MOC é uma entidade sem fins lucrativos que depende de doações de outros órgãos para realizar suas atividades. Para tentar solucionar o primeiro embate, questão de representação, o Comitê procurava realizar os encontros em datas estratégicas, como foi o caso do VII Seminário Regional, que aconteceu dentro das atividades da Semacom da UNEB. Quanto à verba para

custeio, a entidade procura bater na porta de pessoas e entidades que sempre vêm colaborando com as ações do MOC, como alguns órgãos internacionais.

Podemos analisar que as discussões levantadas pelos sujeitos inseridos nesse espaço territorial, tendo em vista a representação do Território do Sisal na 1ª CONFECOM, foram ações significativas marcadas por momentos de conflitos. Em todo espaço que se propõe a discutir assuntos de uma comunidade ou grupo de pessoas, os conflitos tornam-se inerentes. No caso dos encontros provocados pelo Comitê no Território, seu objetivo era a preparação da sociedade civil organizada para participação na CONFECOM. Os conflitos surgem quando as prioridades são colocadas em discussão, pois cada grupo aprecia suas demandas como urgentes, sentimento compartilhado pelos demais. A eleição de delegados também é permeada por conflitos, pois cada segmento quer se sentir contemplado, sendo o número de vagas insuficiente para tal.

Entre as principais reivindicações dos segmentos presentes nas etapas preparatórias e mesmo a pauta levada pela representante do Território na etapa Nacional, Arlene Freire, coordenadora da Abraço Sisal, estão diversas proposições que dizem respeito a mudanças na regulamentação de radiodifusão comunitária (publicidade estatal, abrangência da rádio, aceleração no processo de outorga etc.). Através desses encontros promovidos no Território, a região conseguiu não apenas garantir um representante em Brasília, mas também encaminhar suas reivindicações, sendo muitas delas eleitas como demandas prioritárias de todo território nacional e dirigidas ao Congresso Nacional para apreciação.

4.3 MÉTODOS DE ANÁLISE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A PROPOSTA

Nessa fase do trabalho, traçaremos o caminho que nos levou à busca por respostas às indagações que nortearam esse estudo. Faremos uma exposição dos métodos de análise utilizados que embasaram a pesquisa empírica, conferindo-lhe credibilidade científica.

Nosso estudo de caso se deu por meio da técnica de aplicação de entrevistas, o que nos permitiu compreender alguns fenômenos e indagações apontados pelo problema central do trabalho. O uso desta técnica se justifica por outorgar às pessoas envolvidas opiniões sobre os fatos, levando-nos a conhecer o que essas pensam ou creditam sobre a mobilização para o processo de comunicação no Território, tendo como parâmetro a organização para a 1ª CONFECOM.

Para confecção da pesquisa exploratória, tivemos que delimitar o Universo e as partes. O universo nessa pesquisa é formado por todos os movimentos da sociedade civil

organizada do Território do Sisal que se articularam em prol da conquista por representatividade na 1ª CONFECOM, desse universo, delimitamos a análise dos grupos que trabalham com temática Comunicação, a saber, o CODES Sisal, o MOC, a Abraço Sisal e a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura- AMAC.

Essa técnica de pesquisa é um instrumento por meio do qual obtemos dados que podem contribuir para compreender o objeto analisado, podendo se apresentar em formatos diversificados, a depender do propósito da pesquisa. Para Lopes (2005), a entrevista, assim como o questionário, o formulário e a história de vida, constituem-se como uma técnica de coleta para uma pesquisa empírica, uma vez que é possível promover o encontro entre duas pessoas, a fim de obter informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional (MARCONI; LAKATOS, 1996).

A operacionalização da entrevista que melhor serviu aos desígnios e objetivos da presente pesquisa foi a Padronizada ou Estruturada, na qual as questões foram previamente formuladas, dando margem para tirar do entrevistado informações relevantes e proporcionando maior abertura para ele se expressar. Para tal, a autora preparou um roteiro que norteou as questões das entrevistas.⁷

O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças levem a refletir diferenças ente os respondentes e não diferenças só na perguntas (MACONI; LAKATOS, 1996, p. 85).

O universo da nossa pesquisa, como já relatamos, são os grupos da sociedade civil organizada que têm em sua pauta a Comunicação Social Comunitária e que atuam no Território do Sisal. Nosso objeto dentro desse universo é analisar como esses grupos se organizaram e se mobilizaram para conseguir representação na 1ª CONFECOM e na discussão sobre o direito à comunicação. Durante as etapas preparatórias e a realização do evento, pudemos verificar a atuação constante das entidades do Território que mantiveram destaque em todas as fases de discussão territorial e que contribuíram para garantir a participação de um representante para etapa nacional, citadas acima. O Codes Sisal, por se tratar de um órgão de grande dimensão dentro do Território, não esteve diretamente ligado nessas discussões, contudo não podemos deixar de mencioná-lo, em consideração ao apoio que esse órgão passa para as entidades diretamente participantes. O Codes, através do eixo de

⁷ APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA. p. 86

trabalho denominado Comunicação, tem procurado dialogar com as demais entidades do Território, propondo políticas públicas para a comunicação. Assim, optamos por usar o recurso da representação para assegurar que as três entidades diretamente envolvidas pudessem ser entrevistadas, sendo ouvido um representante de cada uma delas.

Optamos por realizar as entrevistas com os coordenadores de comunicação das entidades participantes, pois esses foram os que atuaram em maior número nos encontros territoriais e que são os responsáveis por promover os espaços para a discussão de políticas de comunicação sustentável para a região. As entrevistas foram realizadas com Nayara Silva, coordenadora do Programa de Comunicação do MOC, Camila Oliveira, presidente da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e Arlene Freire, coordenadora da Abraço Sisal e eleita representante territorial para etapa nacional da CONFECOM.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e no local de trabalho dessas personalidades, durante os meses de agosto e setembro de 2011, tendo como aparato técnico um gravador de voz e o roteiro para entrevista. Depois de coletadas, as gravações foram decupadas e realizada a análise dos resultados.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: PROCURANDO TRAÇAR CAMINHOS

O processo que levou à mobilização da sociedade civil organizada no Território do Sisal a garantir sua representação na 1ª CONFECOM constitui-se no trabalho realizado pelas entidades que têm a Comunicação Comunitária como uma importante ferramenta de ação, procurando, em parceria com o Estado, fomentar um diálogo sobre a democratização da comunicação e o direito a esse bem público, de forma a promover o desenvolvimento do Território. De posse das entrevistas coletadas junto a representantes das entidades trabalhadas, faremos nesse tópico uma análise dos resultados, tomando como base cinco categorias norteadoras, a saber: a) quanto à negociação entre as entidades (para construir o diálogo); b) quanto ao formato dos encontros (preparatórios para a Conferência); c) quanto as propostas encaminhadas (do território para a etapa Nacional); d) quanto à representatividade (análise do representante do Território na etapa nacional), e, e) quanto a avaliação da 1ª CONFECOM.

O objetivo dessa estrutura é analisar, com base nessas cinco categorias expostas, como se desenvolveu o processo de mobilização que levou a sociedade civil organizada do Território do Sisal a garantir sua participação na 1ª Conferência Nacional de Comunicação no Brasil, levando para essa etapa as propostas que dizem respeito as demandas prioritárias do Território para a comunicação. Vale salientar que essa é uma visão extraída daqueles que

participaram diretamente do processo, como representantes das entidades às quais pertencem e como interlocutores da sociedade civil organizada de todo território.

a) **Quanto à negociação entre as entidades:** durante as entrevista ficou notória a parceria existente entre as entidades analisadas. Há entre elas uma relação de complementaridade quando o assunto é mobilizar o Território para atuar nos espaços públicos. Para Camila Oliveira, presidente da Agência Mandacaru, a CONFECOM foi mais um exemplo da parceria existente entre as entidades de comunicação do Sisal, fazendo desse evento um espaço onde esses grupos sentaram para discutir a comunicação, colocando as demandas do território.

O papel da Abraço no processo de mobilização também teve um importante destaque. Segundo Arlene Freire, coordenadora da Associação, a participação da entidade foi fundamental para articulação dentro do território conseguindo atingir também outros territórios vizinhos. Nayara Silva, coordenadora do programa de Comunicação do MOC, também descreve essa negociação de forma positiva:

A gente entende que sozinhos não vamos conseguir construir nenhum processo de mobilização, e para o MOC, é muito importante assegurar a parceria com as outras entidades (Nayara Silva, Coordenadora do Programa de Comunicação do MOC)⁸.

Com base nos relatos destacados acima, fica evidenciada a parceria entre as entidades de comunicação no Território para mobilizar esse espaço. Contudo, não podemos deixar de mencionar o caráter político que permeia os trabalhos desenvolvidos pelas entidades, a busca constante por afirmar seus ideais, missão e valores. Cada uma, a seu modo, tem procurado direcionar a sociedade civil organizada do território para caminhos que melhor atendem suas necessidades, ideológicas e também econômica.

b) **Quanto ao formato dos encontros:** até a concretização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, as entidades tiveram uma série de encontros preparatórios junto à sociedade civil organizada. A coordenadora da Abraço diz que a entidade conseguiu atuar em todas as etapas, conseguindo mobilizar um grande número de pessoas, sobretudo de rádios comunitárias, até mesmo em outros territórios de identidade. Segundo Camila Oliveira, da AMAC, as discussões sobre comunicação no Território para a Conferência representaram

⁸ APÊNDICE D – ENTREVISTA COM NAYARA SILVA - COORDENADORA DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO MOC. p. 97

avanços significativos na área, contudo ainda é preciso amadurecer a discussão sobre a temática, reunindo um número maior de atores. Nayara Silva, buscando analisar a atuação do MOC nesse processo relata:

O MOC foi uma das entidades pioneiras nesse processo, seja na formação de comunicadores ou na mobilização das entidades. O MOC contribui muito para esse diálogo em torno da comunicação [...] isso só foi possível devido ao poder de mobilização que essa região tem, é uma característica muito forte se mobilizar, se organizar, e buscar aquilo que agente acha que é certo, que é de direito, e na Conferência de Comunicação não foi diferente (Nayara Silva, Coordenadora do Programa de Comunicação do MOC).

Percebemos que os formatos dos encontros promovidos no Território foram organizados para buscar contemplar uma expressiva quantidade de participantes. Mobilizar pessoas para algo não é uma tarefa feita de qualquer jeito. O processo de mobilização permite que os envolvidos venham a comungar das ideias gerais sobre a temática proposta, mesmo havendo divergências. No caso analisado, percebemos que as discussões foram direcionadas a tentar alargar os limites de abrangência das entidades, buscando aumentar o número de adeptos ao plano de comunicação direcionando pelas entidades para o território.

c) Quanto às propostas encaminhadas: durante os encontros realizados no Território, foram elaboradas muitas propostas que davam conta de atender diretamente aos anseios dos grupos que trabalham com a Comunicação Comunitária. Essa região conseguiu encaminhar quase a totalidade dessas propostas para aprovação na etapa nacional.

Para as entidades entrevistadas, parece haver um ganho no sentido da pluralidade e profundidade das propostas, que como afirmou Camila Oliveira, de modo geral atendem as demandas Territoriais. Nayara Silva avalia que se as pautas que os grupos do Território apontaram de fato tivessem sido concretizadas, dariam conta das necessidades no campo da comunicação na região. A coordenadora da Abraço analisa assim:

As propostas que foram aprovadas na Conferência Nacional, pelo menos as que nos encaminhamos, elas dizem respeito à legislação, a questão de publicidade em rádio comunitária, a questão de tornar menos burocrático o processo de outorga deixando mais rápido esse processo, tratavam também de frequência, e até hoje nós não vemos essas coisas andarem (Arlene Freire, Coordenadora da Abraço Sisal)⁹.

Muitas das propostas encaminhadas pelo Território para a etapa nacional da 1ª CONFECOM conseguem atender as demandas prioritárias da região. Contudo, percebemos,

⁹ APÊNDICE C - ENTREVISTA COM ARLENE FREIRE, COORDENADORA DA ABRAÇO SISAL. p. 94

que a maioria destas dizem respeito à rádio comunitária (outorga, publicidade, rapidez nos processos burocráticos etc.) e que a preferência por essas demandas trazem consigo questões outras envolvidas. Podemos exemplificar o caso econômico, pois sabemos que apesar de se tratar de uma rádio sem fins lucrativos, a renda que gira em torno de um órgão desse garante a sustentabilidade de muitas pessoas da comunidade, direta ou indiretamente. Ainda sobre as rádios comunitárias, podemos destacar as questões políticas envolvidas nesse meio, ou seja, a apropriação de um bem comunitário para realizar campanhas e preferência eleitoral partidária.

d) Quanto à representatividade: para representar o Território do Sisal na etapa nacional da Conferência em Brasília, os grupos organizados da região elegeram Arlene Freire, coordenadora da Abraço Sisal. Percebemos que a escolha foi um consenso entre as entidades que participaram dos debates. Para Nayara, do MOC, “o território foi muito bem representado”, pois o trabalho desenvolvido pela Abraço nesse espaço político tem sido muito significativo para o desenvolvimento da comunicação. Para a AMAC:

A ida de Arlene Freire para a etapa nacional não foi por acaso e nem foi demanda de uma entidade só. A Abraço hoje tem uma facilidade de entrada no Governo e de discussão junto a esse (Camila Oliveira, Presidente da Agência Mandacaru)³.

Para a própria Arlene Freire:

A Abraço diversas vezes é citada como referência de Comunicação Comunitária no Território do Sisal, sendo procurada por outros territórios para dividir um pouco da experiência, e procurada também por outras rádios que têm o interesse de se filiar por conhecerem o trabalho da Abraço. Nós conseguimos apoio, na época da Conferência, por conta de sermos referência, conseguimos ser chamada e reconhecida pelo Governo por conta de sermos referência, e continuamos a manter um bom relacionamento com essas entidades que dialogamos durante a CONFECOM (Arlene Freire, coordenadora da Abraço Sisal).

Essa etapa de escolha de representante é um momento tenso. Depois participar juntos do processo de preparação para a 1ª CONFECOM, o Território do Sisal, foi o que melhor se destacou em nível estadual, por ter levando o maior número de delegados nessa etapa e consequentemente, um número expressivo de propostas. Mas teve que se posicionar ao eleger apenas um representante para a etapa nacional. A escolha desse representante, como observamos acima, foi uma escolha homogênea por parte das entidades do Território, contudo fica o sentimento de invisibilidade para os demais segmentos da sociedade civil organizada, devido à pequena participação de um Território que desempenhou um papel grande dentro da discussão, vetando a oportunidade de outros segmentos participarem desse momento.

Coma escolha de Arlene Freire, o segmento de rádio comunitária volta a ter maior visibilidade, apesar de a representante está levando as demais propostas elaboradas no Território.

e) **Quanto à avaliação da 1ª CONFECOM:** para os representantes das entidades entrevistadas, existe um consenso quanto à avaliação da 1ª Conferência nacional de Comunicação, um consenso de que foi um espaço democrático para o território e para o Brasil. Contudo, há também um consenso de que as propostas encaminhadas e aprovadas ficaram apenas nos papéis, havendo entraves burocráticos para a sua concretização. Segundo Camila Oliveira, da AMAC:

A Conferência como um todo foi um espaço estratégico, e como tal, nunca trazem resultados imediatos, justamente pela representatividade. O processo de Conferência é uma briga de espaço. Mas foi na CONFECOM que o território conseguiu uma entrada maior e diálogo com o Governo (Camila Oliveira, Presidente da Agência Mandacaru)¹⁰

Nayara Silva compreende que a CONFECOM foi um espaço político de negociação que possibilitou um encontro entre o Estado, os empresários e a sociedade civil organizada. Por esse motivo, ela se caracteriza como um espaço democrático. Contudo, no tocante as propostas encaminhadas, o sentimento é de frustração, pois tudo o que foi elaborado permanece nos papéis, sem sua concretização. Esse mesmo sentimento é descrito por Arlene Freire, que avalia a 1ª CONFECOM dessa forma:

Saímos do Território, muito felizes por saber que era a primeira vez que íamos discutir comunicação nessa instância, mas nós sabíamos que ia ser muito difícil poder aprovar muitas coisas, porque nós sabemos que estamos brigando com empresas muito grandes que dominam a comunicação no país, e nós sabemos que nós interferimos nos interesses políticos de muita gente, porque a rádio, ela tem o papel de conscientizar, de transformar. Então, nós temos frustração, por sabermos que aquilo que demoramos para construir, acabou não acontecendo. Mas sabemos que o começo é esse. Debater uma, duas, três vezes, fazer várias conferências, até que nós conseguirmos ocupar esse espaço. Nós precisamos criar a cultura de debater para ver se a coisa muda, se a coisa anda (Arlene Freire, Coordenadora da Abraço Sisal).

A avaliação que as entidades entrevistadas fazem da 1ª Conferência Nacional de Comunicação corrobora o sentimento que ficou em quase todos os grupos da sociedade civil organizada: o sentimento de frustração, de mais uma conferência do Governo Federal, que

¹⁰ APÊNDICE B - ENTREVISTA COM CAMILA OLIVEIRA - PRESIDENTE DA AGÊNCIA MANDACARU DE COMUNICAÇÃO E CULTURA. p. 87

discutiu assuntos que não foram concretizados. Não podemos deixar de destacar o evento como uma abertura do Estado em dialogar pela primeira vez um tema emergente no país, e enquanto espaço de discussão, a 1ª CONFECOM tem um saldo positivo por reunir as três esferas da área para dialogar e propor encaminhamentos para organização desse espaço. Contudo, a 1ª CONFECOM caracterizou-se apenas como um marco, um passo dado na luta pela democratização, que nesse momento precisa de força para se afirmar enquanto lei.

Além dessas cinco propostas de avaliação da organização das entidades de comunicação do Território para a CONFECOM, é possível, com base no roteiro de entrevista usado pela autora para nortear as discussões, elaborar mais uma proposição que serve para discutir como está a articulação dessas entidades atualmente, levando em consideração que a 1ª Conferência Nacional de Comunicação teve suas atividades encerradas em dezembro de 2009 e essa pesquisa foi realizada entre agosto e setembro de 2011, tendo assim um intervalo de dois anos em relação ao evento.

Para Arlene Freire, coordenadora da Abraço Sisal, o trabalho que essa entidade desenvolve hoje no Território é bem menor do que o desenvolvido durante o processo de Conferência de Comunicação:

Hoje, a Abraço Sisal continua fazendo o seu papel que é provocar junto aos meios de comunicação a reflexão de qual é o seu papel, como desempenhá-lo, como fazer a comunidade crescer, como ajudar no desenvolvimento dos municípios com a comunicação. Então, eu acho que mesmo não tendo suas reivindicações atendidas, ela ainda se mantém fazendo seu trabalho político, ainda que hoje seja um trabalho de formiguinha, bem menor que na época da Conferência (Arlene Freire, Coordenadora da Abraço Sisal).

Camila Oliveira, presidente da AMAC, divide o momento pós Conferência em dois momentos e avalia a articulação das entidades de comunicação da seguinte forma:

As entidades que trabalham com comunicação no território ainda sofrem alguns dilemas de sustentabilidade, e quando falamos em sustentabilidade colocamos o processo de gestão financeira das entidades, que muitas vezes não têm recursos para ir até os espaços, para desenvolver atividades. Durante o ano de 2010, o processo de articulação ficou um pouco defasado porque as entidades pouco se reuniram para identificar as demandas do território e se articular. Agora, em 2011, tivemos um olhar mais sensível a isso e chamamos novamente essas entidades que compõem o território, tendo o MOC como puxador dessa discussão (Camila Oliveira, presidente da AMAC).

Para Nayara Silva, coordenadora do programa de Comunicação do Movimento de organização Comunitária, o trabalho de articulação das entidades de comunicação do território hoje, é uma questão preocupante:

Eu tenho uma avaliação que é preocupante. Por exemplo: sempre foi muito forte na região o movimento de radiodifusão comunitária, e hoje nós temos sentido uma queda muito grande, sobretudo desse movimento. Eu temo em dizer que talvez seja o desgaste, como diz aquele ditado: “nadar, nadar, e morrer na praia”. Então, as entidades de comunicação têm vivido esse momento. Tem alguns avanços significativos, claro, e a Conferência é um deles, mas em termos de mobilização, nesse momento, a minha avaliação é que ainda está a quem daquilo desejado.

Nós estamos, enquanto MOC, tentando puxar uma atividade com a Abraço Sisal para discutir e rever o planejamento e ver como as coisas poderiam ganhar mais suporte. Outro recurso possível é o curso de Comunicação da UNEB, podendo ser um meio de potencializar e qualificar os comunicadores comunitários, sobretudo das rádios.

Nesse momento, existe uma desmobilização, as pessoas estão desmotivadas, acredito que essa seja a palavra. Mas, estamos aí na luta (Nayara Silva, Coordenadora do Programa de Comunicação do MOC).

Enquanto as propostas encaminhadas pela 1ª CONFECOM ao Congresso Nacional estão sendo apreciadas, as entidades de comunicação que compõem a sociedade civil organizada do Território do Sisal estão buscando meios para continuar sendo referência em comunicação na região. Como pudemos ver acima, a mobilização dessas entidades, pós CONFECOM teve seus trabalhos decrescidos ao longo dos dois anos passados, havendo necessidade de medidas para rearticular esses grupos, para que voltem a atuarem no Território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da sociedade civil organizada no Brasil é um processo construído a cada dia. Da qualidade apenas de enfrentadores do poder político, esses grupos passam a trabalhar com a mobilização social e a busca de um diálogo com o Estado, criando assim um espaço político onde a negociação é o imperativo. Embora algumas vezes as decisões de maior complexidade fiquem sob a responsabilidade do Governo, a sociedade civil organizada tem conseguido discutir e lutar por uma contra proposta, abrindo assim o caminho para o diálogo. Caminho construído e conquistado pelos grupos organizados no cotidiano, que também não são vistos apenas como fonte de virtudes, possuindo o desejo de ascensão política.

Essa sociedade civil organizada, que durante o Regime Militar (1964-1986) passou por um momento de recessão nos bairros e periferias dos centros urbanos e zonas rurais, ressurgiu após a publicação da Constituição Brasileira, em 1988. Dentre os diversos anseios da população, a liberdade de expressão e de comunicação emergem como uma bandeira significativa que poderá possibilitar a voz daqueles que até então estavam no anonimato. A liberdade de poder estar reunida em comunidade para discutir assuntos de interesse local, tendo em vista o bem comum, torna-se uma atividade frequente para os brasileiros. É a partir desse momento que começamos a observar as mudanças que vão ocorrendo nos meios de comunicação, que passam a ganhar uma nova proposta: adentrar a comunidade e atender às demandas desta.

A partir da abertura política que o Estado é pressionado a realizar em todas as suas esferas de atuação, aumentam em número os movimentos organizados da sociedade civil no Brasil, a favor ou reivindicando as mais variadas causas de interesses dos grupos. As entidades e movimentos sociais que nascem nesse contexto buscam mobilizar não apenas o maior número de militantes, mas sobretudo capacitar essas pessoas para estar politicamente aptas para reivindicar melhores condições de vida, ocupando e atuando nos espaços públicos e propondo modificações para os mesmos.

No Território do Sisal, a organização da sociedade civil é datada a partir dos anos 1970, puxadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) junto à Igreja Católica. Durante muito tempo, essa região foi sinônimo de dificuldades e opressão assegurados pelos coronéis. São os movimentos da sociedade civil organizada que iniciarão novos caminhos para esse Território, impulsionado pelo desejo de condições de vida digna, sendo esses mesmos movimentos os responsáveis por mobilizar as comunidades locais para dialogar com o Estado, passando a serem reconhecidos como gente de “fibra e resistência”. Contudo, não podemos

deixar de ressaltar os interesses oriundos das entidades da sociedade civil organizada, que procuram posição de privilégio no território junto ao Estado, representando as minorias locais.

A comunicação comunitária foi uma ferramenta testada e aprovada pelos sisaleiros, para que esses pudessem garantir sua liberdade de expressão, além de ser um instrumento utilizado para difusão de assuntos correlatos da comunidade, produzidos e difundidos por ela. O rádio ainda é o meio que melhor atende as necessidades na área de comunicação, pois além da longitude no alcance, os custos com aparelhagem e produção são considerados baixos. Contudo, falar em comunicação comunitária no Território do Sisal não significa falar apenas das rádios comunitárias. A comunicação produzida e conquistada nesse espaço, antes de ser adjetivada como o uso e apropriação dos meios técnicos, é um espaço de participação e organização dos grupos que atuam nesse Território, que trabalham com a comunicação para fomentar na sociedade um sentimento de responsabilidade por melhores condições de vida. Assim, antes de ser técnica, a comunicação comunitária no Sisal é cultura, educação, desenvolvimento, sustentabilidade.

Esse entendimento sobre a comunicação comunitária foi o que impulsionou a sociedade civil organizada do Território a se juntar aos movimentos que lutam pela democratização da comunicação, atuantes em todo país. Importante passo na busca por uma comunicação democrática e plural foi dado pelo Governo Federal, em 2009. Atendendo as reivindicações da sociedade civil organizada do país, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reúne empresários de comunicação, Governo e sociedade civil organizada para realizar a 1ª CONFECOM e discutir os rumos da comunicação para o Brasil.

O papel do Estado foi esse: convocar, custear e assegurar meios para garantir a efetivação da Conferência enquanto espaço de discussão. Do outro lado, ficou a cargo da sociedade civil organizada divulgar e criar meios para levar um número expressivo de representantes para dialogar com os demais segmentos, colocando suas principais reivindicações como propostas. Juntos, sociedade civil organizada, empresários e governo deram um passo importante na história da comunicação do Brasil, realizando a primeira Conferência para debater o tema.

No Território do Sisal, a preparação para esse evento ocorreu de forma organizada, procurando reunir o maior número de atores e atender as mais diversas áreas de necessidade em comunicação. O mecanismo usado para tal no Território foi a antecedência nas ações adotadas pela sociedade civil organizada. A CONFECOM, como já explicitamos em outro momento, só veio a se realizar em dezembro de 2009. Contudo, o Território do Sisal já havia iniciado debates sobre a democratização da comunicação desde maio de 2007, realizando sua

1ª Conferência Territorial, na cidade de Serrinha, BA. Além dessa etapa, a região manteve-se articulada em representação, discussão e propostas para as etapas Regional, Estadual e Nacional, conseguindo enviar um representante territorial para essa última.

O processo de organização das entidades do Território para mobilizar a região em torno da CONFECOM foi um trabalho realizado pelos movimentos que atuam nessa área e que não tiveram suas atividades iniciadas com o advento da Conferência, tampouco encerraram-se pós Conferência. A luta pelo direito à comunicação nesse lugar é um movimento que antecede a CONFECOM e se mistura aos movimentos que discutem o direito à água, a melhores condições de trabalho no sisal, direito das mulheres, direito de educação para as crianças e adolescentes, entre outros. A articulação para discutir comunicação em instância nacional foi um processo que conseguiu reunir todos os movimentos que lutam pela liberdade de expressão e veem nessa categoria uma forma de promover o desenvolvimento regional. Assim, o trabalho dos grupos organizados que atuam no Território não deixa de ser uma luta por poder, por legitimidade de ações na busca de sensibilizar os órgãos financiadores quanta às suas necessidades de gestão.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação é palco para analisar a capacidade de mobilização da sociedade civil organizada do Território do Sisal e também serve para destacar as entidades que comandam as discussões nesse espaço. Durante todas as etapas preparatórias que antecederam o evento, essa região manteve-se atuante, promovendo o debate em seu espaço, além de conseguir atuar em outros territórios vizinhos, como é o caso da Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina e Portal do Sertão. Dessa forma, pudemos analisar o poder de penetração que esses grupos ganharam, mantendo-se na hegemonia da discussão sobre a comunicação. Dentre as propostas aprovadas na etapa nacional, há muitas versões sobre legislação em radiodifusão comunitária, educomunicação, respeito às minorias étnicas, propostas discutidas e encaminhadas do Sisal para o evento, mostrando com isso a importância dos debates introdutórios no Território, bem como seu poder de congregar e difundir suas propostas.

O debate para a 1ª CONFECOM no Território do Sisal foi promovido e direcionado pelo Comitê pela Democratização da Comunicação (MOC), tendo a Abraço Sisal, a Agência Mandacaru e o Eixo de Comunicação do Codes Sisal como parceiros. A partir desse contexto, os demais grupos que se juntavam nos encontros para discutir propostas de comunicação possuíam alguma relação com aqueles (rádio comunitária, sindicatos de categorias, movimento de mulheres). As propostas elaboradas nesse espaço estavam entre o rol dos

interesses dos envolvidos, bem como a condução dos grupos de trabalho e sintetização das demandas.

As entidades de comunicação, promotoras dos encontros na região, são organizações da sociedade civil que já possuem qualificação política e técnica para dialogar com o Estado. As quatro entidades entrevistadas e analisadas para confecção dessa pesquisa possuem um histórico de atuação em outras áreas (agricultura familiar, acesso à água, convivência com o semiárido, acesso à terra etc.). O envolvimento com a área de comunicação constitui-se mais um campo de proposições e construção de sentidos.

Quanto ao formato da própria CONFECOM, podemos analisar como um espaço de disputa de poder entre as três esferas envolvidas: sociedade civil organizada, empresários e poder público. A divisão dos grupos de trabalho na etapa nacional do evento criou uma barreira para os Territórios representados poderem dialogar. Subdivididos em 15 eixos temáticos, que versavam sobre os três eixos de discussão, as plenárias eram realizadas num mesmo momento, e o representante Territorial, encaminhado a participar das discussões em apenas um grupo. Sendo assim, os participantes não tinham a possibilidade de discutir os demais temas, ficando apenas, com a responsabilidade de aprovar ou não as propostas na plenária final.

As propostas encaminhadas dos estados para a 1ª CONFECOM foram fruto de muita discussão e trabalho dos grupos organizados, principalmente da sociedade civil organizada. No total, foram encaminhadas 569 propostas que versavam sobre as prioridades em comunicação das três esferas envolvidas no debate. Contudo, o Caderno Final da 1ª CONFECOM nos afirma que 29 dessas propostas não foram apreciadas por falta de tempo hábil para isso, devido ao encerramento do evento. O tempo foi um dos grandes problemas estruturais desse debate, onde os delegados da sociedade civil organizada estavam com o voo agendado para as dezessete horas do último dia de trabalho e tiveram que esvaziar a plenária, que ainda estava em processo de votação.

A falta de qualificação necessária aos envolvidos para participar objetivamente dos debates, tornou-se outra grande barreira nessa construção política. O despreparo de muitos delegados foi elemento que colaborou para deixar as decisões nas mãos dos grupos aptos para dialogar, capacitados técnica e politicamente. Podemos associar esse problema à questão da representatividade, sistema adotado para garantir que um grande número de segmentos fossem contemplados no processo. No caso da Bahia, foi eleito para a etapa nacional um representante de cada Território de Identidade, ficando todos os segmentos representados por apenas uma pessoa, responsável por debater todas as propostas do Território.

Apesar dos percalços operacionais e ideológicos que permearam a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, não podemos deixar de destacar esse momento político como um passo à frente empreendido no país, com o mérito de se iniciar a abertura para a negociação entre sociedade civil organizada e Estado. A oportunidade de se discutir os rumos da comunicação, pela primeira vez, foi organizado no formato de conferência convocada e custeada pelo poder público. A busca pelo direito à comunicação teve seu marco formalizado nesse evento, onde propostas plurais foram encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional.

Para a sociedade civil organizada, ficou o sentimento de dever cumprido, pelo menos uma parte dele, pois a luta pela democratização da comunicação é uma busca constante, que não se encerrou com a 1ª CONFECOM.

REFERÊNCIAS

Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC) – Disponível em: <http://www.mandacaru.org.br/>. Acesso em: 19 de ago de 2011.

ALMEIDA, Robinson dos Santos. **Caderno de Resoluções da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia**. Salvador: EGBA, 2009.

ARANTES, Rosely Fabrícia de Melo. **Uma experiência de gestão participativa: o caso da primeira Conferência de Comunicação Social da Bahia**. III Seminário Políticas Sociais e Cidadania. Salvador, 2010. Disponível em: http://www.interatividadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessão5/145.pdf. Acesso em: 24 de ago de 2011.

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp) – Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/>. Acesso em: 16 de ago de 2011.

Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) – Disponível em: <http://www.abraconacional.org/>. Acesso em: 16 de ago de 2011.

BAHIA (Estado). Decreto nº 10.592, de 22 de novembro de 2007. Cria o Grupo de Trabalho de Políticas de Comunicação Social- GT COMUNICAÇÃO- para acompanhamento e sistematização da discussão e elaboração de propostas de Políticas Públicas de Comunicação Social para realização da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia. Diário Oficial [do] estado, Salvador, 23 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm>. Acesso em: 24 de ago de 2011

BAHIA (Estado). Decreto nº 11.431, de 06 de fevereiro de 2009. Cria a Comissão Organizadora da Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Comunicação- CONFECOM. Diário Oficial [do] estado, Salvador, 07 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm>. Acesso em: 24 de ago de 2011.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica.** São Paulo: Makron Books, 2000.

BELTRÃO, Luiz. Comunicação popular e religião no Brasil. In: MELO, José Marques de (org). **Comunicação/incomunicação no Brasil.** Loyola: São Paulo, 1976.

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga (orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 241-277.

BERGER, Crista. **A comunicação emergente popular/e ou alternativa no Brasil.** Porto Alegre: Mimeo, 1989.

BIGNNOTTO, Newton. Uma Sociedade sem Virtudes? In: NOVAIS, Adauto. **O Esquecimento da Política.** Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 83-106.

Blog A voz do campo. Disponível em: http://avozdocampo.blogspot.com/2011_03_01_archive.html. Acesso em: 27 de jul de 2011

BRASÍLIA. Decreto de 16 de abril de 2009. Convoca a 1ª Conferência Nacional de Comunicação- CONFECOM e dá outras providências, Brasília, Distrito Federal, 16 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/112.7decretodooscarniemeyer.pdf>. Acesso em: 24 de ago de 2011.

BRITOS, Valério Cruz; ROCHA, Bruno Lima; NAZÁRIO, Paola Madeira. **Tomando posição: uma análise política da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).** RECIIS- Revista Eletrônica de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n. 4, p. 45-54, novembro, 2010. Disponível em: www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/download/409/646. Acesso em: 11 de set de 2011.

Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/bobre-a-secom/pulicacoes/confecom>. Acesso em: 07 de set de 2011.

Caderno Preparatório da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia – promovendo o seu direito à comunicação. Salvador, 2008.

CHAUÍ, Marilena. O que é Política. In: NOVAIS, Adauto. **O Esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 27-54.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. **Fermento de marca boa**, Revista Sem Fronteiras, Taboão da Serra, São Paulo, n° 252, 1997. Disponível em: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/news/semfro/252/sf252p05.html>. Acesso em: 01 de set de 2011.

Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia - CODES. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal**, Bahia, 2010.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002, p. 279-301.

_____ Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Mato, Daniel (coord). **Política de Ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, p. 95-110.

DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesses públicos. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, Giovandro M; MOREIRA, Gislene. **A construção da comunicação comunitária da região do Sisal**: Uma rede tecida com fibra e resistência. Salvador, 2005.

FERREIRA, Giovandro Marcos; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C; MORAIS, Osvaldo de (orgs). **Teorias da Comunicação**: trajetórias investigativas. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**; práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania, meios de Comunicação de Massa, Associativismo e Movimentos Sociais. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (orgs). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003, p. 170-201.

GOMES, Gislene Moreira. **Comunicação, Cultura e Participação: reflexões sobre a construção do desenvolvimento territorial da região Sisaleira da Bahia**. UNIrevista-vol. 1, nº 3: (julho 2006).

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (org). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 187-240.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summos, 2007, p.165-180.

LOPES, Maria Immacolata Vassallos de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARCONI, marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisas: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análises e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO, José Marques de. **Teorias da comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

MOTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2007.

Movimento de Organização Comunitária (MOC) – Disponível em: <http://www.moc.org.br/>. Acesso em: 15 de ago de 2011.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 563- 583.

NOVAIS, Adauto. Política do Esquecimento. In: Novais, Adauto (org). **O Esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 9-26.

PEREIRA, Joe Haroldo. **Curso básico de Teoria da Comunicação**. Rio de Janeiro: Quartel. UniverCidade, 3.ed, 2005.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____ **Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e comunitária**. XXIX Intercom, Brasília, Distrito Federal, 2006.

_____ Mídia comunitária, Liberdade de comunicação e desenvolvimento. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (orgs). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003, p. 245-264.

_____ **Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM**. Trabalho apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, Encontro Anual da Compós realizado na PUC- Rio de 8 a 11 de junho de 2010.

PESSOA, Fernando. **Poesias**. CASSAL, Sueli Tomazini (org). Porto Alegre: L&PM, 1996.
Presidência da República Federativa do Brasil (Planalto) – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm. Acesso em: 01 de set de 2011.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy de (orgs). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

Relatório Anual de Trabalho 2008 – MOC, 2008. Disponível em: <http://www.moc.org.br>. Acesso em: 15 de ago de 2011.

Relatório Anual de Trabalho 2009 – MOC, 2009. Disponível em: <http://www.moc.org.br>. Acesso em: 15 de ago de 2011.

Relatório Anual de Trabalho 2010 – MOC, 2010. Disponível em: <http://www.moc.org.br>. Acesso em: 15 de ago de 2011.

Resolução da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia. Salvador. 1 CD-ROM, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único á consciência universal. 6.ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Vilbégina Monteiro dos. **A construção de uma comunidade imaginada do sisal**. Eneculte, 2009.

Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_territorios_identidade.asp acesso em 27 de jul de 2011

Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_sisal.pdf. Acesso em: 27 de jul de 2011

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) – Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/>. Acesso em: 16 de ago de 2011.

TENÓRIO, Fernando G. (org). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

TORO, A. José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VASCONCELOS, Claudia Pereira. **A construção da imagem do nordestino/sertanejo na construção da identidade nacional**. II Enecult. Salvador, 2006. Disponível em http://www.cult.ufba.br/enecul2006/claudia_pereira_vasconcelos.pdf. Acesso em: 01 de set de 2011.

VIEIRA, Roberto. Os meios de Comunicação de massa e Cidadania. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (org). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003, p. 17-27.

WENDHAUSEN, Henrique. **Comunicação e mediação das ONG's**: uma leitura a partir do canal comunitário de Porto Alegre. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

WOLFF, Francis. Esquecimento da Política ou desejo de outras políticas? In: NOVAIS, Adauto. **O Esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 55-82.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA**ENTREVISTADO:****ENTIDADE:**

- 1- Quais ações a sua entidade desenvolve com vistas a melhorias para a comunicação no Território?
- 2- Como você analisa a relação entre a sua entidade e as demais no processo de organização e discussão de propostas para a Confecom?
- 3- Como você avalia a participação de sua entidade nesse processo?
- 4- Você considera que o formato de organização implementado pelas entidades sociais do Território foi satisfatório para atender às demandas prioritárias em comunicação? Por quê?
- 5- Na sua opinião, o processo de negociação favoreceu a participação igualitária de todos os presentes durante os encontros?
- 6- As propostas encaminhadas a partir do processo de negociação no Território atendem às demandas locais? O que você alteraria?
- 7- Alguma proposta que você considere importante deixou de ser contemplada nesse processo?
- 8- Você se sentiu representado pelos delegados representantes do Território na Confecom?
- 9- Que avaliação você faz da Confecom em termos de atendimento às propostas levadas pelas entidades do Território?
- 10- De modo concreto, que avanços você observa no Território em termos de ações para comunicação pós- Confecom?
- 11- Como está a articulação dessas entidades atualmente?

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM CAMILA OLIVEIRA - PRESIDENTE DA
AGÊNCIA MANDACARU DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

Retirolândia – BA, Agosto de 2011.

Autora: - Camila, como você analisa a relação da Agencia Mandacaru com as demais entidades do Território no processo de mobilização para a Conferência?

Camila: - Olha só é..., agente entende que o processo de mobilização para a Conferência de Comunicação ele não parte apenas né, da, de uma entidade só; não é atoa que o Território ao longo, ao longo, do tempo e ..., desde quando, as entidades de comunicação, e ai se entende: a Rádio Comunitária né, as associações, a própria Agencia mandacaru, é ..., tem tentado se organizar no intuito de ..., de, estar sempre né?, no processo de mobilização para garantir a da democratização da comunicação no Território.

É nesse contexto que surge também o próprio Comitê pela democratização. Então assim, eu avalio o positivo, do ponto de vista de articulação mesmo em torno de..., garantia de propostas e articulação no sentido das entidades, elas sentarem para pensar as politicas de comunicação, então eu acho que aquilo que demanda do Território para a Conferência, e ai, eu já posso adiantar que os resultados que talvez agente tenha da Conferência não sejam tão ..., tão positivos; no..., no, quando se trata de resultados é..., imediatos né? As vezes agente colocam propostas que elas ainda ficam em tramitação ..., elas ficam em, ainda em discussão; mas eu acho que do ponto vista de articulação territorial tem sido viável, e, tem sido positivo para agente garantir as propostas, as demandas, para a comunicação territorial.

Autora: - Você considera que, que, o processo de mobilização, que aconteceu no Território né, o formato de organização fomentado pelas entidades conseguiu atender as demandas prioritárias da comunicação?

Camila: - Veja só, eu acho que não todas ainda, é, o Território e, um..., um, termo de suas entidades ele tem, uma..., uma política traçada né, em tordo da organização isso é nítido agente pode perceber né, pela, pelo o próprio contexto que o Território tem. Ai vem desde 1997 com o surgimento das rádios comunitárias; as rádios comunitárias elas deram, esse, um passo muito forte para os movimentos, eles, perceberem qual é a demanda que o Território tem e com essa comunicação, ela, pode mobilizar o Território.

Depois disso ai surge o MOC né, com poio e assessoria a essa rádios, criar projetos de comunicação como o resultado da Agencia Mandacaru. O próprio surgimento da Agencia Mandacaru, então assim, tudo isso, tem, tem, dado né, tem sido forte no sentido de agente garantir que a participação dessas, dessas, entidades elas se tornem sujeitos né, de mobilização no Território. E as discussões dessas propostas é claro que resulta na união dessas entidades, porém, é..., eu acho que o processo, ele, tem sido, é..., de grande valia quando se trata de mobilização, quando se trata de relação de entidade para entidade, mas, a discussão dentro da, da, Conferência de Comunicação, ela ainda precisa ser mais objetiva, ela ainda precisa ser mais, né, é..., digamos que...: amadurecida. É claro que, é, quando se trata das organizações e, ai, eu não coloco só as do Território, eu acho que todos os que estão lá representados, estão em prol, né, de uma comunicação mais justa, mais democrática; entendendo também que tem, que tem aqueles, que prezam mais né, olham o próprio ego, mais assim, eu, eu..., ainda acredito que as organizações as entidades da sociedade, sociedade civil organizada do Território podem levar para as conferências inclusive de comunicação um proposta mais amadurecida no sentido, até mesmo de olhar para as propostas anteriores né, que ainda não foram atendidas e poder garantir, eu acho, uma comunicação mas democrática e mais igualitário para o Território.

Autora: - Você considera que as propostas né, que saiu daqui pras Conferências conseguem atender as demandas locais?

Camila: - As proposta que saíram do Território, elas foram feitas em conjuntas né, as entidades elas sentaram, e..., demarcaram, digamos que..., propostas que, que..., as consideraram, é..., padrões, propostas que elas consideraram é..., justas e sistemáticas pro Território. É, desde a Conferência até aqui, surgiram outras demandas, então assim, eu posso te assegura que essas propostas, elas não atendem completamente a demanda que o Território tem, pelo fato de outras demandas virem surgindo ao longo, do tempo que, aconteceu a Conferência até aqui; mas, é..., central, digamos que objetivamente para a Conferência eu acredito que sim. Porque o Território embora, ele tivesse o processo de mobilização vindo de muito tempo, e aí, agente colo né, esse período né, de surgimento da mobilização da comunicação pra, o, para a mobilização do Território; e, não se tinha ainda, é..., uma visa principalmente das outras entidades, que não tinham, em seu, em seu espaço de trabalho a comunicação como uma prioridade e a comunicação como uma relação de desenvolvimento tanto do Território, como da própria entidade em si; Ai agente coloca: instituição e aquilo que

elas desenvolvem para o Território, que as duas coisas, elas acabam, elas acabam formado uma ponte né.

Então assim o que agente levantou para a Conferência foi basicamente essa proposta do Governo, ele, poder esta olhando mais para o Território e para os sujeitos que desenvolvem a comunicação nela no sentido de fortalecer inclusive a comunicação comunitária. E outras propostas que, é, condizem com o processo de democratização da comunicação. Porque assim, tanto no Território, como à nível de estado, agente, e, até nacional mesmo, agente vê que a comunicação, ela é, a comunicação, quando agente entende ela como um direito né; agente entende a comunicação como um direito, liberdade de expressão, agente percebe também, que ela está, esse direito que é nosso, que é garantido por lei, né, a liberdade de expressão. Ela está, na verdade, centrada na mão de poucos, na mão de poucos e que muitas vezes, o Governo que é pra olhar para a sociedade como um todo no sentido né, de garantir o seu, a sua, visibilidade, né, é..., o processo acaba sendo defasado pela essa questão, então assim, o fortalecimento, ele parte tanto da democratização, e ai, agente coloca liberdade de expressão e tantas outras ações democráticas que a comunicação ela deve ter, como também a comunicação como sustentabilidade para o Território.

Agente já coloca ai, algumas, faz algumas avaliações de..., de demandas positivas que o Território tem através, do, da sociedade civil organizada, que é o próprio Curso de Comunicação Social na UNEB, que..., agente entendia, né, o movimento social em si entendia, que a comunicação, entendia, e, ainda entende né, que a comunicação ele é prioritária né, que o Território ele tinha uma forte mobilização. Mas, faltava qualificação para essas pessoas que desenvolviam a comunicação. E a reivindicação para a implantação do Curso de Comunicação Social deu resultado, né, o curso tai hoje, atendendo tanto pessoas de fora, como os sujeitos que desenvolvem a comunicação no próprio Território. É..., o ano passado, por exemplo: agente conseguiu implantar ai dentro do curso, assegurar, a, a, a inserção de sete pessoas que estão diretamente ligados com a comunicação territorial, então assim, pra agente é um resultado positivo. E ai assim, quando agente coloca isso, agente né, acaba, acabe perguntando o que é que isso tem a haver com a também com Conferência. Mas, ai assim, é que o processo de mobilização para a Conferência ele tem resultados, não é só nas, nas, nas demandas que agente levam, para lá. Ele tem resultado sobre tudo na sensibilização dos sujeitos que estão aqui. Então aqueles que participaram como delegados, ou, aqueles que foram preparados a nível territorial, eles puderam também entender que existem um grupo formado e ai representado por cada entidade do Território que está lá o tempo inteiro brigando

é, levando propostas e brigando pra que a comunicação do Território ela seja né, de qualidade, ela seja assegurada e que e uma vez isso sensibilizado, esses que estão aqui, que também estão trabalhando juntos eles estão também é..., no dia-a-dia para alcançar seu espaço.

Autora: - A representante do Território na etapa Nacional foi Arlene, presidente da Abraço Sisal. Você enquanto agência Mandacaru se sentiu representada por ela?

Camila: - Com certeza. A ida de Arlene para a etapa Nacional não foi por acaso nem foi demanda de uma entidade só. Eu poderia destacar a figura de Arlene como uma figura que hoje tem facilidade de entrada no Governo, e quando eu digo assim, facilidade de entrada, é facilidade de dialogar mesmo com as representações governamentais, e aí agente coloca a Arlene quanto alguém que representa a Abraço Sisal que é a Associação de Rádios e TVs comunitárias do Território, e agente vê a Abraço enquanto parceiras de outras instituições, Agência Mandacaru, MOC, APAEB, o próprio curso de comunicação que representam o Comitê pela Democratização da Comunicação. Agente trabalha em rede, e esse trabalho em rede ele tem resultado nessa questão demandada para o Território no sentido de agente propor e avaliar que é a pessoa ideal, adequada para no momento participar dos espaços, e aí não entra só a Conferência, outros espaços também que por ser Arlene ou qualquer outra pessoa que representa as entidades de comunicação do Território. Mas eu mim senti representada, porque Arlene enquanto representante, também está representada pela parceria da entidade e porque as propostas levadas por Arlene não foram criadas apenas pela entidade a qual ela representa, foram propostas criada em conjunto pela rede que o Território articula. Então por isso eu acredito que não foi uma representação nem pessoal nem institucional, foi uma representação de rede e de propostas que o território acabou emandando e ela acabou levando isso para a Conferência, embora e as propostas ainda estejam em discussão.

Autora- Agente também concorda que o processo e articulação das entidades é um processo positivo né, pelo menos foi, na etapa da Conferência. E hoje, pó Conferência, como é que você analisa o processo entre as entidades do Território?

Camila- As entidades que trabalham a comunicação territorial, elas ainda sofrem alguns dilemas quanto à sustentabilidade, e quando agente fala de sustentabilidade, agente coloca aí o processo de gestão financeira de muitas entidades que muitas vezes não tem recurso para ir até os espaços, para desenvolve atividades, né, ainda tem muito isso. Então o processo de articulação durante o ano de 2010 ele acabou ficando um pouco defasado porque essas

entidades, elas pouco se reuniram para sentar e identificar as demandas do Território e identificar as prioridades. Agora em 2011, agente teve um olhar mais sensível a isso, e aí nós chamou essas entidades que compõem o Território e que conseqüentemente compõem também o Comitê, porque é assim, só para entendimento, eu acredito que nessas conversas com outras figuras do Território, alguém já tenha te esclarecido, mas, o Comitê foi um pensamento que as entidades tiveram, e aí quem puxou diretamente foi o MOC, para formar um núcleo que pudesse discutir a comunicação do território de uma forma mais sistemática, isso porque não dá para você pensar a comunicação na sua entidade isoladamente, embora você tenha um processo de parceria com as demais. Então, agente tem um representante de cada entidade, e entra o curso de comunicação, a Agência Mandacaru, o MOC, a Abraço Sisal, o Movimento de mulheres, agora tem a discussão para o coletivo de jovens, pra que essas representações, elas sentem e penem comunicação Territorial, que isso também se estende para o GT de Comunicação do COODES Sisal, o que o GT de comunicação do Codes Sisal faz é exatamente aquilo que o Comitê faz, porém a diferença é que, no GT você tem outras figuras ali no processo de discussão, e o GT, o diferencial está exatamente no espaço, mas as atividades e o pensamento é o mesmo, que eu tenho isso até como, eu avalio isso até de forma positiva, porque você tem ali espaços diferenciados, pensando uma mesma ação que possivelmente juntas, elas podem ter um resultado mais positivo.

Então assim, atualmente agente tem um saldo positivo nesse sentido, que no ano de 2011 ele teve mis um gás, no sentido e agente sentar mais, elaborar o planejamento estratégico Territorial que a comunicação demanda, então, embora dos últimos anos para cá, de 2009 para cá agente tenha caminhado um pouco lentamente, 2011 agente teve um salto. È preciso entender que o território faz e torno da comunicação, em torno do que as entidades de comunicação fazem no Território, embora agente não tenha entrado e se articulado, agente tem sempre partilhado e entrado em discussão sobre essas demandas e essas propostas. Então, a vinda do Comitê, ela tem facilitado para que essas estratégias sejam mais sistematizadas e objetivas, do ponto de vista de demandas e de articulação do Território.

Autora: - Faça uma avaliação geral da Conferência, das etapas e da nacional.

Camila: - Olha, nunca é fácil você tá ali representando. Embora você esteja representando o Território, nunca é fácil você tá ali num meio de um mundo de pessoas com pensamentos diferentes, com visões diferentes. No entanto eu não avaliaria nesse momento a Conferência como u todo, porque agente sabe que no fundo o fundo são espaços que são ciados, são

espaços estratégicos, porém esses espaços eles nunca lhe dão resultados imediatos, justamente por essa questão de representatividade. Enquanto você tem ali um núcleo territorial que trabalha a democratização da comunicação que pensa na comunicação como um direito, você tem outro núcleo ali do lado que pensa a comunicação como uma estratégia comercial puramente, não deixa de ser, mas pensam a estratégia comercial puramente, e pensam a comunicação como um patrimônio que é o de um grupo e nada mais. Então agente analisa o processo de Conferência, no bom sentido, como uma briga e espaço. Quando se trata de uma avaliação Territorial, eu avalio positivo porque agente tem pensado não só no Território, agente tem pensado na comunicação como um espaço de democratização mesmo, e aí agente não pensa só o Território. Pensa no Território enquanto demanda daqui por entender as necessidades que o Território tem de que a comunicação seja mais qualificada, pelos profissionais, pelos sujeitos que desenvolvem ela, pelas redes que trabalham. Mas quando agente não pensa somente no Território, agente puxa mais para o território, pela necessidade que o Território tem, mas agente tenta visualizar a parceria com o governo, com as próprias entidades a nível estadual e também nacional. Então assim, o processo para realização e para participação para a Conferência e o espaço da Conferência como um todo, para o Território eu analiso como um espaço positivo. Eu penso que foi na Conferência onde o Território, ele conseguiu uma entrada maior, um diálogo maior com o governo, agora mesmo temos a oportunidade de dialogar com o Governo, e, o Governo tem a apoiar as estratégias de comunicação do Território, mas que ainda tem uma série de burocracias junto à Agência e Comunicação do Governo. Então agente tem essa proposta que em primeiro passo vem da Conferência e outra questão também é o próprio apoio e organização e apoio técnico às rádios comunitárias, o fortalecimento das rádios comunitárias, inclusive quando se trata do processo que está ligado à perseguição da ANATEL, por isso tem muitas rádios comunitárias no Território, que embora organizadas, elas deixam de fazer um trabalho e qualidade justamente por essa perseguição.

Então a briga que se tem nas conferências, a discussão que se tem batido fortemente nas conferências é justamente para isso, além as propostas que defendem o processo de democratização da comunicação, é esse olhar mais amplo, é esse olhar mais sensível, digamos assim para o fortalecimento das rádios comunitárias do Território, Então, o processo de articulação para a Conferência no Território eu qualifico positivo, embora a Conferência como um todo ela tenha essa defasagem no sentido de discussão e propostas, nem só a

sistematização como o andamento dela, pois existem propostas dentro da Conferência que nem foram discutidas, e aquelas que foram discutidas ainda estão em um processo muito tímido.

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM ARLENE FREIRE, COORDENADORA DA
ABRAÇO SISAL

Valente – BA, Agosto de 2011.

Autora: - Arlene, como você analisa a relação entre a sua entidade e as demais, no processo de discussão para resolução da CONFECOM?

Arlene:- No meu entendimento a Abraço, ela teve um papel importante para articulação para a Conferência aqui dentro do Território do Sisal, e também conseguiu atuar em outros Territórios, como por exemplo: a bacia do Jacuípe. A Abraço na época da Conferência, ela tinha 19 filiadas, e tinha filiadas no Território do Sisal, na Bacia do Jacuípe, também tinha filiadas no Portal do Sertão, e tinha uma única filiada no Piemonte da Diamantina. Então, ela conseguiu mobilizar diversas entidades nesses Territórios, e teve um papel fundamental para articulação daqui do Território pra acontecer a Conferência.

Autora: - E como você avalia a participação da Abraço sisal dentro desse processo, hoje, depois de passada a Conferência?

Arlene: - Bom, eu acho que não só a Abraço como as outras entidades, elas tiveram a oportunidade... fica assim, o sentimento de que...o trabalho foi meio que em vão, né. Agente teve uma grande dedicação, agente atuou bastante, agente fez várias reuniões preparatórias, definiu o que era que agente tinha como proposta, foi lá defender as nossas propostas, tirou delegados para Estadual, pra Nacional, então, passou por todo um processo de esperança NE, e todo mundo tava acreditando que aquele momento era um momento de mudança. Agente sabe que marcou, claro, porque primeira vez que se realiza, então discutir um tema que apesar de não ser novo, mas era novidade discutir aquilo em conferência, discutir com o Estado, discutir com as empresas. Então, é um momento novo, marcou por isso, mas eu acho que fica um pouco o sentimento de frustração, porque agente não viu a coisa acontecer. Mas, eu acho que a Abraço continua fazendo o seu papel de..., apesar, não ter atendido as suas reivindicações, de provocar junto aos meios de comunicação, essa reflexão de qual é o seu papel, como é que desempenha, como é que ajuda a comunidade a crescer, como é que ajuda no desenvolvimento dos municípios com a comunicação. Então eu acho que mesmo não tendo atendido as suas reivindicações, ela ainda continua, ela ainda se mantém fazendo o seu trabalho político, ainda que hoje, um trabalho bem pequenininho de formiguinha, bem menor que na época da Conferência.

Autora: - Você considera que o formato de organização pra CONFECOM conseguiu atender as demandas prioritárias do Território?

Arlene: - Bom..., é..., assim, se agente fala da estrutura eu acho que agente precisava conseguir atender um número maior de pessoas, ainda, porque quando agente vai discutir comunicação agente vai discutir tudo aí, agente vai discutir saúde, educação..., porque tudo passa pela comunicação, e ela tem, e quem trabalha com comunicação tem o papel de informar sobre tudo, então assim, vários outros autores deveriam está inseridos nas discussões, e como é o Estado o mobilizador, eu acho que ele deveria ter uma estrutura maior para envolver vários outros autores. Mas, se agente pensa que cada entidade dentro de seu Território e município deveria ter se mobilizado e ter prioritariamente levado suas demandas, pensando por esse aspecto, ela atende, atende a diversidade. E eu acho que agente até conseguiu, conseguiu levar aquilo que agente queria como prioritário, mas é isso, eu acho que sempre fica faltando no processo ouvir alguns segmentos que não foram ouvidos. Agente tem, sei lá, uma série de pessoas, agente tem os gays, os indígenas, os quilombolas, então agente tem uma série de segmentos que acabam não sendo inseridos no processo.

Autora: - As propostas encaminhadas a partir do processo de negociação do território, atendem as demandas local?

Arlene: - Não, elas nem foram executadas na verdade. As propostas que foram aprovadas na Conferência nacional, pelo menos as que agente encaminhou, elas dizem muito respeito á legislação NE, então era a questão de publicidade em rádio comunitária, a questão de tornar menos burocrático o processo de outorga e mais rápido, é, tratavam também de potência, frequência, e até hoje agente não vê essas coisas andarem.

Autora: - Você... como é que você vê hoje...você foi a representante do Território na Conferência Nacional. Como é a sua relação com as entidades que você foi representando, em relação ao apoio que elas te deram?

Arlene: - Bom, agente tem, agente continua tendo um bom relacionamento, a Abraço diversas vezes ela é citada como referência de comunicação comunitária aqui do Território do Sisal, e é procurada inclusive por outros Territórios para dividir um pouco da experiência, e é procurada também por algumas rádios que tem interesse de se filiar por conta de conhecerem o trabalho dela, e agente conseguiu ai, conseguiu apoio durante a época da Conferência por conta de ser referência, conseguiu ser chamada e reconhecida pelo Governo por conta de ser

referência, e apesar de não ter demandas atendidas, agente ainda é respeitada por conta disso, agente ainda continua mantendo um bom relacionamento com essas entidades que foram parceiras na época da Conferência Nacional.

Autora: - E qual é a avaliação que você faz da CONFECOM hoje, em termos de propostas levadas, qual a visão geral, a sua avaliação da CONFECOM, geral?

Arlene- É isso, eu acho que fica um sentimento de frustração, NE, porque como eu disse anteriormente, agente sai daqui muito feliz por saber que era a primeira vez que ia se discutir, mas agente também sabia que era muito difícil conseguir aprovar certas coisas, porque agente sabe que agente está brigando contra empresas muito grandes, agente tem empresas grandes que dominam a comunicação no país, que são poucas, nas que dominam toda a comunicação, e agente sabe que agente interfere nos interesses políticos de muita gente, porque a rádio ela vem com esse papel de conscientizar NE, de formar, então agente tem frustração por saber que tudo aquilo que agente demorou para construir acabou não acontecendo. Mas sabe que o começo é esse, é debater uma vez, debater duas, três, fazer várias conferências até que agente consiga ocupar o espaço, porque agente tem, por exemplo, agente ver, conferências outras como educação e saúde que já têm um histórico de se fazer conferência que o avanço é outro. Então eu quero entender que a questão é que agente precisa criar a cultura de debater pra ver se a coisa muda, pra ver se a coisa anda.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM NAYARA SILVA- COORDENADORA DO
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO MOC

Retirolândia – BA, Agosto de 2011.

Autora: - Nayara, como você analisa a relação entre a sua entidade e as demais entidades do Território no processo de mobilização para a realização da Conferência?

Nayara: - Bom, o MOC, ele em sua essência é uma entidade que sempre busca trabalhar em parceria com as demais entidades, seja em qualquer ação que seja desenvolvida. Dentro do programa de Comunicação não é diferente. Então é assim, agente entende que sozinhos não vamos poder construir nenhum processo. Então, pra nós é muito importante assegurar o processo de parceria com as demais entidades.

Há um esforço de mobilizar e fazer com que outras entidades que não trabalhem apenas com comunicação, também se envolvam no processo, porque no Território são poucas as entidades de comunicação, tratando de entidades. Você tem vários veículos separados de forma aleatória, trabalhando e atuando no Território, mas em termo de entidade de comunicação, são poucas. Então, nesse sentido agente tá buscando envolver outras entidades como os sindicatos, os movimentos de mulheres, os coletivos de jovens, essas pessoas que lutam pelos seus direitos mesmo que seja com uma pauta diferenciada, mas entendendo que a comunicação é um direito. Agente acha que envolvendo todo esse grupo, teremos um potencial e uma força maior, nas conferências e também nos debates em torno das políticas públicas de comunicação para o Estado e para o Brasil.

Autora: - Como você avalia a participação do MOC, do programa de comunicação dentro desse processo?

Nayara: - Eu sou suspeita em falar né? Mas eu acho que é uma participação indispensável. Desde o início, onde, na verdade, começou nessa região o movimento de comunicação datada de 98 e 99, o MOC foi uma entidade pioneira nesse processo, seja na formação dos comunicadores, na mobilização das entidades, no surgimento de outras, como é o caso da Agência Mandacaru, da Abraço Sisal, enfim. Então eu acho que o MOC, ele tem um papel indispensável e importante nesse processo, reforçando aquilo que eu falei anteriormente, que agente sempre trabalha juntos, mas a minha concepção é que o MOC, ele contribui muito para esse debate, para esse diálogo em torno da comunicação. Claro que agente tem ainda vários

aspectos que agente ainda precisa melhorar, porque estamos aprendendo também como fazer. Mas, eu acredito que sem o MOC talvez essa mobilização fosse um tanto mais fraca, mas, agente tá no processo em parceria com todas as entidades.

Autora: - Você considera que o formato adotado pelas entidades do Território garantiu a participação, assim, de forma positiva dentro do processo da Conferência?

Nayara: - Com certeza. Se agente tiver que dá destaque à Conferência do Sisal que foi realizada em Feira de Santana e em seguida a Estadual, foi aquela onde conseguiu mobilizar o maior número de pessoas e conseguiu eleger o maior número de delegados né, e de pautas também. Isso é na minha avaliação a concepção clara do poder do processo de mobilização aqui. Todas as entidades se organizaram e tiveram juntas, por isso é importante agente dizer que não foram só as entidades de comunicação, mas houve o envolvimento de todas no processo da comunicação, e eu acho que isso só foi possível devido ao poder de mobilização que essa região tem. É uma característica muito forte se mobilizar, se organizar e buscar aquilo que agente acha que é certo, que é de direito. Então na minha concepção, na Conferência de comunicação não foi diferente.

Autora: - Você concorda que as propostas que foram encaminhadas pelas entidades do Território conseguem atender as demandas locais?

Nayara: - Bom, se agente for parar para pensar em termos de propostas acredito que sim. Mas em termos de concretização, isso é frustrante né. Porque, na verdade, todas as ações que agente discutiu na Conferência culminou agora na criação da Secretaria de comunicação do Estado. Então é assim, se aquelas pautas que nós optamos e sugerimos, de fato tivesse sido concretizada, na minha concepção sim, daria conta de , em parte, das necessidades no campo da comunicação. Porém ainda tem muito caminho a ser trilhado.

Autora: - Você considera que o território foi bem representado na etapa nacional pela Arlene Freire da Abraço?

Nayara: - Com certeza. A Abraço é uma entidade parceira do MOC, agente desde o início tem trabalhado no acompanhamento, na assessoria, e agente acha que nada mais justo e representativo do que a Abraço e as pessoas da região. Então agente acredita, sobretudo na figura da Arlene freire que ela é uma pessoa que tem acompanhado os debates a nível de Estado, a nível de Território e até a nível de Brasil, ela participou de vários outros momentos.

Então eu acho que o Território foi muito bem representado e cabe a nós agora está sempre cobrando e pautando essas ações, tanto no território como no conselho para agente conseguir chegar no nível de nação.

Autora: - Como você avalia o processo de organização das entidades de comunicação do Território hoje, pós CONFECOM?

Nayara: - Não. Eu tenho uma avaliação que é preocupante. Por exemplo, sempre foi muito forte na região o movimento de radiodifusão comunitário, e hoje agente tem sentido uma queda muito grande, sobretudo desse movimento. Eu temo em dizer que talvez seja o desgaste né, como diz aquele ditado: “nada, nada e morrer na praia”. Então, as entidades de comunicação, elas tem vivido esse momento, tem alguns avanços significativos, claro, e a Conferência é um deles, mas em termos de mobilização, neste momento, a minha avaliação é que ainda está a quem daquilo que é desejado. Agente tá enquanto MOC tentando puxar inclusive uma atividade com a Abraço Sisal, uma reunião para agente discutir, rever o planejamento, ver como é que as coisas poderiam ganhar mais suporte. Agente tem hoje o ganho do curso de comunicação da UNEB, que agente acha que pode ser uma coisa para potencializar esses comunicadores, esses comunicadores estão se qualificando. Mas a minha avaliação é que no campo da comunicação comunitária, sobretudo das rádios, neste momento existe uma desmobilização, as pessoas estão desmotivadas, acredito que essa seja a palavra. Mas agente tá ai na luta né.

ANEXO A – PROPOSIÇÕES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ESTADO DA BAHIA

Proposições de entidades da sociedade civil para uma política de comunicação democrática no Estado da Bahia

Este documento é resultado do debate da sociedade civil baiana a partir de entidades signatárias sobre algumas das principais diretrizes consideradas prioritárias em uma política de comunicação democrática para o Estado da Bahia. Trata-se de um documento inicial, não totalizante, com diagnósticos, demandas, princípios e proposições endereçadas ao futuro governo.

PRINCÍPIOS

A comunicação é uma ferramenta essencial e estratégica para a democratização da gestão pública e para o sucesso de um governo. As ações de um governo só existem para os cidadãos se forem comunicadas a eles e percebidas e incrementadas por eles. Em um governo comprometido com a participação dos cidadãos na tomada de decisões, a comunicação torna-se ferramenta imprescindível para a democratização da gestão pública. Afinal, é por meio da comunicação que o cidadão conhece os mecanismos do Estado – processos, legislação, jogos de poder, decisões, prioridades. Esse conhecimento é condição essencial para que o cidadão participe da gestão e exerça um controle público e social sobre a administração pública. Sem democratização da comunicação, não há democratização da gestão pública.

No entanto, as administrações de cunho popular vivem uma tensão entre duas escolhas: a tentação em configurar-se apenas como assessoria de imprensa e a vocação de fazer a comunicação ser um direito do cidadão e um dever do Estado. A tentação faz com que viva uma contradição em querer ser popular, investindo apenas nos meios privados e negando, quando não desprezando, a comunicação comunitária. Já a vocação significa entender essa área como política pública abrangente e transversal a todas as demais áreas. É investir na democratização do Estado, democratizando a comunicação. Sobretudo, a comunicação deve ser compreendida não como um fim em si mesma, mas como um meio que atravessa a própria concepção da realidade, da cultura e da política de um povo.

É preciso haver uma visão da comunicação que vai além de uma orientação instrumental, até então privilegiada pelos gestores públicos (centrada exclusivamente em publicidade, atividades de assessoria de imprensa etc) e seja, sobretudo, substantiva (centrada na participação popular, na produção de conteúdo, na comunicação comunitária, no direito à comunicação, na comunicação democrática, como cimento para a construção de uma sociedade mais plural e mais igualitária).

A comunicação é um direito humano fundamental, assim como o direito à saúde, educação e moradia. Porém, é o menos exercido, uma vez que o cidadão não tem canais de expressar sua voz, produzir sua própria informação e difundi-la. Ele, muitas vezes, não se reconhece com este direito e por isso a pressão social pela democratização dessa área é tímida.

Democratizar a comunicação significa trabalhar em cima de três pilares: (1) acesso, (2) produção e (3) difusão e reconhecimento, entendendo que o cidadão tem o direito de ser incluído em todas as etapas. As comunidades devem contar com políticas que garantam a possibilidade de produzir informação, comunicação e cultura. Que possam por elas mesmas dizer e representar sua cultura, demandas, potencialidades e desafios locais, sem depender tão marcadamente dos grandes meios de comunicação.

Mas produzir significa ter canais de difusão e reconhecimento, também garantidos e/ou incentivados pelo Estado, seja através do sistema público de comunicação, que pode desaguar parte da produção, como também na mídia comunitária, alternativa e dos movimentos sociais, nos centros culturais, nas escolas e em outros espaços sociais.

Os grandes meios de comunicação representam uma parcela e não a totalidade dos meios de comunicação. Uma ampla política de comunicação deve ter em conta a existência da mídia comunitária, alternativa e universitária, para as quais também deve haver regulação e incentivos. Antes da comunicação ser um direito do cidadão, é dever do Estado fomentar os pequenos meios de comunicação, criando programas e projetos que possibilitem o exercício deste direito historicamente negado e distorcido. Deste modo, é preciso descentralizar o investimento da comunicação, financiando estes pequenos meios, capazes de difundir uma grande quantidade de produção social de comunicação e cultura de forma autônoma e mais vinculada com as realidades locais, trazendo a comunidade a ser partícipe da produção, emergindo cidadãos com voz ativa e cientes de suas demandas e papel social e histórico.

A Educação é outra área transversal à comunicação por vários aspectos: hoje, a comunicação forma o cidadão, constrói e reconstrói no cotidiano todo o seu referencial simbólico e cultural. Portanto, uma política de comunicação do Estado deve investir na formação de cidadãos cientes do poder da mediação dos grandes meios de comunicação. Neste sentido, é imprescindível que seja inserido ao sistema de ensino disciplinas, debates e discussões que tragam uma leitura mais crítica da relação que os grandes meios de comunicação estabelecem com a realidade política, econômica, social e cultural, com o intuito de fortalecer a cidadania e a autodeterminação de um povo. A comunicação deve ainda dialogar com o resgate da memória da sociedade, reconstruindo e re-significando a base histórica de formação da cultura e identidade.

Pensar numa política de comunicação é também fazer uma inversão do fluxo: não só o Estado se comunica com a sociedade, mas também ela se comunica com o executivo, o legislativo e o judiciário, num fluxo contínuo alimentado pelas duas partes. Assim, em uma sociedade democrática, o Estado deve criar e fomentar tais canais de diálogo, utilizando os meios de comunicação e as novas tecnologias a fim de trazer o cidadão para o centro do debate político e das tomadas de decisão.

APROXIMAÇÃO AO CONTEXTO BAIANO

A estrutura de comunicação do Estado, a cargo do atual governo, concentra-se na Agecom, no Irdeb e nas assessorias de imprensa das secretarias. A Agecom trata a comunicação apenas na perspectiva de divulgação do gestor, por meio do investimento em publicidade e no Diário Oficial. Todos os projetos nesta área estão ligados às agências de publicidade, que não possuem sensibilidade ou conhecimento sobre comunicação comunitária. A comunicação é

entendida e utilizada apenas de forma instrumental, inexistindo qualquer iniciativa de democratização do acesso, produção ou difusão para a sociedade. Ela não é entendida como direito humano e existe apenas para atender ao gestor na sua relação exclusiva com e aos veículos de comunicação privados.

O Irdeb possui vários problemas. A inexistência de concurso há mais de dez anos faz com que haja distorções na forma de contratação dos profissionais e déficit de pessoal. Configura-se como um sistema de comunicação estatal, completamente vulnerável e refém da conjuntura política partidária, sem mecanismos que lhe confirmem autonomia e independência. A participação da sociedade tanto na produção como na difusão de comunicação e cultura locais é muito tímida, principalmente na TV. Já a rádio abre um espaço maior na sua programação para veicular música e informação locais, mas carece de maior investimento para publicização de sua programação. Ambas estão tentando produzir programas em parceria com organizações não-governamentais, ainda a serem implantados.

Existem três modelos de sistemas de comunicação: estatal, público e privado. O sistema público ainda não foi implementado de fato no Brasil. Na Bahia operam apenas o sistema privado e o sistema estatal. O que temos no Irdeb, por exemplo, é uma rádio e TV estatal, ligada a estrutura do governo, funcionando na maior parte do tempo como elemento da estratégia de comunicação política daqueles que ocupam o Estado, e não como parte integrante e inerente da comunicação pública. Entendemos por sistema público emissoras geridas de forma coletiva, transparente, com participação efetiva da sociedade civil, em observância aos princípios democráticos de controle social, atendendo fundamentalmente as exigências de democratização do Estado e da educação do cidadão.

Na área das tecnologias da informação e comunicação (TICs) tivemos um avanço parcial com a implantação de centenas de infocentros, dentro do Programa Identidade Digital, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e dos laboratórios de informática das escolas pela Secretaria de Educação. No entanto, os equipamentos possuem terminais cegos, isto é, permitem apenas o acesso à informação e não a produção de conteúdo. O cidadão não tem como utilizar estes espaços para produzir produtos de comunicação, nem tampouco ter uma ação proativa que propague sua cultura e colabore com suas atividades cotidianas. Os comerciantes, por exemplo, não podem utilizar os infocentros para produzir peças do seu pequeno negócio. Os estudantes não podem e não recebem formação – com exceção do trabalho isolado de algumas escolas – para produzir sites, jornais, programas de rádio, vídeo ou qualquer outro produto importante para sua formação e para sua utilização comunitária.

AMPLIANDO O CONTEXTO

A concessão das TVs e rádios é pública, portanto, o Estado e a sociedade devem regular o funcionamento dos veículos. No Brasil, no entanto, isto não ocorre e as emissoras agem livremente sem grandes interferências do Estado e da sociedade na gestão, conteúdo e propriedade.

O governo Lula deixou a desejar na área de comunicação no primeiro mandato, tendo em vista a atuação do Ministério da Comunicação a partir dos princípios e propostas que buscamos evidenciar nesse nosso documento. Os partidos que compõem o governo, tanto no nível federal como estadual, não acumulam suficientemente nessa área. É preciso, portanto,

tentar vencer a forma como Estado e partidos compreendem a comunicação, que na maioria das vezes ficam restritos, na maioria das vezes, à noção de assessoria de comunicação.

A lacuna deixada pelo Ministério da Comunicação na democratização vem sendo suprida, em certa medida, pelo Ministério da Cultura, através de projetos como os Pontos de Cultura e o Casa Brasil, que fornecem infra-estrutura, equipamento e capacitação para a produção local de comunicação e cultura.

O interior da Bahia vive uma situação grave na área de comunicação, com a inexistência de veículos privados ou comunitários em dezenas de municípios e a existência de apenas repetidoras de sinal (37% dos municípios não têm nenhum veículo de comunicação), o que agrava as condições de cidadania vivida por inúmeros baianos em grande parte dos 417 municípios.

OBJETIVANDO PROPOSTAS

PREÂMBULO:

O plano de comunicação institucional será, certamente, elaborado com base no plano estratégico de governo – seus valores, eixos e estratégias – e estará voltado à sua difusão. As ações de comunicação devem levar o cidadão a perceber que toda ação de governo integra uma política pública afim com outras políticas públicas executadas, compondo o mesmo projeto político. Ter consciência do conjunto da gestão é vital não só para o fortalecimento da imagem da administração, mas também para a participação do cidadão nesta gestão.

A comunicação focada na construção da cidadania deve ser de mão dupla: levar informações e serviços, mas também escutar os cidadãos, que é uma oportunidade para o governo avaliar suas ações e corrigir seus rumos. Para estabelecer essa comunicação bilateral, o governo deve usar todas as suas formas disponíveis: a direta, que inclui o corpo-a-corpo (visitas e reuniões etc); e a indireta, com a utilização de canais próprios, da comunidade ou de massa.

O plano de democratização da comunicação do futuro governo deve seguir os compromissos assumidos pelo presidente Lula no seu plano de governo federal, que estabelece as seguintes ações:

- Construir um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter democratizante e voltado ao processo de convergência tecnológica;
- Incentivar a criação de sistemas democráticos de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população;
- Fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regionais e independentes e a competição no setor.

Como ponto de partida para a elaboração de uma política pública de comunicação para o Estado da Bahia é necessário a criação de espaços coletivos de discussão, onde os diversos atores sociais historicamente comprometidos com a democratização da comunicação no Estado possam opinar, avaliar e propor. Assim, duas ações são prioritárias para o primeiro momento do governo:

1. Realização da *I Conferência Estadual de Comunicação* como marco do planejamento de políticas públicas de comunicação para a Bahia no governo. Uma conferência de comunicação, ainda inédita no país, deve ser considerada prioritária para o aprofundamento

do debate sobre os problemas e propostas para uma política de comunicação democrática no Estado da Bahia. Trata-se de um salto qualitativo necessário para um governo democrático, uma reivindicação da sociedade civil e um direito do cidadão, o que pode tornar o Estado da Bahia um dos pioneiros na defesa do direito à comunicação.

2. Criação de um Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal, cujo formato e estrutura sejam definidos pela Conferência Estadual de Comunicação.

Seguem, abaixo, algumas propostas que poderão fazer parte do elenco de ações no que concerne uma administração de cunho popular e uma comunicação construtora de cidadania:

1. Mapeamento da situação da comunicação na Bahia como um primeiro diagnóstico para a implantação de políticas públicas mais democráticas para o setor.

2. Subsídio à equipe de governo para o tema “comunicação pública”, realizando atividades de sensibilização de coletivos das diversas instâncias do governo com a participação dos atores sociais, tendo como objetivos conscientizar sobre a importância estratégica da comunicação para o êxito da gestão e construção da cidadania.

3. Criação da Secretaria Estadual de Comunicação que garanta a execução das políticas públicas de comunicação e articule projetos com as diversas secretarias, em especial, com a de Cultura, Educação, Ciência & Tecnologia, Trabalho e Ação Social, além de ser um espaço de mediação da informação oriunda das diversas secretarias buscando resgatar, ao mesmo tempo, a democratização do Estado e o fortalecimento da cidadania.

4. Implantação de um programa de fomento à produção audiovisual na Bahia, com políticas de incentivo a produções independentes, construção de um circuito ativo de produção e circulação de conteúdo.

5. Construção de pontos de comunicação e cultura com bibliotecas e salas de cinema em bairros populares e comunidades, usando tecnologia digital, que é acessível para investimento do Estado.

6. Implantação de conteúdos de comunicação (leitura crítica dos meios, produção) no currículo do ensino médio, por meio da aplicação da metodologia da Educação pela Comunicação, e criação de programas de capacitação de professores da rede estadual para trabalhar a comunicação como conteúdo transversal às demais disciplinas.

7. Desenvolvimento de projetos nas escolas públicas estaduais para a criação meios de comunicação estudantis, como rádios, vídeos, jornais, web etc, com o objetivo de contribuir na formação dos alunos, democratizar as relações entre a comunidade escolar e entre essa e a comunidade externa.

8. Transformação dos infocentros, laboratórios de informática das escolas e outros espaços de conectividade em centros de acesso, produção e difusão de comunicação e cultura, com a apropriação social das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), onde o cidadão deixe de ser um usuário passivo, tornando-se um agente ativo neste sistema.

9. **Garantia da equidade e diversidade racial** na programação e no corpo funcional do Irdeb e da comunicação oficial do governo, com ações afirmativas para contratação de estagiários e profissionais de comunicação, conforme a discussão nacional de medidas compensatórias e reparatórias para os descendentes de africanos E INDÍGENAS no país.
10. Abrangência do uso das TICs também para as comunidades quilombolas, tradicionais (terreiros), indígenas e outros grupos excluídos.
11. Criação das Centrais Públicas de Comunicação como espaços de referência de acesso, produção e difusão e reconhecimento da comunicação para o cidadão. De gestão participativa, devem viabilizar o debate público sobre comunicação e atividades de leitura crítica para que os cidadãos tenham o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação.
12. Revisão da política de investimento da verba governamental publicitária, por meio de projeto de lei amplamente debatido com a sociedade, estabelecendo critérios para este investimento oficial nos meios de comunicação.
13. Democratização do investimento e financiamento da verba publicitária, abrangendo além das agências e veículos privados, os veículos comunitários, alternativos, do movimento social e pequenos meios em geral.
14. Reestruturação do sistema estadual de comunicação (TV, rádio etc) para um sistema mais autônomo, que englobe características de um sistema público, isto é, que abarque a participação ativa da sociedade civil, reformulando-o para um novo modelo de gestão (nos diversos níveis: pessoal, infra-estrutural, jurídico etc) e de produção de conteúdo (canais de participação social na produção e difusão).
15. Adoção do software livre como política do Estado em todas as áreas.
16. Criação de mecanismos de maior transparência e publicização das ações e orçamentos do governo (e - governo).
17. Ampliação da quantidade de computadores didáticos nas escolas estaduais, pois apenas 20% estão contempladas.
18. Parceria com o Governo Federal para consolidação de um pólo regional de audiovisual e uma *Film Commission* para divulgação da Bahia como local ideal para locação, fornecedor de mão de obra e infra-estrutura para produção audiovisual.
19. Proposição à Telemar – empresa que ganhou a licitação para exploração da telefonia fixa no Estado – de programas populares para telefonia fixa e internet banda larga, incipientes no Estado, incluindo pequenos municípios, áreas de baixo IDH, rurais e remotas, interligando os prédios públicos, tais como, telecentros, escolas, postos de saúde e delegacias.
20. Parceria entre o IRDEB a as universidades do Estado (capital e interior), ONGs, associações comunitárias e TVs comunitárias para a criação do "Núcleo de Apoio e Capacitação para Comunicação Comunitária".

21. Maior interação entre IRDEB e o Departamento de Imagem e Som (Dimas) da Fundação Cultural , assim como outros departamentos que lidem com arte, cultura e comunicação tanto estaduais quanto municipais.
22. Parcerias do IRDEB com as demais TVs e rádios públicas do país e do continente latino americano, a partir da TV Brasil e Radiobrás, permitindo intercâmbio nos produtos culturais com preços mais baratos que os do mercado europeu e norte americano.
23. Articulação das ações de apropriação social das TICs às iniciativas de economia solidária e geração de renda, como a implementada na Universidade Federal da Bahia, através do BANSOL.
24. Adequar os ambientes de apropriação social das TICs ao Decreto Lei no. 5296/04 de acessibilidade, que garante às pessoas com deficiência o acesso aos bens e serviços públicos.
25. Realização de seminários e congressos no interior do Estado sobre a Comunicação Social.
26. Utilizar o ensino à distância (*e-learning*) como forma de levar temas de interesse público ao interior do Estado.
27. Mobilização das entidades de ensino superior e de seus cursos de graduação e pós-graduação, assim como das entidades representativas da área acadêmica e centros e instituições de pesquisa públicos ou privados, para incrementar a produção científica e técnica sobre Comunicação Social destinada a apoiar a expansão do mercado e a ampliação do acesso da população a sistemas e serviços; e para promover a investigação dos efeitos culturais, políticos e econômicos da mídia.

Assinam este documento as seguintes entidades e pessoas:

Entidades:

Agenda 21 Itapuã

Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) seção Bahia

Bit Media

Centro Acadêmico dos Estudantes da Faculdade de Comunicação da UFBA

CIPÓ – Comunicação Interativa

Coletivo Baiano de Estudantes de Comunicação

CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes

Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos) – Bahia

Faculdade de Comunicação da UFBA

Faculdade São Bento

Federação das Associações de Bairros (FABS)

Fórum de Mulheres de Salvador

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) seção Bahia

Grupo Tortura Nunca Mais

Instituto de Mídia Étnica

Intervozes

MOC – Movimento de Organização Comunitária

Rede Ayê Hip Hop
Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (Rebeca)
Sindicato dos Bancários
Sindicato dos Radialistas

Pessoas:

Fabiana Sherine, Hilda Fausto, Mário Sartorello, Silvana Moura, Sócrates Santana.

ANEXO B – DECRETO Nº 10.592 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007

**DECRETO Nº 10.592 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007.**

Cria o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Comunicação Social - GT COMUNICAÇÃO - para acompanhamento e sistematização da discussão e elaboração de proposta de Políticas Públicas de Comunicação Social para a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia.

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica instituído o **Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Comunicação Social - GT COMUNICAÇÃO** - para preparar, acompanhar e sistematizar a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia, ao efeito de formular proposta de políticas públicas de comunicação social.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto por:

I - três representantes titulares do segmento dos trabalhadores e entidades sindicais na área de Comunicação Social no âmbito estadual, e seus respectivos suplentes;

II - dois representantes titulares do segmento empresarial de Comunicação Social no âmbito estadual, e seus respectivos suplentes;

III – três representantes titulares do segmento de Organizações Não Governamentais e/ou Associações Profissionais nas áreas de Comunicação Social, e seus respectivos suplentes;

IV - três representantes titulares do segmento das instituições de formação acadêmica e pesquisa na área de Comunicação Social no âmbito estadual, federal e privado, e seus respectivos suplentes;

V – três representantes do Poder Executivo Estadual na área de Comunicação Social, e seus respectivos suplentes;

VI – um representante titular do Poder Legislativo Estadual na área de Comunicação, e seu respectivo suplente.

§ 1º - A coordenação do Grupo será realizada pela Assessoria Geral de Comunicação – AGECOM.

§ 2º - Os integrantes do Grupo de Trabalho serão designados mediante ato da Secretaria da Casa Civil.

§ 3º - Poderão ser convidadas a participar, eventualmente e sempre que necessário, pessoas e instituições que possam contribuir com o desenvolvimento do Grupo de Trabalho.

§ 4º - Os membros do Grupo de Trabalho não receberão nenhuma gratificação para o seu exercício, considerando que se trata de trabalho de relevância pública.

Art. 3º - Caberá ao Grupo de Trabalho:

I - discutir e aprovar o regimento interno;

II – apresentar um ante-projeto para a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia;

III - contribuir para a mobilização, elaboração de cronograma e divulgação das discussões com a sociedade;

IV - sistematizar o resultado dos trabalhos desenvolvidos na preparação e acompanhamento da Conferência;

V – produzir e acompanhar a elaboração final da proposta de Políticas Públicas de Comunicação Social para a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia.

Art. 4º - O Grupo de Trabalho será extinto após a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de Novembro de 2007.

EDMUNDO PEREIRA SANTOS
Governador, em exercício

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Secretária da Casa Civil

ANEXO C – DECRETO Nº 11.704 DE 14 DE SETEMBRO DE 2009

Publicado D.O.E.
Em 15.09.2009

DECRETO Nº 11.704 DE 14 DE SETEMBRO DE 2009**Cria a Comissão Organizadora da Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições, e considerando a Portaria Ministerial nº 667, de 2 de setembro de 2009, do Ministério das Comunicações,

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Organizadora da Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM com a finalidade de eleger os delegados representantes do Estado da Bahia para a Conferência Nacional, sistematizar os debates e contribuições e formular proposta de políticas nacionais de comunicação social, conforme definido no Regimento Interno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

Art. 2º - A Comissão Organizadora, com 18 (dezoito) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pelo Secretário da Casa Civil, terá a seguinte composição:

I - 06 (seis) representantes titulares do Poder Público estadual, sendo 02 (dois) da Assessoria Geral de Comunicação Social - AGEKOM;

II - 06 (seis) representantes titulares da sociedade civil;

III – 06 (seis) representantes da sociedade civil do segmento empresarial de Comunicação no âmbito estadual.

§ 1º - A coordenação do Grupo será realizada pela Assessoria Geral de Comunicação Social.

§ 2º - A participação dos membros na Comissão Organizadora não será remunerada e seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 3º - Competirá à Comissão Organizadora:

I - realizar a Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Comunicação;

II - discutir e aprovar o Regimento Interno;

III - contribuir para a mobilização e divulgação das discussões com a sociedade;

IV - sistematizar o resultado dos trabalhos desenvolvidos na preparação e acompanhamento da Conferência;

V - produzir um relatório final de atividades a ser encaminhado, até 10 (dez) dias após a realização da Etapa Estadual, à Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM, para formulação do caderno de propostas.

Parágrafo único - O Secretário da Casa Civil fará publicar, no Diário Oficial do Estado da Bahia, o Regimento Interno da Etapa Estadual.

Art. 4º - A Comissão Organizadora será extinta após a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 14 de setembro de 2009.

JAQUES WAGNER
Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Secretária da Casa Civil

ANEXO D – DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 2009

Nº 73, sexta-feira, 17 de abril de 2009

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 2009

Convoca a 1a Conferência Nacional de Comunicação - CONFECOM e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1o Fica convocada a 1a Conferência Nacional de Comunicação - CONFECOM, a se realizar de 1o a 3 dezembro de 2009, em Brasília, após concluídas as etapas regionais, sob a coordenação do Ministério das Comunicações, que desenvolverá os seus trabalhos com o tema: "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital".

Art. 2o A 1a CONFECOM será presidida pelo Ministro de Estado das Comunicações, ou por quem este indicar, e terá a participação de delegados representantes da sociedade civil, eleitos em conferências estaduais e distrital, e de delegados representantes do poder público.

Parágrafo único. O Ministro de Estado das Comunicações contará com a colaboração direta dos Ministros de Estado Chefes da Secretaria-Geral e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, na coordenação dos trabalhos para a realização da Conferência.

Art. 3o O Ministro de Estado das Comunicações constituirá, mediante portaria, comissão organizadora com vistas à elaboração do regimento interno da 1a CONFECOM, composta por representantes da sociedade e do poder público.

Parágrafo único. O regimento interno de que trata o **caput** disporá sobre a organização e o funcionamento da 1a CONFECOM nas suas etapas municipal, estadual, distrital e nacional, inclusive sobre o processo democrático de escolha de seus delegados, e será editado mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 4o As despesas com a realização da 1a CONFECOM correrão por conta dos recursos orçamentários do Ministério das Comunicações.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de abril de 2009; 188o da Independência e 121o

da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

ANEXO E – CARTA DE COITÉ

“Carta de Coité”

Principais encaminhamentos do Seminário de Comunicação
promovido pelo Comitê pela Democratização da
Comunicação da Região Sisaleira
25 de abril de 2008, AABB, Conceição do Coité.

Os comunicadores comunitários, jovens, mulheres, trabalhadores rurais, educadores do campo e representantes de ONG's, rádios comunitárias e movimentos sociais reunidos em Conceição do Coité elaboraram as seguintes propostas:

1. Relacionamento entre as rádios comunitárias e o Governo do Estado da Bahia/AGECOM:
:
 - a. Formação de um Grupo de Trabalho (GT) para negociações e encaminhamentos entre Abraço Bahia, AGECOM e IRDEB;
 - b. Promoção de um encontro estadual das rádios comunitárias no processo das Conferências Regionais e Estadual de Comunicação;
 - c. Reconhecimento da Abraço-Sisal como intermediadora da veiculação de publicidade radiofônica do Governo do Estado nas rádios comunitárias filiadas (Abraço Sisal dispõe de identidade jurídica e nota fiscal);
 - d. Possibilidade de firmar convênio entre Abraço Sisal e AGECOM para a formação de comunicadores comunitários (mas não em substituição à participação das rádios comunitárias no bolo publicitário do Governo);
 - e. Concretização da proposta da AGECOM de promover e integrar uma “rede de proteção às rádios comunitárias” contra a perseguição da ANATEL, Política Federal e, às vezes, inclusive da Polícia Militar e Civil?

2. Parceria entre rádios comunitárias e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB):
 - a. Audiências com o Secretário de Educação e o reitor da UNEB;
 - b. Realização de um projeto científico-experimental pelo curso de radialismo do Campus XIV da UNEB em Conceição do Coité para possibilitar o funcionamento das rádios comunitárias não outorgadas da Abraço Sisal e a atuação dos estudantes nas rádios comunitárias;
 - c. Realização de um curso de extensão voltado especificamente para os comunicadores comunitários da Abraço Sisal;
 - d. Realização de um curso pré-vestibular voltado especificamente para os comunicadores comunitários da Abraço Sisal;
 - e. Ampliação do número de professores e do acervo bibliográfico do curso de radialismo em Conceição do Coité para viabilizar a abertura de novas turmas além das duas atualmente em andamento.

3. Cooperação e estímulo para a produção local e independente de conteúdo radiofônico e audiovisual para o sistema público de comunicação (IRDEB/AGECOM):

- a. Edital de seleção pública de parceiros do segmento de radiodifusão comunitária para o financiamento da produção de conteúdos a integrar uma “cesta pública de produtos de comunicação” para veiculação na rede pública de rádio e TV a nível regional, estadual e nacional;
 - b. Negociação conjunta entre Abraço Bahia/Sisal e IRDEB sobre um tratamento diferenciado das rádios públicas e comunitárias pelo ECAD (pagamento de direitos autorais).
4. Estimular o debate sobre o funcionamento das outorgas de rádio e TV da Fundação Bailon Lopes Carneiro (Rádio Sabiá FM, TV Cultura do Sertão)
- a. Mesa de negociação entre o Comitê, a Fundação, a AGEKOM e o IRDEB para debater a viabilização de uma TV e rádio pública a serviço do Território do Sisal;
 - b. Estudo dos procedimentos legais cabíveis para exigir a atuação da Fundação em conformidade com o propósito das radiodifusões educativas.

ANEXO F – CARTA DA 1ª CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA



CARTA DA 1ª CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

Há entre nós, realizadores da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia, a consciência de que o diálogo entre o governo e os movimentos sociais, e noutra dimensão, entre o Estado e a Sociedade como um todo, é condição social necessária para que as práticas da democracia sejam consensuais nas redes de transmissão de informações, nas trocas culturais e nos processos de (re)produção dos discursos que modelam a vida política, social e cultural nas comunidades, nos territórios de identidade, no estado e no país.

Sem a prática da livre produção social de conteúdos nas escolas, nos portais, nas salas virtuais, nos jornais, nas revistas, no cinema, nas rádios e televisões, isto é, sem a democracia na comunicação, não nos produzimos como seres sociais políticos - cidadãos e cidadãs – capazes de pensar coletivamente e dialogar com os nossos representantes nas esferas e instâncias do Estado Brasileiro.

Democratizar a comunicação significa reconhecer as identidades, trajetórias e condições sociais e políticas que caracterizam o povo baiano, garantindo a diversidade em todas as suas dimensões. A Bahia com seus 417 municípios congrega uma multiplicidade de saberes, histórias, personagens, valores e crenças que apenas uma comunicação democrática e plural é capaz de visibilizar e contextualizar, permitindo o resgate e valorização da memória das comunidades, territórios e povos, assim como a construção ou re-significação de outras identidades.

Não é possível pensar na comunicação no contexto contemporâneo sem as novas tecnologias, que permitiram ultrapassar o modelo distributivo para que todos os cidadãos e cidadãs tenham acesso aos meios para se tornarem também comunicadores e comunicadoras. Um modelo de inclusão sócio-digital democrático implica na apropriação das Tecnologias da Informação e da Comunicação por parte de todas as pessoas, com investimento educacional para que possam fazer dela usos criativos, com gestão compartilhada dos espaços públicos de inclusão e incentivo para a produção independente de conteúdos.

APOIO:



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

REALIZAÇÃO:

ABI - ABRAÇO - CIPÓ - CUT - FACOM/UFBA - FNDC
INTERVOZES - IRDEB - UNEB - SINEP - SINJORBA - SINTERP



Assessoria Geral de
Comunicação Social



A comunicação como expressão de uma pluralidade de vozes encerra também um processo educativo, em que os indivíduos desenvolvem a mediação de suas relações sociais e possam materializá-las em diversos produtos, processos e estratégias comunicacionais. Assim, ela tem estreita relação com a educação na construção ou afirmação dos referenciais simbólicos e culturais dos cidadãos e cidadãs. A leitura crítica da mídia e a aprendizagem das pessoas para se apropriarem, produzirem e difundirem saber e informação são fundamentais para garantir uma comunicação e uma educação contextualizadas e democráticas.

A *Bahia de Todos Nós* é expressão de um momento novo, singular na sua história, onde o governo e a sociedade civil buscam, através do diálogo, isto é, da comunicação, materializada nos modos, na partilha social como estratégia, nas redes de ouvidorias e nos mecanismos institucionais democráticos que permitem aos cidadãos e cidadãs não apenas serem ouvidos, mas exercerem a condição de atores dos processos de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas democráticas.

Esta é a razão pela qual mais de duas mil pessoas em oito plenárias territoriais, envolvendo 26 Territórios de Identidade e seus 247 representantes, seguidos de observadores e convidados regionais e nacionais, discutem, nesta 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia, as políticas públicas democráticas, em quatro vertentes temáticas, e como o Estado deve ser estruturado democraticamente para incorporar as contribuições das representações sociais, sobretudo populares, nas políticas e nos órgãos da administração direta e descentralizada.

Deste modo, garante a todos e todas amplas esferas públicas de participação nos processos de produção das políticas públicas para além da comunicação, porque sem os meios públicos de produção da comunicação, sob gestão do Estado ou da Sociedade, não teremos como inserir os setores populares na gestão participativa das políticas de cultura, ciência e tecnologia, educação, desenvolvimento urbano e regional, emprego e renda, combate à pobreza, justiça e direitos humanos, saúde e demais políticas públicas no contexto de um Estado que se propõe republicano e democrático.

APOIO:



REALIZAÇÃO:

ABI - ABRAÇO - CIPÓ - CUT - FACOM/UFBA - FNDC
INTERVOZES - IRDEB - UNEB - SINEP - SINJORBA - SINTERP





Sabemos que com a vontade política partilhada de democratizar a comunicação, as estruturas de Estado e a Sociedade, simultaneamente, terminamos colocando a Bahia na vanguarda da discussão da política pública democrática de comunicação no país, em sendo o primeiro estado a realizar um evento desta natureza. Todavia, há uma esperança, fruto das lutas e pressões que os movimentos sociais têm exercido na esfera federal, para que este ciclo de conferências se complete com a convocação urgente da Conferência Nacional de Comunicação. Neste sentido, os representantes desta 1ª Conferência Estadual de Comunicação - dispostos a se reunirem quando se fizer necessário de acordo com o cronograma, temário e regras do evento nacional -, se antecipam espelhando a vontade política dos baianos e baianas e o espírito de luta da sociedade brasileira por um marco regulatório e políticas públicas que, de fato, democratizem a comunicação como direito coletivo e difuso.

As contribuições inseridas nesta Carta como Resoluções, formuladas nos grupos temáticos, nas plenárias territoriais, reexaminadas e sintetizadas nesta fase estadual, serão objetos das políticas públicas democráticas de comunicação, a cargo do governo estadual com a participação da sociedade. Salvo aquelas que forem de competência exclusiva da União, das esferas do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, as quais têm sido bandeiras de luta dos movimentos sociais em nível nacional.

A expectativa é de que se materialize a idéia de uma *Bahia de Todos Nós*, possível e necessária como obra coletiva das comunidades que integram os Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Democratizar é garantir o direito de todos e todas.

Salvador, 14 a 16 de agosto de 2008

APOIO:



REALIZAÇÃO:

ABI - ABRAÇO - CIPÓ - CUT - FACOM/UFBA - FNDC
INTERVOZES - IRDEB - UNEB - SINEP - SINJORBA - SINTERP

